



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PROPESPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM ESTUDOS DE FRONTEIRA-
PPGEF

CHAYENNE DA SILVA FARIAS CAMBRAIA

**CIDADANIA TRANSVIADA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM MACAPÁ-AP**

MACAPÁ
2020

CHAYENNE DA SILVA FARIAS CAMBRAIA

**CIDADANIA TRANSVIADA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM MACAPÁ-AP**

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de mestrado profissional em Estudos de Fronteira do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá, como requisito final para a obtenção do grau de Mestra em Estudos de Fronteiras.

Orientadora: Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins.

MACAPÁ

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá
Elaborada por Cristina Fernandes – CRB2/1569

Farias, Chayenne da Silva

Cidadania transviada: violência de gênero contra travestis e transexuais em Macapá-AP / Chayenne da Silva Farias ; Orientadora, Carmentilla das Chagas Martim. – Macapá, 2019.

131 f.

Dissertação (Mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Estudo de Fronteira.

1. Pessoas transgênero – identidade. 2. Transfobia – Macapá. 3. Mulheres transgênero – Macapá. I. Martim, Carmentilla das Chagas, orientadora. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

364.155 F224c

CDD. 22 ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CHAYENNE DA SILVA FARIAS CAMBRAIA

CIDADANIA TRANSVIADA: VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS EM MACAPÁ-AP

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestra em Estudos de Fronteiras no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras da Universidade Federal do Amapá, pela seguinte banca examinadora:



Orientadora:

Profa. Dra. Carmentilla das Chagas Martins
Programa de Pós-Graduação em Estudos de
Fronteiras - UNIFAP



Profa. Dra. Júlia Monnerat Barbosa
Departamento de Filosofia e Ciências
Humanas – UNIFAP



Prof. Dra. Camila Maria Risso Sales
Programa de Pós-Graduação em Estudos de
Fronteiras - UNIFAP

Prof. Dr. Jodival Maurício da Costa
Programa de Pós-Graduação em Estudos de
Fronteiras – PPGEF (suplente)

Macapá, 27 de maio de 2019

AGRADECIMENTO

Ao que houver de divindade e de magia nesse mundo, em alguns momentos para mim foi Deus, em outras os orixás, seja quem for que veio ao meu auxílio nos momentos de extremo cansaço, eu sou profundamente grata.

À minha mãe, que me ensinou os conceitos de justiça e bondade, que me incentiva a sempre dar o melhor de mim, que me arrasta com seu exemplo. À mulher mais incrivelmente forte e caridosa que eu conheço, o grande amor da minha vida.

Ao meu pai e meus irmãos, que cada um a seu modo contribuiu para que eu chegasse até aqui, especialmente minha irmã caçula, Dayanne, de quem sinto saudades diariamente.

À Carmentilla Martins, orientadora e amiga, obrigada pela dedicação, sei o quanto isso tem lhe custado em saúde física e mental. Você está em minhas orações diariamente.

Ao meu esposo, Paulo Cambraia, homem que é todo ele doação e cuidado. Eu agradeço a paciência e o incentivo. Você é a melhor parte dos meus dias.

À Yasmin, que aceitou dividir sua história comigo e com um sem número de pessoas que entrarão em contato com esta dissertação. Não tenho palavras suficientes para agradecer a disposição e alegria.

Aos amigos que contribuíram de forma direta na escrita deste trabalho: Gabriel, que produziu todos os abstracts da pesquisa a cada vez que ela mudava de objeto, de metodologia ou recorte e necessitava de um novo resumo, sem nunca cobrar nada além da minha gratidão, aqui eu a declaro; Eliakim, quem me emprestou os livros para concorrer ao processo de seleção para entrar no Programa; Renan, que me ajudou na pesquisa de campo e esteve sempre disponível para tirar minhas dúvidas; Lílian, amiga que me tirou da inércia e incentivou a continuar estudando após a graduação, e que me apresentou ao Rafael Buber, professor que sem me conhecer orientou a escrita do primeiro projeto que escrevi para concorrer a uma seleção de mestrado, além de também ter me emprestado livros.

Aos amigos que me apoiaram com seu afeto: Darlisson e Thaia, obrigada por compreenderem minhas ausências e por alegrarem-se verdadeiramente com minhas conquistas.

Às colegas de turma Manuela, Brenda e Daniella, amigas com as quais compartilhei as dores, os medos, a ansiedade e também as satisfações desses quase dois anos e meio de Programa.

Por fim, às pessoas com quem conversei durante a pesquisa e que de alguma forma me ajudaram a delinear o produto final que é esta dissertação: Fabrícia, Alessandra, Solange,

Arnon, Suzane, Ivon, além daqueles que não me disseram seus nomes, meu agradecimento sincero.

Ela me conta que era atriz e trabalhou no *Hair*
Com alguns homens foi feliz com outros foi mulher
Que tem muito ódio no coração, que tem dado muito amor
E espalhado muito prazer e muita dor

Mas ela ao mesmo tempo diz que tudo vai mudar
Ela vai ser o que quis inventando um lugar
Onde a gente e a natureza feliz, vivam sempre em comunhão
E a tigresa possa mais do que o leão

Caetano Veloso

RESUMO

A questão central do trabalho é pensar a intersecção entre gênero e cidadania em contextos de violência que envolvem sujeitos transgênero. A transgeneridade será compreendida nesta dissertação nos termos de Berenice Bento, como uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Parte-se da premissa que a heterossexualidade institui uma percepção binária de existências sexuais, assegurando uma dominação simbólica que cria um consenso social em torno do caráter natural do gênero, isto é, definido pela genitália. A heteronormatividade decorrente dessa condição passa a referenciar a sexualidade no ordenamento social brasileiro, manifestando-se inclusive no caráter heteronormativo do Estado, que se expressa no pouco volume e não efetividade das políticas públicas voltadas para a proteção da vida de travestis e transexuais, cuja violência sofrida, no estado do Amapá, sequer conta com dados oficiais que possibilitem seu dimensionamento. Dessa perspectiva a heteronormatividade se transforma numa fronteira que precariza o acesso de pessoas transgênero à cidadania. A justificativa da temática é premente, tendo em vista o contexto de extrema violência a que estão submetidos os indivíduos transgênero, em especial aqueles que se encontram atuando na prostituição de rua. A metodologia de pesquisa inicialmente seria o grupo focal, o mesmo teve que ser abandonado em virtude da dificuldade de acesso às fontes, diante da disponibilidade de apenas uma das que seriam participantes do grupo, optou-se pelo estudo da trajetória de vida, metodologia que permite a análise do tecido e das relações sociais estabelecidas na cidade a partir da história de vida de uma só pessoa. Para esta análise foi utilizado o método indiciário, a partir de prática interpretativa no âmbito da redução da escala de observação. À medida que a violência observada não se constitui em problema público para as dimensões institucionais do Estado, que não produz dados sistematizados acerca da mesma, foram consultados relatórios produzidos por organizações não governamentais como o Grupo Gay da Bahia e a Transgender Europe, resguardando-se seu caráter indiciário, à medida que não possuem o refinamento técnico requerido para uma pesquisa acadêmica. A pesquisa bibliográfica foi feita tendo como critério de seleção o tema do trabalho, principalmente num alinhamento teórico à vertente de estudos transviados, em diálogo interdisciplinar com os campos da História, Ciência Política, Filosofia e Sociologia. Esta dissertação, ao propor uma fronteira que extrapola as tradicionais perspectivas desse objeto, cumpre a proposta do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras em observá-las com heterogeneidade e ecletismo, dado o cosmopolitismo e existência na diversidade que esse objeto possui.

Palavras-chave: Gênero. Transgênero. Estudos transviados. Violência. Cidadania.

ABSTRACT

The central question of the research is to think about the intersection between gender and citizenship in contexts of violence that involve transgender subjects. Transgenderedness will be understood in this dissertation under the terms of Berenice Bento, as an identity experience characterized by conflict with gender norms. It starts from the premise that heterosexuality institutes a binary perception of sexual existences, assuring a symbolic domination that creates a social consensus around the natural character of the genus, that is, defined by the genitalia. The heteronormativity resulting from this condition refers to sexuality in the Brazilian social order, manifesting itself in the heteronormative character of the State, which is expressed in the small volume and non-effectiveness of public policies aimed at protecting the lives of transvestites and transsexuals, whose violence suffered, in the state of Amapá, does not even have official data that allow its dimensioning. From this perspective heteronormativity becomes a frontier that precarizes the access of transgender people to citizenship. The justification of the theme is pressing given the context of extreme violence to which transgender individuals are subjected, especially those who are engaged in street prostitution. The research methodology was initially the focal group, it had to be abandoned due to the difficulty of access to the sources, given the availability of only one of those that would be participants of the group, we chose to study the life trajectory, methodology that allows the analysis of the tissue and social relations established in the city from the history of the life of a single person. For this analysis we used the index method, based on an interpretative practice in the scope of the reduction of the observation scale. As the observed violence does not constitute a public problem for the institutional dimensions of the State, which does not produce systematized data about it, reports produced by non-governmental organizations such as the Grupo Gay of Bahia and Transgender Europe were consulted, safeguarding their indicative character, as they lack the technical refinement required for an academic research. The bibliographical research was done having as a selection criterion the theme of the work, mainly in a theoretical alignment to the slope of transviados studies, in interdisciplinary dialogue with the fields of History, Political Science, Philosophy and Sociology. This dissertation, by proposing a frontier that goes beyond the traditional perspectives of this object, fulfills the proposal of the Post-Graduate Program in Frontier Studies to observe them with heterogeneity and eclecticism, given the cosmopolitanism and existence in the diversity that this object possesses.

Keywords: Gender. Transgender. Transviados studies. Violence. Citizenship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTRA: Associação Nacional de Travestis e Transexuais

DP: Delegacia de Polícia

FALGBT: Federação Amapaense LGBT

GGB: Grupo Gay da Bahia

IBTE: Instituto Brasileiro Trans de Educação

LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

LGBTQ: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero e Queer

LGBTIQ: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais e Queer

NUH: Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais

SEJUSP: Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública

SVS: Superintendência de Vigilância Sanitária

TCLE: Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TGEU: Transgender Europe

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sete âmbitos de exclusão e suas respectivas circunstâncias intensificadoras de exclusão.....	66
Quadro 2 – Dados do relatório da ANTRA e IBTE sistematizados	113
Quadro 3 – Dados do relatório do GGB sistematizados.....	114
Quadro 4 – Dados do relatório do IBTE sistematizados	115
Quadro 5 – Dados do dossiê da Rede Trans Brasil sistematizados	116
Quadro 6 - Dados do relatório NUH sistematizados	117
Quadro 7 – Dados do relatório da TGEU sistematizados.....	118
Quadro 8 – Cruzamento dos dados de todos os relatórios e a indicação de onde encontra-los, separados por temas.....	119
Quadro 9 – Trechos da entrevista de Yasmin separados por tema	122
Quadro 10 – Trechos da entrevista da Yasmin separados de acordo com os âmbitos de exclusão.....	125

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO.....	11
2-CAPÍTULO 1: O PERCURSO DA PESQUISA.....	18
3-CAPÍTULO 2: O PESO DO CORPO.....	38
3.1 Gênero.....	38
3.2 Sexo.....	47
3.3 Corpo.....	51
3.4 Transgeneridade.....	54
3.5 Cidadania.....	62
4-CAPÍTULO 3: PRAZER, YASMIN: CIDADANIA E EXCLUSÕES NA TRAJETÓRIA DE UMA MULHER TRANSGÊNERO EM MACAPÁ.....	66
4.1 “Uma criança no corpo de criança”.....	67
4.2 “Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado”.....	79
4.3 “porque é a capital né?”: Yasmin chega a Macapá.....	86
4.4 “Era pela sobrevivência”.....	93
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
7-APÊNDICES.....	113

INTRODUÇÃO

transviado

adjetivo substantivo masculino

1. que ou o que se transviou; extraviado, perdido.

2. que ou aquele que não obedece aos padrões comportamentais vigentes.
(TRANSVIADO, 2019)

Ao escolher o título desta dissertação, meu objetivo era que ele fosse o mais autoexplicativo possível, assim, as reflexões sobre como travestis e transexuais têm seu acesso à cidadania marcado pela sua identidade de gênero tornou-se “cidadania transviada”. Explicando por partes: nesta dissertação faço um exercício de aproximação do conceito de cidadania através de seus pressupostos básicos, como a noção de igualdade (PEDRA, 2018) e justiça social (MARSHALL, 1967). No Brasil, um país marcado por uma profunda desigualdade social, é sabido que os diferentes grupos sociais acessam direitos de forma diferenciada, seja por sua capacidade econômica, pela cor da sua pele, ou, como será objeto deste trabalho, pela sua identidade de gênero em desacordo com as normas e padrões de gênero.

A transgeneridade é compreendida nesta dissertação nos termos de Berenice Bento (2014), como uma experiência identitária caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Parte-se da premissa que a percepção binária de existências sexuais cria um consenso social em torno do caráter natural do gênero, isto é, definido pela genitália; bem como a heterossexualidade passa a ser percebida como natural, o que a institui enquanto uma ordem sexual, chamada de heteronormatividade (MISKOLCI, 2015), essa ordem se impõe através de violências dirigidas, sobretudo, a quem rompe as normas do gênero, como no caso das travestis e transexuais das quais falo nesta dissertação.

Dessa perspectiva, a heteronormatividade se transforma numa fronteira que precariza o acesso de pessoas transgênero à cidadania, ou seja, essa parcela da população tem sua cidadania extraviada, perdida, transviada. Ao mesmo tempo, o título indica a inclinação teórica adotada, “estudos transviados” é como Berenice Bento (2014) propõe que sejam chamados os estudos desenvolvidos a partir da Teoria *Queer*¹, perspectiva teórica estruturada a partir da negação de todo e qualquer determinismo biológico, conforme será discutido no segundo capítulo desta dissertação. Por fim, o termo transviado pode se referir não só à cidadania, mas pode também indicar quem são os indivíduos de quem falo, aqueles que não obedecem aos padrões comportamentais vigentes (TRANSVIADO, 2019).

¹ O termo *Queer* será grafado com a inicial em maiúsculo quando estiver referindo-se à Teoria *Queer*, quando o vocábulo estiver sendo utilizado como um substantivo comum, a grafia será com a inicial minúscula: *queer*.

Considerando que se trata de muitas violações de direitos, adotei a divisão proposta por Gomà (2004), que estuda as exclusões sociais de grupos excluídos a partir de sete âmbitos de exclusão: exclusão econômica, laboral, formativa, sócio-sanitária, urbano-territorial, relacional e política/de cidadania. A caracterização de cada um desses âmbitos, a identificação de seus aspectos intensificadores na trajetória de minha interlocutora e a percepção de como operam essas exclusões nas vidas de pessoas trans constituem os objetivos específicos desta dissertação. A partir destas três operações busco perceber como a identidade de gênero se constitui num obstáculo para que as pessoas transgênero acessem direitos, ou seja, exerçam a cidadania, que constitui o objetivo central deste trabalho.

Minha aproximação com o tema de pesquisa, tal como eu demonstrarei no primeiro capítulo, se deu a partir da minha experiência com o movimento estudantil, especialmente o movimento feminista e LGBTQ. A partir da convivência nesses movimentos eu passei a buscar referenciais teóricos para pensar a realidade de minhas companheiras travestis e transexuais e a minha própria condição de mulher. A escrita desta dissertação em primeira pessoa do singular não se dá aleatoriamente, mas foi uma escolha orientada pela leitura de Donna Haraway (1995), especificamente a partir de sua proposta da constituição de saberes localizados. De acordo com a autora:

O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e de vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar. (HARAWAY, 1995, pp.33-34).

A proposta da filósofa é contrapor à objetividade daqueles que acreditam produzir saber a partir de uma visão exterior ao que é observado, uma visão “de cima” uma objetividade posicionada, uma “junção de vozes parciais” (HARAWAY, 1995), vozes que vem de algum lugar e que assumem os lugares de onde vem. Para ela, os corpos não marcados, os corpos brancos e masculinos entre outros, assumem possuir a capacidade de ver sem serem vistos, de representar escapando à representação. A proposta de constituição de saberes localizados requer que aqueles sobre quem se produz conhecimento sejam vistos como ator e agente, não como uma tela em branco, um recurso à disposição do pesquisador.

Embora não se possa ser e, portanto, ver da posição de quem se estuda, é necessário que se localize onde estão os olhos de quem fala, para deixar claro ao(à) interlocutor(a) os

limites do posicionamento defendido. A parcialidade ao invés da universalidade, “a visão desde um corpo, complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo.” (HARAWAY, 1995, p.30). Todo(a) pesquisador(a) escreve de um lugar, o uso da primeira voz se constitui num recurso utilizado para assumir essa voz localizada; partindo daí, é preciso deixar claro de onde parte essa voz localizada para que se compreenda o alcance e os limites da análise que é feita. Por esse motivo, dedico alguns parágrafos nesta Introdução para me apresentar:

Eu me chamo Chayenne da Silva Farias, sou mulher, pobre, tenho a pele amarelada e os cabelos lisos de minha bisavó índia, o nariz largo de meu bisavô negro, e os olhos claros como mel, como os de minha bisavó descendente de portugueses. Eu escrevo de uma cidade chamada Macapá, capital do Amapá, localizado na porção norte da Amazônia brasileira. Há sobre o meu estado de origem uma vastidão de pesquisas nos mais diversos campos de saber, embora os estudos sobre a região não ocupem lugar dos mais privilegiados na historiografia brasileira.

Meu interesse pelo feminismo surgiu bem cedo, aos 14 anos eu ingressei no movimento estudantil, fui vice-presidente do grêmio estudantil da Escola Estadual Dr. Alexandre Vaz Tavares entre os anos de 2008 e 2009. Entrei em contato com leituras como Marx, Trotsky, Gramsci, Simone de Beauvoir, embora hoje olhando em retrospecto eu suspeite do meu entendimento sobre estes clássicos à época. Já na universidade, Beauvoir particularmente me cativou pelo objeto sobre o qual se debruçava, as mulheres.

Eu me lembro dos episódios em que tive que enfrentar o machismo dentro do movimento estudantil de esquerda, me lembro de sempre ser colocada como secretária nas reuniões em que era a única mulher, me lembro de chorar quando outro militante sugeriu que eu transava com um rapaz, meu namorado na época, para convencê-lo a fazer parte da mesma organização política que eu – essa acusação ficou ainda mais dura de ouvir quando ele de fato se filiou à Corrente Socialista de Trabalhadores, onde eu me organizava na época-, lembro das investidas daqueles que na época eu julgava serem grandes quadros políticos das organizações que fiz parte, homens com o dobro da minha idade e meus superiores hierarquicamente.

Eu entendia a importância da solidariedade de classe para a derrota do sistema econômico que oprimia a todos nós que não possuindo meios de produção vendemos nossa força de trabalho, mas essa opressão não se dava da mesma forma para mim e para os homens que me chamavam de companheira, eu percebi que ela se dava por um sistema complexo de hierarquização de identidades: homens acima mulheres, mulheres brancas acima de mulheres negras, mulheres negras magras acima de mulheres negras gordas e assim sucessivamente.

Autoras feministas como Joan Scott e Angela Davis me ajudaram a pensar no gênero como uma ferramenta teórica para compreender a desigualdade imposta entre homens e mulheres.

Existe uma construção de um arquétipo da garota com seu melhor amigo gay, que vai lhe dar dicas de moda e beleza, lhe arrancar risadas com comentários ácidos sobre terceiros e lhe acompanhar nas coreografias de divas pop na balada. Essa não sou eu. Embora sempre tenha sido atraída por gays e lésbicas, estes constituem quase que a totalidade dos meus amigos desde os 14 anos, eu sempre os respeitei como seres humanos complexos, com seus dilemas e contradições, cuja identidade não se encerra na condição sexual, e principalmente, que não são um adereço a ser utilizado para parecer mais cool, um chaveiro, como dizemos em nosso meio. Eu vivi com esses amigos os dilemas da adolescência, potencializados pela condição de ser um adolescente gay/lésbica/bissexual. Lembro-me de cada chamada à diretoria do colégio para “orientações”, lembro do medo quando saíamos a noite, lembro quando cada um deles saiu de casa por não encontrar na família respeito e aceitação.

Na universidade eu me aproximei bastante do movimento LGBT, fiz grandes amigas travestis e transexuais, fiquei conhecendo um pouco da dor delas, que parecia muito com a minha, mas que era ainda mais cruel e velada. Nas zonas eu descobri que a minha condição de mulher cisgênero, que aqui vou definir brevemente como a condição de ter minha identidade de gênero respeitada e legitimada pela sociedade e pelo Estado desde o nascimento, essa condição de mulher cisgênero, oprimida pelas estruturas do machismo, me colocava quase que em condição de privilégio quando comparada com a experiência dessas mulheres trans, para quem eu jamais daria bom dia ou boa tarde, que eu jamais encontraria sem um luar no céu. O machismo que me subjuga a homens, as subjuga a homens e a mim.

E isso nos traz a nossa questão inicial, o sujeito em primeira pessoa. Esta é uma pesquisa sobre gênero, sobre mecanismos que privilegiam manifestações de gênero que encontram amparo no sistema binário homem/mulher, ao mesmo tempo em que subalternizam as que não o fazem, as que subvertem, que cruzam, que habitam a fronteira do gênero. E escrever sobre gênero é escrever também sobre mim, mulher bissexual, membro ativo da comunidade LGBTQ. Eu escrevo de um lugar e é importante que isso seja dito.

A entrevista de campo, que também pode ser percebida como pesquisa de campo, embora não possa criar uma igualdade que não existe entre pesquisador(a) e pesquisados(as), pede por isto. Pessoas que integram grupos oprimidos ou marginais geralmente hesitam em se abrir para membros da elite (PORTELLI, 1997), embora eu não seja uma mulher transgênero, pelo contrário, minha condição de mulher cisgênero me coloca em posição de privilégio sobre elas, enquanto mulheres, as normas e padrões de gênero atingem a elas e também a mim, de

forma que nossos ombros se enfileiram em vários momentos na luta política, ora dentro do movimento feminista interseccional, que não difere mulheres cis de transgênero, ora dentro do movimento LGBTQ onde o meu B e o T delas estão lado a lado.

Como pensar então a complexa relação entre erudição, intelectualidade, isso que nos dá uma aura de seres iluminados, o fazer acadêmico com o envolvimento político? Essa é uma questão que faço diariamente a mim mesma e que pareço não estar próxima de encontrar uma resposta definitiva, mas o distanciamento frio e neutro não me parece uma possibilidade. Sobre esse distanciamento do(a) pesquisador(a) das massas, mesmo que ele(a) próprio(a) participe da luta pela sua emancipação, Portelli traz o confronto de De Martino em sua pesquisa com camponeses sulinos:

Eu estou envergonhado de meu privilégio de não ser como eles, como se eu tivesse roubado algo que pertence também a eles. Ou, de preferência, estou envergonhado de ter aceito esta concessão de sociedade, de ter permitido a ela, sociedade, usar todas as suas habilidades para me fazer “livre” a este preço. (DE MARTINO apud PORTELLI, 1997, P.16).

No decorrer do texto são utilizadas as nomenclaturas travesti, transexual e transgênero. No segundo capítulo eu realizo uma discussão de cunho teórico acerca de cada uma dessas categorias, que trago aqui de forma bastante reduzida: travesti e transexual são identidades que estão contidas dentro da categoria de pessoa transgênero ou pessoa trans, que é a redução da palavra transgênero que possui os mesmos significados, enfatizando que a pessoa transexual pode ser um homem transexual ou uma mulher transexual, nesta dissertação não falarei de homens transexuais, apenas de mulheres transexuais, além das travestis. O único modo de identificar um indivíduo enquanto travesti ou mulher transexual é a partir da autoidentificação, mas estas são percebidas pela sociedade de maneiras muito próximas, de forma que o preconceito recai sobre ambas de forma bastante parecida; quando se aborda a transgeneridade, a maior parte dos raciocínios se aplica tanto a travestis quanto a transexuais, por este motivo é utilizada literatura que fala tanto de travestilidade quanto de transexualidade, além dos que falam em transgeneridade, de forma ampla.

A primeira sigla utilizada para se referir à comunidade gay ou que de alguma forma transgredia o padrão de gênero e sexualidade foi GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes-, que sofrendo críticas por excluir outras formas de vivências da sexualidade que não a homossexual bem como de identidade de gênero, deu origem ao GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais e Travestis -, em seguida o L foi posto para frente do G, buscando corrigir um desnivelamento dentro da própria comunidade que dá mais

visibilidade aos gays do que às lésbicas, se tornando assim LGBT; órgãos como a ONU e a Anistia Internacional elegeram a sigla LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transexuais, Travestis e *Intersex* – que engloba as pessoas *intersex*, anteriormente denominadas hermafroditas.

Nos movimentos sociais o Q atesta a influência da corrente teórica *Queer*, da qual já falei brevemente, dando origem à sigla que utilizo neste trabalho quando se trata de afirmações minhas, LGBTQ. Porém, ao citar de forma direta ou indireta as formulações de outros(as) autores(as), optei por respeitar a sigla por eles(as) utilizada, para não atribuir a outrem um posicionamento teórico e político que pertence a mim. Por esse motivo, ao longo do trabalho irão aparecer as siglas LGBTQ e LGBT, o que não causa prejuízo à análise proposta por esta dissertação. O mesmo ocorre com a utilização da palavra “sexo” para referir-se à sexualidade, conforme Foucault (1988), mas os usos dos termos no contexto em que aparecem serão sempre postos de maneira clara.

A dissertação se estrutura em três capítulos, no primeiro, intitulado “O percurso da pesquisa”, descrevo como a pesquisa foi adquirindo os contornos que permitiram a construção desta dissertação, apresento a metodologia e as fontes utilizadas, reflito sobre o processo de escrita e meu próprio papel enquanto pesquisadora. O segundo capítulo chama-se “O peso do corpo” e é dedicado às discussões teóricas acerca das categorias analíticas que foram instrumentalizadas na pesquisa, sendo elas: gênero, transgeneridade, sexo, corpo e cidadania.

Gênero e transgeneridade foram escolhidas como categorias de análise porque minhas fontes se referem a isso, minha entrevistada é uma mulher trans, os relatórios que eu utilizo me informam sobre as violações à população de travestis e transexuais, os dados levantados localmente dizem respeito à violência envolvendo travestis e transexuais; a discussão sobre gênero e transgeneridade, por sua vez, requer uma análise também sobre a construção do sexo e do corpo, pois que a diferenciação biológica entre os sexos é utilizada para naturalizar gênero, desejo, prática sexual, tudo a que se atribui o sexo como causador, enquanto o corpo é o local de disputa dos diversos discursos sobre esses mesmos tópicos; por fim, a cidadania é discutida como um conceito chave já que essa dissertação se debruça sobre o acesso, ou não acesso, a direitos civis por parte da população de travestis e transexuais. As discussões que envolvem essas temáticas são numerosas, quantitativas e qualitativamente, portanto não objetivei esgotá-las e ainda menos criar postulados definitivos sobre tais categorias analíticas, mas localizar esta dissertação dentro do debate sobre a temática.

No terceiro e último capítulo desta dissertação, a trajetória de vida de Yasmin, minha interlocutora, será narrada e a partir dos acontecimentos que marcaram sua trajetória

refletiremos sobre a relação estabelecida entre a identidade de gênero e o acesso a direitos, percebidos através dos âmbitos de exclusão propostos por Gomà (2004) e já indicados.

O PERCURSO DA PESQUISA

Nesse capítulo, descreverei como a pesquisa foi adquirindo os contornos que a delimitam, sua problemática, o recorte no grupo a ser pesquisado e, principalmente, a metodologia, que, de todos os elementos da pesquisa, foi o que sofreu mais modificações na jornada para a produção desta dissertação, com ajustes orientados pelas mudanças no que se esperava apresentar como produto final, considerando as dificuldades impostas pela pesquisa de campo, que também serão objeto deste capítulo. Apresentarei ainda os relatórios e os dossiês produzidos por organizações não governamentais e entidades de luta do movimento LGBTQ, de onde foram utilizados os dados sobre violações aos direitos de pessoas trans no Brasil, tendo em vista a subnotificação desses casos por parte de mecanismos oficiais do governo, que produz pouquíssimos dados que permitam caracterizar as referidas violações de cidadania; falarei sobre o que orientou a escolha de cada um dos relatórios e dossiês deles e de que forma eles foram utilizados. Por fim, refletirei sobre minha própria posição de pesquisadora – uma mulher cisgênero escrevendo sobre transgeneridade, a problemática do lugar de fala e do transepistemicídio.

Como eu busquei demonstrar, na Introdução dessa dissertação, a escolha do tema geral da pesquisa, isto é, sem nenhum recorte que especificasse a problemática ou os objetivos da investigação, esse interesse inicial se deu devido à minha proximidade com o movimento LGBTQ e o movimento feminista. Minha experiência como militante desses movimentos sociais me levou ao tema, a partir do qual passei a buscar referenciais teóricos para pensar a realidade que se apresentava. Como mulher que pesquisa sobre gênero, sinto que constantemente minha posição de sujeito de experiência adquire o estatuto analítico de objeto de observação, como colocado por Santos (2017), que escreve sobre a autoetnografia em sua pesquisa sobre racismo sendo ele mesmo um homem negro. O movimento social foi onde eu convivi de forma mais próxima com as pessoas trans e pude, além de escutar suas histórias contadas em primeira pessoa, ver o silenciamento que elas sofriam dentro do próprio movimento. Assim, a problematização que faço sobre o acesso à cidadania por pessoas trans se realiza nas experiências junto à comunidade LGBTQ.

Quando comecei a escrever o projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, ainda em 2016, lembro que foi um professor de quem eu nunca havia sido aluna quem me introduziu à vertente de estudos *Queer*, cuja problemática e abordagem tratarei, de maneira sucinta, no segundo capítulo deste trabalho. Lembro que foi nesse momento que entrei em contato com algumas leituras que hoje compõem o referencial teórico desta dissertação, como

Judith Butler, Berenice Bento e Guacira Louro. Também revisei alguns autores(as), relendo-os(as) com o olhar orientado para novas questões, tais como Foucault, Beauvoir e Bourdieu. Essas leituras me forneceram ferramentas teóricas para pensar o gênero, a transgeneridade e a vida de pessoas trans no Brasil; no entanto, senti necessidade de conhecer as especificidades dessas vivências trans na minha própria região, em Macapá. Para isso, procedi à pesquisa por publicações locais que tratassem do grupo que eu pretendia pesquisar.

A ferramenta de consulta do acervo digital da Biblioteca Central da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que consta no site Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), foi absolutamente inútil. De acordo com a busca realizada, não existiria, nessa biblioteca, trabalho acadêmico de nenhuma natureza que versasse sobre “gênero”, “travestis”, “transexuais” ou “transgênero” – palavras-chave que eu utilizei para a tarefa. Consegui apenas obter alguns trabalhos a partir da busca manual no acervo da biblioteca, onde encontrei algumas publicações que tratassem de gênero, mas bem poucas falavam sobre pessoas transgênero, sendo que a maioria relacionada ao contexto escolar. No curso de História da UNIFAP, não encontrei nenhum trabalho que se debruçasse sobre as travestis e transexuais, pois todos os estudos que tinham por temática o gênero eram relacionados apenas às mulheres cisgênero.

Nesse momento, minha pesquisa intitulava-se “A dupla fronteira: um estudo das experiências transgressoras das normas de gênero no Amapá (2012-2016)”, e buscava investigar se existiria alguma especificidade na experiência da transgeneridade no espaço de fronteira, isto é, se seria diferente e em que medida ser uma pessoa trans num estado como o Amapá, de ser uma pessoa trans em um espaço que não seja considerado borda. Entrei em contato com um amigo que já foi membro da FALGBT (Federação Amapaense LGBT) e que é um militante muito ativo na causa trans, Renan Almeida. Pedi auxílio para que ele pudesse me aproximar das trans que se prostituem nas ruas de Macapá. Por que as que se prostituem? Pelo caráter de transgressão que a prostituição carrega. Nesse momento, fui guiada mais por isso do que apoiada em dados que me indicassem, por exemplo, que 62% dos assassinatos de pessoas trans, cuja ocupação é conhecida, são cometidos contra pessoas que se prostituem (TRANGENDER EUROPE, 2017), e que no Brasil não é diferente, sendo as trans que se prostituem nas ruas as maiores vítimas de violência (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019). Embora já tivesse lido alguns desses dados, senti a necessidade de observar mais de perto.

Existe um tensionamento, especialmente nas zonas de prostituição, entre travestis e mulheres trans, de um lado, e mulheres cisgênero, como eu, de outro. O prefixo “cis” em latim significa “deste lado”, e não do outro (JARDIM, 2016), uma pessoa cis ou pessoa

cisgênero “é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero estão alinhados, ou ‘deste mesmo lado’” (KAAS apud JARDIM, 2016), isto é, uma pessoa cisgênero é aquela que mantém um status de normalidade dentro da sociedade por resguardar um caráter de coerência entre o corpo e o gênero denominados e feitos culturalmente (PRECIADO, 2004), possuindo por isso privilégios em relação às pessoas transgênero, em que esse “alinhamento” não existe.

A utilização desse conceito é problematizada por estudiosos *queer* sob acusações de criar um novo binômio na tentativa de se destruir um antigo, isto é, trocar o par opositivo homem versus mulher, por cisgênero versus transgênero, o que manteria o gênero preso a uma estrutura binária e hierarquizante, que é objeto de tantas críticas dos teóricos *queer* (JARDIM, 2016). No entanto, é preciso admitir que o termo cisgênero não depende das discussões acadêmicas para existir, pois há uma comunidade de falantes para quem a cisgeneridade nomeia coisas inquestionavelmente reais (JARDIM, 2016). Nesse caso,

Historicamente a ciência criou as identidades trans (e por isso já nasceram marginalizadas), mas não criou nenhum termo para as identidades consideradas “naturais”. Nomear cis é o mesmo processo político de nomear trans: aponta e especifica uma experiência e possibilita sua análise crítica. (KAAS apud JARDIM, 2016).

Politicamente, vale interrogar o caráter de naturalidade da cisgeneridade, pois esta, ao não ser nomeada nem colocada como categoria de análise, requer para si a capacidade de ver sem ser vista, de representar escapando à própria representação, tal qual os corpos não marcados de Haraway (1995). Por isso reafirmo minha posição de mulher cisgênero, e naqueles dias de 2017, a única entre as travestis, mulheres trans e Renan, nas zonas de prostituição de Macapá. É curioso perceber que Renan, enquanto homem, tenha sido um “elo” que permitiu minha aproximação daquelas travestis e mulheres transexuais. Como dito, existe um tensionamento entre as travestis e as mulheres transexuais e mulheres cisgênero na prostituição de rua e no trabalho de campo, nesse contexto, foram levantadas algumas hipóteses que poderiam explicar essa tensão, tais como: a demarcação de territorialidade, a disputa de mercado e/ou mesmo a discriminação. Embora essa situação tenha me inquietado como pesquisadora, pois achei relevante compreender o que significa essa rivalidade, esta é uma questão que extrapola os objetivos desta pesquisa, assim, não foi uma questão sobre a qual eu me debrucei, nem na atividade de campo e nem buscando em referenciais teóricos; portanto,

não ofereço respostas sobre o caráter desse tensionamento, mas apresento-o aqui como um possível objeto de investigações futuras.

Visitamos seis zonas de prostituição entre os dias 26 de setembro e 02 de outubro de 2017. Eu sempre era apresentada ao grupo por Renan, introduzida por algo do tipo: “Essa é a Chay, ela é minha amiga e quer bater um papo com vocês. Tudo bem?” As reações a mim foram as mais diversas possíveis, desde um atravessado “O que essa amapô² quer com a gente?”, passando pela indiferença de quem estava trabalhando e continuou como se eu não estivesse ali, chegando ao entusiasmo com a minha forma física (“Parece uma bombada³ ela, né?”). Em algumas zonas, não troquei dez palavras com as que ali trabalhavam; em outras, consegui ficar bastante tempo – mais de uma hora conversando sobre como era estar ali, sobre elas, até pude observar um pouco o movimento desde que ficasse um pouco afastada e no escurinho.

Embora transformar meu relato dessa experiência em um texto para publicação seja um projeto para depois desta dissertação, posso compartilhar uma breve análise desses encontros. Pelúcio (2007a) destaca o forte caráter simbólico da noite, associada à transgressão e aos prazeres – entendi essa afirmação menos lendo do que em contato com as prostitutas naquelas noites. O primeiro sentido instigado quando cheguei nas zonas foi a visão, excetuando uma ou outra garota com um estilo mais discreto, as roupas eram provocantes e as maquiagens eram carregadas, o que me remete a uma liberdade de uso do próprio corpo – liberdade que dificilmente é expressada naqueles termos durante o dia, eu não costumo ver aqueles decotes ou aquela quantidade de iluminador circulando durante o dia.

A hostilidade que algumas manifestavam para comigo, voltando à questão do tensionamento “mulheres trans e travestis” versus “mulheres cisgênero”, frequentemente me deixava triste e frustrada, porque eu – sendo mulher e LGBTQ – me entendia como oprimida, portanto membro da mesma categoria que aquelas que eu observava. Não ser reconhecida como um membro daquela comunidade, ou pior, ser identificada como uma oponente, fez-me refletir sobre meus próprios privilégios. Em que momento eu tive que lutar para ser reconhecida como mulher? Quantas mulheres cisgênero estão nas universidades? Qual a

2 Significa “mulher” no *bajubá*, a linguagem própria das travestis, composta por gírias, palavras da língua portuguesa ressignificadas e termos provenientes do ioruba-nagô. Também pode ser chamado de pajubá ou batebate (PELÚCIO, 2007a). Vale ressaltar que é um termo que se refere a mulheres cisgênero e que, de certa forma, é usado para ressaltar a diferença entre estas e as travestis.

3 “Bombar” significa aplicar silicone industrial em alguma parte do corpo para arredondar suas formas. Uma travesti “bombada” é aquela que possui um corpo sinuoso, com formas arredondadas, que é valorizado por ser mais feminino, de acordo com a concepção dominante (PELÚCIO, 2007a)

minha expectativa de vida no Brasil? Assim, pensar sobre os próprios privilégios me fez ter mais humildade e compreender de forma mais fraterna aquela experiência.

Eu conversei ainda com outras pessoas trans – nesse momento, eu não tinha feito o recorte de pesquisar apenas mulheres; conversei com uma estudante da Universidade Federal do Amapá, com o dono de uma sorveteria bem localizada na capital e com várias pessoas do movimento social. As conversas não tinham um roteiro: eu perguntava sobre seus modos de vida; sobre as especificidades de se viver como uma pessoa trans em Macapá; sobre os sentimentos que os(as) acompanhavam; sobre suas expectativas. Lembro que um dos entrevistados, o único homem transexual que entrevistei, se referia à população trans em terceira pessoa do plural (“eles”). Então, formulei uma hipótese sobre tal fato: fazendo um recorte de classe, esse foi o entrevistado mais abastado de toda a pesquisa, pois ele era dono de um empreendimento (sorveteria) bem localizado na capital; além disso, tinha um contrato no governo do Estado, o que me permite supor que seus ganhos financeiros eram razoáveis. Ele também morava com os pais, funcionários públicos, portanto, ambos empregados. Já num recorte de raça, ele foi um dos poucos entrevistados que eu classificaria como branco, pois quase a totalidade de meus entrevistados foi de pardos ou negros. Nesse panorama, suas experiências com a transexualidade não foram tão dolorosas como as da maioria, ou como a de Yasmin, de que falaremos no terceiro capítulo. Ele era acolhido em casa, respeitado no trabalho (percepção dele) e tinha ensino superior completo.

Assim, pertencendo a grupos que historicamente não são a parcela oprimida da população – brancos de classe média – e não vivenciando algumas das exclusões a que estão submetidas a população trans, ele não desenvolveu para com esta um sentimento de pertencimento, pois isso significaria passar de um polo a outro: do que é valorizado na nossa sociedade – a branquitude, a boa posição social – para o que é rejeitado, uma identidade de gênero que transgride as normas. Mas reafirmo que essa é somente uma hipótese, formulada em pouco tempo de contato com o entrevistado e com nenhuma leitura realizada especificamente sobre isso.

O que me impressionou verdadeiramente foi a experiência nas ruas com as prostitutas. A violência que marcava seus relatos me dava um senso de urgência e principalmente uma sensação de estar lidando com a regra. Uma mulher trans cursando nível superior, um homem trans numa posição financeira confortável: lamento que essas sejam exceções, não a regra. Eu quero escrever sobre a exceção? Definitivamente não. Não quando nós conhecemos tão pouco a realidade da maioria das pessoas transgênero no Brasil e, eu descobriria logo, no Amapá principalmente.

Há uma frase que ouvi repetidas vezes, dita por pessoas diferentes, sempre que eu reclamava sobre a dificuldade em conseguir dados sobre a transfobia no estado do Amapá: a ausência de dados também é um dado. Nada na SEJUSP (Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Pública) nem nos hospitais e posteriormente na SVS (Superintendência de Vigilância Sanitária). Fui engolida pela burocracia (até o dia de hoje, eles nunca me disponibilizaram os dados que solicitei de atendimentos hospitalares a travestis e transexuais que sofreram agressões). A 5ª DP de Polícia Civil UPC Araxá Pedrinhas, que, segundo informações do agente que chamaremos de Alfred, havia sido recém instituída enquanto uma delegacia especializada no atendimento a crimes contra idosos, negros, população LGBTQ e pessoas com deficiência, ainda não dispunha de dados referentes a esses crimes em virtude do “disfarce” que esses crimes sofreriam por não serem registrados enquanto crimes de homo/transfobia, perdendo-se assim no meio de denúncias de crimes de outras naturezas.

Algo que era comum nos relatos de todas as prostitutas trans com quem conversei era a violência policial com que elas conviviam – elas me relataram constrangimento por serem chamadas pelo *deadname*⁴, uma ação que escalava até atingir a mais aberta violência verbal e física. Isso as desestimulava a denunciar, o que, somado à não identificação nos boletins de ocorrência dos casos de transfobia enquanto transfobia, dificultava a notificação dos casos. A pesquisa foi orientada, então, para a construção de um instrumento normativo que orientasse policiais quanto ao atendimento de pessoas transgênero, bem como quanto à identificação dos gargalos que dificultariam a notificação dos casos de transfobia no Amapá. Tudo se encaminhava nesse sentido até que eu encontrei France⁵, funcionária da SEJUSP, que me indicou a leitura no site da SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) das normativas existentes quanto ao tratamento à população LGBTQ. Ao seguir esse conselho, deparei-me com vários manuais e cartilhas com tudo o que eu queria produzir, o que indicava que o produto não seria inédito. Isso reorientou novamente a minha pesquisa dois meses antes do exame de qualificação.

Assim, entrando em convergência com minha nova orientadora, desisti do instrumento normativo e abracei sua sugestão de produção de uma dissertação. O problema da pesquisa foi o resultado de um acúmulo dos dados obtidos durante a pesquisa exploratória, das leituras que foram avançando, do diálogo com pesquisadores(as) e transativistas do Brasil inteiro com

4 É o nome atribuído ao indivíduo no nascimento e que mantém relação direta com o sexo/gênero que lhe foi atribuído em decorrência de sua genitália, portanto, é o nome abandonado pelo indivíduo quando este percebe sua identidade de gênero de maneira diversa da que lhe fora atribuída, e passa a adotar um nome que estabeleça coerência com a identidade de gênero assumida.

5 Nome fictício.

quem tive contato em um Congresso Internacional onde apresentei trabalho: o caráter generificado do acesso à cidadania por pessoas trans.

Desta forma, a questão da pesquisa já adquiria contornos mais sólidos, importando compreender as implicações de se viver como uma pessoa transgênero em Macapá no tocante ao acesso à cidadania. Nesse aspecto, sua condição de gênero se constituiria num empecilho para a garantia de direitos? O Estado manifestaria, dessa forma, um caráter heteronormativo? Tais questões já norteavam a pesquisa, mas restava reorientar a metodologia, isto é, como eu chegaria às respostas para aquelas questões. Os dados fornecidos pelos relatórios de organizações como o Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), a *Transgender Europe* (TGEU) e a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) foram cruciais para a compreensão do quadro de violência contra as pessoas transgênero, em virtude de sua vivência de gênero desviante da norma, bem como para a identificação dos indivíduos mais vulneráveis e, portanto, mais distantes de uma existência cidadã.

No total, analisei sete relatórios na escrita dessa dissertação: “Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018”, Publicado conjuntamente por ANTRA e IBTE em 2019; “Relatório GGB (Grupo Gay da Bahia) 2018 – população LGBT morta no Brasil”, publicado em 2019; “Relatório Pessoas LGBT mortas no Brasil: 2017”, publicado pelo Grupo Gay da Bahia em 2018; “Diálogos sobre viver trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – dossiê 2018”, publicado pela Rede Trans Brasil (Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil) em 2019; “As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil” publicado pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação em 2019; o relatório “O Círculo vicioso da Violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual”, publicado pela *Transgender Europe* em 2017; e o “Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no Estado de Minas Gerais”, publicado pelo NUH (Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT) da Universidade Federal de Minas Gerais em 2018.

O “Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018”, publicado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais e Instituto Brasileiro Trans de Educação em 2019, é produzido de forma colaborativa a partir de relatos fornecidos por sua rede de filiados(as) em todo o Brasil, de pesquisa em matérias de jornais e outras mídias digitais – em suma, todos os meios de comunicação que possam interligar os(as) transativistas

filiados ou não a essas organizações, tais como e-mail, *Facebook* e *Whatsapp*⁶. A partir das denúncias recebidas, tais transativistas fazem um trabalho de pesquisa e averiguação (dentro de suas possibilidades, como descrito no próprio dossiê) para contabilizar a violência.

O Grupo Gay da Bahia opera com metodologia parecida, mantendo um blog que funciona como um banco de dados digital chamado “Homofobia mata”. Nesse site, é possível obter um formulário de denúncia onde o(a) internauta pode denunciar crimes noticiados pela mídia – com link para o site de origem, nomes e fotos, ou mesmo um fato presenciado, mas que não foi notícia, garantindo-se o sigilo do(a) denunciante.

Para a produção dos “Diálogos sobre viver trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – dossiê 2018”, a Rede Trans Brasil utilizou dados de jornais e websites que contivessem fotos ou vídeos, como forma de conferir maior consistência aos dados.

Associação Nacional de Travestis e Transexuais, Grupo Gay da Bahia e Rede Trans Brasil são três das maiores organizações LGBTQ do Brasil. Num contexto em que o Estado não produz sistematicamente dados sobre a existência de pessoas trans (não se sabe, por exemplo, quantas estão na escola, quantas trabalham no mercado formal; não se sabe sequer quantas existem no Brasil), e principalmente, sobre violações aos seus direitos, tal disposição em levantar de forma militante informações sobre como vivem os LGBTQ no Brasil, catalogando e sistematizando dados, constitui uma ação altamente relevante para os pesquisadores, que temos acesso a um retrato mais próximo da realidade do que o apresentado por números oficiais.

No entanto, há problemáticas referentes às metodologias que estruturaram o levantamento e a análise dos dados, bem como a elaboração dos relatórios. Alguns dados apresentados não podem ser verificados, tais como os constantes no Relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais/Instituto Brasileiro Trans de Educação e do Grupo Gay da Bahia, obtidos através de relatos da rede de filiados(as), ou seja, que escapam à notificação por órgãos como delegacias ou hospitais. Entendo que estes dados não podem ser descartados por se tratarem de informes vindos diretamente do grupo pesquisado, e obtidos através de um trabalho militante de transativistas, num esforço de produção de dados que permitam, antes de dimensionar a violência sofrida por travestis e transexuais (a população LGBTQ, no caso do relatório do Grupo Gay da Bahia), afirmar a existência dessa violência, tão invisível para o

6 O *Facebook* é uma rede social virtual que permite, entre outras funcionalidades, o compartilhamento de imagens, documentos e troca de mensagens diretas com outras pessoas que também estejam conectadas à mesma rede. Já o *Whatsapp* é um aplicativo multiplataforma para troca de mensagens instantâneas, assim como imagens e documentos. Ambos possuem o uso bastante difundido no Brasil, com aproximadamente 127 milhões de usuários do *Facebook* e cerca de 120 milhões de usuários do *Whatsapp* (GHETTI e RIBEIRO, 2018)

Estado – ao menos é o que demonstra a ausência de políticas públicas voltadas para o combate à homo/transfobia – bem como para a resistência daquele grupo.

Além disso, os dados apontados pelos citados relatórios aparecem em documentos de outras organizações, produzidos a partir de metodologias mais consistentes, inclusive de organizações internacionais como a *Transgender Europe*. Por último, é preciso reconhecer que se trata de publicações muito atuais, publicadas no mesmo ano em que esta dissertação é finalizada, sendo que todos os relatórios utilizados foram publicados entre os anos de 2017 e 2019, cujos dados mais antigos remetem a 2016. Assim, a atualidade se constitui em uma das características desta dissertação.

O Instituto Brasileiro Trans de Educação é uma rede de professores e professoras trans do Brasil, onde eles(elas) trocam informações, mobilizam ações políticas e produzem conhecimento a partir de suas experiências no ambiente escolar. O dossiê “As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil”, publicado em 2019, é um apanhado de artigos produzidos pelos seus próprios membros, em que cada trabalho possui metodologia própria. A maioria dos textos tem caráter ensaístico, sendo alguns produzidos a partir da realização de entrevistas, da aplicação de questionários e da observação científica.

O uso do referido dossiê para esta dissertação se deu pela abordagem centrada no ambiente escolar, com uma análise qualitativa que difere dos relatórios apresentados anteriormente, pois não quantifica as violações, mas descreve e analisa a vida de estudantes e professores(as) transgênero nas escolas. Essa análise se torna relevante a partir da identificação da evasão/expulsão escolar de pessoas transgênero como um obstáculo não só à sua formação enquanto cidadãos, mas à inserção dessas pessoas em espaços como a universidade e o mercado formal de trabalho (CANTELLI; NOGUEIRA, 2019), que, por sua vez, pode tornar a prostituição uma atividade atrativa (ANTRA, 2019), já que esta não requer nível determinado de escolarização para ser exercida.

A *Transgender Europe*, uma organização internacional que cataloga dados sobre violações dos direitos de pessoas trans pelo mundo, obtém seus dados a partir de parcerias com diversas organizações espalhadas internacionalmente. Os dados são coletados a partir de documentos oficiais e o levantamento é feito por transativistas – essa metodologia foi a utilizada para a produção do relatório “O Círculo vicioso da Violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual”, publicado em 2017.

Os dados desse relatório nesta dissertação se justificam por estes permitirem uma contextualização geral da transfobia no Brasil e no mundo, já que não se trata de um fenômeno restrito àquele país. A afirmação de que “o Brasil é o país que mais mata travestis e

transexuais no mundo”, por exemplo, não seria possível de verificação sem uma análise comparativa dos casos existentes em outros países. Este relatório também supre a ausência de dados sobre questões específicas, pois possui dados de outros países sobre questões de que não possuímos informações catalogadas aqui no Brasil; dessa forma, tais dados são acionados para demonstrar alguns argumentos, mesmo que não tratem da realidade do Brasil, que servem para fornecer um panorama geral da transfobia pelo mundo.

O “Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no Estado de Minas Gerais”, publicado pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT em 2018, é o que tem a metodologia mais detalhada. Para a produção do relatório, eles coletaram notícias de jornais, revistas e mídias eletrônicas sobre o assassinato de LGBTQ entre janeiro de 2014 e dezembro de 2015 – portanto, no período de dois anos –, bem como do instrumento oficial de produções estatísticas de criminalidade em Minas Gerais, o CINDS/CEDS (Centro Integrado de Informações de Defesa Social). Em seguida, foi identificado o REDS (Registro de Ocorrência da Defesa Social)⁷ de cada delito e solicitado às delegacias os inquéritos policiais relativos a cada REDS, tendo os dados tabulados e analisados qualitativamente com ênfase nas questões de gênero e sexualidade.

Esse é o único dos relatórios que versa sobre um estado específico, Minas Gerais, e sua utilização para esta dissertação se justifica pelo seu conteúdo que analisa as interfaces entre gênero e procedimentos processuais da Justiça – um recorte original e caro à análise de uma homo/transfobia, que também é institucional. Nesse relatório, ainda também são discutidas questões sobre travestilidade e prostituição, além de como a Justiça lida com os assassinatos de travestis e transexuais. Portanto, os dados desse documento oferecem contribuições relevantes para esta dissertação.

Os dados apresentados pelos relatórios, que tratam de problemáticas diferentes – contexto escolar, números de violações, interface com a Justiça – cobrem a maior quantidade de domínios relativos às violações de direitos de pessoas transgênero, seja interpessoal ou institucional. Além da pesquisa bibliográfica, todas as informações que constam nessa dissertação foram verificadas em todos os relatórios citados. Após a leitura inicial, os relatórios foram fichados, ou seja, identificados os principais trechos e transcritos para outro documento, junto com as páginas em que se encontravam. Em seguida, construí um quadro identificando os temas que se repetiam e onde poderiam ser encontrados em cada relatório; já

⁷ O REDS é o documento elaborado pelos agentes de Segurança Pública, que se destina a protocolar as ocorrências e permitir o prosseguimento de investigações e demais providências a serem tomadas em cada caso (NUH, 2018)

na escrita da dissertação, quando eles surgiam e requeriam os dados dos relatórios, eu consultava o instrumento produzido para a organização das informações, localizando onde estavam os dados que eu precisava.

Antes de apresentar os quadros, ressalto que eles foram construídos como um trabalho que eu pensava inicialmente ser “de bastidor”, com o objetivo único de me ajudar a organizar os dados, para saber onde estes se encontravam quando deles necessitasse. Resulta disso seu aspecto simples, eles não foram construídos para estarem na dissertação. A decisão de incluí-los aqui foi motivada pelas professoras que avaliaram este trabalho em sua defesa, que muito acertadamente perceberam que a organização dos dados por si só é uma etapa muito importante da pesquisa, e por isso é fundamental, num capítulo intitulado “O percurso da pesquisa”, que essa etapa tão importante seja descrita também. Os quadros encontram-se disponíveis em forma de apêndices no final desta dissertação.

Além dos relatórios, também utilizei dados cedidos pela 5ª DP, cuja escassez de registros contra travestis e transexuais foi o principal dado que aquela delegacia me forneceu. Quando retornei àquela delegacia, com a pesquisa já em andamento, fui informada que a atribuição dessa delegacia – especializada no atendimento de crimes contra minorias, o que incluiria os casos de homo e transfobia – nunca havia sido oficializada. Isso me deixou profundamente chateada, pois eu estava há várias semanas indo àquela delegacia, esperando por horas para falar com um(a) ou outro(a) agente, convivendo com o descaso pela minha pesquisa, pelos dados que eu tinha requerido, e com a atenção indesejada de homens inconvenientes. Esse episódio me revelou o quão ineficiente o Estado pode ser na tarefa simples de disponibilizar informações, fazendo-me pensar em quanto tempo de pesquisadores(as) já havia sido desperdiçado da mesma forma, na quantidade de pesquisas científicas que, assim como a minha, já haviam sido prejudicadas por essa desatenção.

A 5ª DP era uma delegacia de bairro. Isso me foi dito enfaticamente pelos(as) agentes de polícia civil ao me entregarem os dados que eu havia solicitado sobre os casos registrados de violências dirigidas contra travestis e transexuais. Apenas dois registros entre os meses de janeiro (2017) e dezembro (2018). De acordo com o delegado com quem conversei, houve uma tentativa de transformar aquela delegacia em especializada no atendimento de crimes contra minorias. Essa iniciativa teria partido da delegada anterior, no entanto, ela não foi oficializada através de qualquer documento; assim, o que existia oficialmente era a atribuição da 5ª DP como uma delegacia de bairro, não especializada nos crimes contra as minorias.

Essa delegacia passa pela troca de sistema informacional, de forma que o atual sistema não possibilita a consulta nos dados cadastrados, com sua ferramenta de buscas desabilitada e

o “novo” sistema ainda não utilizado até o momento da coleta dos dados. Essa confusão foi observada em algumas outras delegacias que eu visitei, como a Delegacia das Mulheres e a delegacia do bairro do Trem. E mesmo nas que já utilizavam o novo sistema, o mapeamento dos casos de transfobia esbarrava na sua não tipificação enquanto crime, o que significou a identificação das violações contra pessoas transgênero em crimes como injúria e ameaça, em meio a todas as outras ocorrências desse tipo que não motivadas pelo gênero da vítima. Embora tenham sido instituídos em 2016, os campos de preenchimento referentes ao nome social, identidade de gênero e orientação sexual nos REDS, aparentemente (nenhum agente de polícia tentou fazer a busca na minha frente), não é possível realizar buscas por estas categorias.

Urgindo a necessidade de delimitação de quem seriam os indivíduos da pesquisa, diante da impossibilidade de se chegar a um número absoluto da quantidade de pessoas transgênero em Macapá – não há um campo específico para identificação de cisgeneridade/transgeneridade no censo IBGE, e as organizações locais onde estão concentrados(as) os(as) militantes trans, como o Fórum Trans Amapá e a UNA LGBT Amapá, não possuem um censo próprio ou cadastro de filiados(as) – e pelo viés interpretativo desta pesquisa, optei por pesquisar as pessoas trans, travestis e mulheres trans, que se prostituem nas ruas de Macapá. A seguir, explicarei brevemente como cheguei a esse recorte.

A violência dirigida a esta população em virtude da manifestação de gênero desviante da norma é vivenciada muito cedo – desde o primeiro ambiente em que a maioria de nós é socializada, a família. Na América Latina, entre 44 e 70% das meninas e mulheres trans sentiram necessidade de sair ou foram expulsas de casa em virtude de sua expressão de gênero (BORGOGNO apud TGEU, 2017). No Brasil, essa expulsão/fuga se dá quase sempre antes que a pessoa trans complete 18 anos – às vezes enquanto ela ainda é criança, a partir das primeiras manifestações de “incoerência” no gênero (PELÚCIO, 2007a).

Estima-se que 13 anos de idade é a média em que travestis e transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA, 2019). A expulsão do lar torna essas pessoas mais instáveis economicamente e mais vulneráveis em função da ausência de moradia (TGEU, 2017). A escola também se revela como um local de abuso, um ambiente marcado por constrangimentos e humilhações. O indivíduo que se percebe transgênero convive desde muito cedo com a constante vigilância sobre o seu gênero, com o conseqüente sentimento de inadequação e impotência. Isso resulta num alto índice de evasão escolar dessas pessoas: 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental, apenas 0,02% se encontra cursando o ensino superior (ANTRA, 2019). Assim, com deficiência na formação

profissional, sem conseguir ingressar no mercado formal de trabalho e carregando no corpo as marcas do não alinhamento a uma estrutura binária de gênero, travestis e transexuais são levadas à prostituição, atividade que não requer escolaridade específica. De acordo com a ANTRA, 90% das travestis e transexuais se prostituem ou já se prostituíram em algum momento da vida para sobreviver (2019).

É preciso que se fale que a transexualidade e a travestilidade não são sinônimos de prostituição, como o senso comum pode afirmar e o próprio Estado pode admitir, conforme descrição da Classificação Brasileira de Ocupações vigente até 2011, onde os termos travesti e transexual eram verbetes apresentados como sinônimos de profissional do sexo (JESUS, 2013). A escolha por esse grupo nesta pesquisa se justifica pela quantidade de travestis e transexuais que se encontram na prostituição, sendo 90% um percentual alto e representativo. Por outro lado, a prostituição coloca esses indivíduos em condição de maior vulnerabilidade, portanto mais propensos a serem violentados em virtude de suas identidades de gênero; por isso a escolha pelo exercício desta atividade como critério de escolha dos agentes da pesquisa.

A opção pelas travestis e mulheres trans se deu por estas muitas vezes dividirem os mesmos espaços no exercício da prostituição, tendo uma experiência próxima, o que já não pode ser observado entre os homens trans que se prostituem. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais aponta que estes possuem maior nível de escolaridade do que travestis e mulheres trans, e que em geral optam pelo exercício da prostituição em locais com maior segurança do que a rua (2019). Isso se reflete no número de assassinatos de homens trans no Brasil, esmagadoramente menor do que de travestis e mulheres trans: dos 163 assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2018 apontados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 4 foram de homens trans (2019). Essa proporção se manteve no relatório do Grupo Gay da Bahia, que apontou 6 assassinatos de homens trans num total de 164 assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2018 (2019).

Os sujeitos da pesquisa, que desde a leitura de Donna Haraway (1995) se tornaram agentes da pesquisa, sempre foram estes, sem perder de vista um ajuste ou outro nos recortes que foram delimitando o grupo, pelos motivos explicitados acima. Já o mesmo não pode ser dito sobre a metodologia de desenvolvimento da pesquisa, que sofreu interferências desde a reorientação conduzida pela própria pesquisa de campo – que descreverei brevemente nos parágrafos seguintes – até a troca de orientação: literalmente, meu orientador se desligou do Programa de que faço parte para compor outro colegiado; assim, minha orientação foi remanejada para a professora Carmentilla Martins, que supervisionou a produção desta dissertação. Isso acarretou uma série de mudanças na pesquisa, desde a inclusão de alguns

referenciais teóricos até a mudança do produto final a ser apresentado. Isso aconteceu dois meses antes do exame de qualificação.

Foi na qualificação que eu vislumbrei que não teria pernas para realizar uma pesquisa do tamanho que queria, com uma diversidade tão grande de metodologias, conforme apontou a banca de avaliação. Depois de muita leitura sobre variados métodos de pesquisa qualitativa, decidi pelo uso do grupo focal, já sabendo que muito pouco poderia contar com documentos oficiais como fontes de pesquisa. Tal método me permitiria produzir minha fonte, além de dinamizar o compartilhamento das histórias das minhas interlocutoras, as quais, ao serem colocadas em grupo, se sentiriam mais inclinadas a falarem, como sugerem os teóricos. Entretanto, acabei subestimando a dificuldade de acesso às minhas entrevistadas. Com todos os anos de militância no movimento LGBTQ, com tanta leitura sobre gênero, feminismo e transfeminismo, só consegui reunir duas trans prostitutas para comporem o grupo focal, ou seja, não existia grupo focal.

“Os dados falam contigo”. Essa foi uma frase repetida a mim diversas vezes durante a pesquisa e escrita desta dissertação. Há um sentimento que eu chamo de baixa autoestima intelectual, que pra mim é a sensação de que não se é inteligente o suficiente, deixando algo escorrer pelos dedos das mãos, que não consegue ver o que de relevante há pra ser visto nem escrever algo que seja importante. “Os dados falam contigo” surgiu várias vezes quando eu me sentia dessa forma – tudo o que eu entendia era que eu saberia o que fazer quando chegasse o momento, e de certa forma foi o que aconteceu. O meu planejamento de pesquisa de campo teve de ser substituído porque quando eu fui para campo a realidade se mostrou outra da que eu tinha projetado: o campo falou, os dados falaram, e eles falaram um alto e sonoro “não”.

Eu vivi as cinco fases do luto⁸ na semana seguinte às tentativas de realização dos grupos focais e, depois de diluído o sabor amargo de fracasso na boca, uma saída se apresentou: diante da disponibilidade de uma só pessoa em falar, por que não estudar as experiências do grupo selecionado a partir das vivências desta pessoa, estudada em profundidade? O estudo das trajetórias de vida é uma importante ferramenta na busca pela compreensão que os indivíduos têm do espaço de possibilidades em que suas vivências estão inscritas (HEINICH, 2010), ao mesmo tempo em que tais indivíduos podem protagonizar o contar de suas histórias, que se dará com suas próprias vozes.

Mary Del Priore aponta a biografia, isto é, a escrita da história de vida das pessoas, como uma das primeiras formas de escrita da História, “depois da dos deuses e de homens

⁸ Negação, raiva, barganha, depressão e aceitação (KÜBLER-ROSS, 1985).

célebres” (DEL PRIORE, 2009, p. 7). Ainda segundo ela, os historiadores gregos e romanos recheavam suas histórias de guerras e imperadores com ficção, preocupando-se mais com o efeito estético do que com a exatidão do que era narrado. A partir dos séculos XII e XIII, os santos católicos passaram a protagonizar as histórias biográficas, cedendo lugar para os cavaleiros da Idade Média logo depois. Com o Renascimento e o crescente culto de si, contar a própria história virou moda até que no século XIX as biografias ajudaram a construir nações, criando e consolidando símbolos nacionais como monarcas, acontecimentos históricos e tradições populares. Quando houve o divórcio entre História e Literatura, entre os séculos XIX e XX, a História se tornou uma disciplina de acadêmicos e, como tal, não possuía espaço para a arte, sendo a biografia uma narrativa por excelência.

Os *Annales* trocaram a história factual, diplomática, de grandes homens por uma história total. Os(as) escritores(as) passaram a ser os(as) responsáveis pela escrita das biografias, e a sede dos(as) leitores(as) por esse gênero não cessou. A História se reaproxima das biografias reescrevendo-as de um novo modo, debruçando-se sobre os indivíduos, mas revelando a coletividade em que eles estão imersos. Contudo, foi apenas nas décadas de 1970 e 1980 que a História estrutural de influência marxista perde espaço e a biografia deixa de ser rejeitada. Ela ressurgiu não mais como a história dos grandes homens que fizeram grandes feitos, mas “vista de baixo”, a partir das histórias dos indivíduos que tradicionalmente a História recusou (DEL PRIORE, 2009).

Nas Ciências Sociais, o uso das biografias ou trajetórias de vida tem se desenvolvido sob o debate teórico entre as perspectivas de Bertaux e Bordieu acerca de sua concepção e utilização. Enquanto o primeiro propõe um enfoque mais subjetivista em que privilegia a observação exclusiva dos discursos de um dado indivíduo, desconsiderando a regulação operada sobre ele pelos meios sociais a que está ligado, Bordieu defende a objetividade no seu enfoque, situando as trajetórias de vida frente às condições concretas de existência a elas subjacentes. Esse debate remete a um nó epistemológico das Ciências Sociais, que é a discussão entre objetividade e subjetividade: a ciência precisa ser generalizável, e tudo o que é individual remete a coisas não generalizáveis como a subjetividade, uma parte do todo. Já as análises que tomam um corpo maior, como a sociedade, em suas análises, remetem de forma mais clara à coletividade, à objetividade e, portanto, ao que é generalizável. Assim, ao

tomar por foco de estudo a trajetória de uma pessoa nos ambientes sociais de que participa, ao oferecer a oportunidade de questionar como cada sujeito vive ligado a redes de interdependência [...] que se estendem além de seu pertencimento social imediato, estes estudos deparam-se frontalmente com a

questão da relação entre o individual e o social, entre o pequeno e o grande, entre a parte e o todo. (GUÉRIOS, 2011, P.13)

Todas as entrevistas de Yasmin foram transcritas; em seguida, foram grifados os trechos que julguei mais interessantes, os quais, inicialmente, foram separados em tópicos por tema, como “infância”, “escola”, “descoberta da sexualidade e gênero”, o que organizava os dados por temática, mas também cronologicamente, já que eu optei por manter uma estrutura narrativa linear da história de vida da entrevistada. Mas, no processo de escrita do terceiro capítulo, percebi que a divisão nos âmbitos de exclusão que eu estava utilizando também era útil; então separei os trechos grifados novamente, dessa vez pelos aspectos de exclusão que eles revelavam: “exclusão formativa”, “exclusão laboral”, “exclusão econômica” etc., os quais serão descritos no terceiro capítulo. Além dos trechos que já constavam na primeira divisão, outros foram acrescentados. Os trechos que se relacionavam a mais de um âmbito, já que eles não são excludentes entre si, foram classificados no que eu julguei prioritário, ou seja, no que se relacionava de maneira mais direta. Assim, os dados foram classificados dessas duas formas. Estes quadros encontram-se dispostos ao final desta dissertação em forma de apêndices.

Como os relatórios também se dividem tematicamente, não houve muita dificuldade no processo de escrita. Se eu escrevia sobre educação, por exemplo, consultava o relatório do Instituto Brasileiro Trans de Educação; se buscava dados de violência, os relatórios do Grupo Gay da Bahia e Associação Nacional de Travestis e Transexuais eram os mais indicados, e assim sucessivamente. Seria um erro pressupor cada experiência individual de Yasmin como um retrato da experiência transexual no Amapá apoiada apenas em seu relato – para isso foram utilizados os relatórios e os referenciais bibliográficos, a fim de que, somadas essas fontes de informações, eu pudesse compor um quadro o mais fiel possível do acesso de pessoas trans à cidadania, partindo da experiência de Yasmin.

Uma das questões fundamentais nos estudos que utilizam as histórias de vida diz respeito às conexões estabelecidas entre a trajetória individual e o meio social em que ela se dá – o que Guérios chama de jogos de escalas. Algumas iniciativas têm surgido no intuito de equalizar esses dilemas, como a chamada micro história, que propõe a redução da escala de observação dos objetos de pesquisa histórica a partir da delimitação temática extremamente específica na temporalidade e no espaço, evitando as generalizações acerca de “épocas” ou “idades”, ou, como indica Levi, a “redução da escala de observação, em uma análise

microscópica e em um estudo intensivo do material documental” (apud GUÉRIOS, 2011, p.15). Nesse sentido,

cada ator histórico participa, de maneira próxima ou distante, de processos de dimensões e níveis variáveis, do mais local ao mais global. Não existe, portanto, hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista microhistórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais; é [...] uma versão diferente. (REVEL apud GUÉRIOS, 2011, p.16).

Carlo Ginzburg, pioneiro da utilização da micro história nos estudos históricos, conta, em seu clássico “O queijo e os vermes” (2006), a história de Domenico Scandella, o Menocchio, acusado de heresia pela Inquisição por defender que a origem do mundo advinha da putrefação. O historiador conta uma história acontecida há cinco séculos e, a partir de um sujeito, o moleiro, e sua trajetória individual, recria o tecido social do espaço e do tempo em que este estava inserido.

Minha interlocutora se chama Yasmin Magalhães dos Anjos, que apresentarei no terceiro capítulo: ela é minha contemporânea, não viveu em um século diferente e nem mesmo em um lugar distinto do meu; no entanto, suas experiências são diferentes das minhas, isso me foi lembrado quando eu estive nas zonas de prostituição, quando eu vislumbrei meu próprio privilégio enquanto mulher cisgênero. É possível que as experiências de Yasmin sejam distintas inclusive das experiências daqueles(as) que lerão este trabalho, embora torça para que não, pois espero que ele tenha sucesso e depois se afaste da Universidade o quanto puder e chegue às travestis e transexuais que não conseguiram entrar nesse espaço, 99, 98% delas (ANTRA, 2019).

A condição de transexualidade fez Yasmin vivenciar a escola, a família, o amor, de modo diverso daqueles(as) cuja roupa azul ou rosa vestida no nascimento serviu. As experiências de Yasmin demonstram o trato dado a um segmento muito específico da população, o das pessoas transgênero – experiências em grande parte compartilhadas, no sentido de que vivenciadas pela maioria das pessoas transgênero. Nesse sentido, ao entender a relação estabelecida entre Yasmin e o mundo, a sociedade, o Estado, além de “suas leituras e discussões, pensamentos e sentimentos: temores, esperanças, ironias, raivas, desesperos” (GINZBURG, 2006, p. 9), entendemos também os desse segmento.

Ao mesmo tempo, ao ecoar a história da Yasmin, sinto que não falo sozinha, no sentido de não usurpar um lugar de fala que eu tenho consciência que não me pertence. E aqui

abro um parêntese para falar sobre transepistemicídio, que pode ser entendido como o aniquilamento de conhecimentos não assimilados pela cisgeneridade (NOGUEIRA, 2019), ou seja, o silenciamento das vozes trans quanto ao discurso sobre si mesmas, a partir da legitimação única de outras vozes, como a científica.

Figura 1 – Cartaz da Campanha do Instituto Brasileiro Trans de Educação contra o Transepistemicídio



Fonte: (Página do Instituto Brasileiro Trans de Educação no Facebook, 2018)⁹

No cartaz acima, percebe-se o incômodo da população trans em ter seu protagonismo roubado a partir do uso da palavra “objeto”, que, dentre muitos sentidos, pode ser entendido como aquele(a) que é observado(a), questionado(a) e pesquisado(a), mas que, no fim das contas, não fala por si, precisando do(a) pesquisador(a) para lhe atribuir significado. Essa foi uma preocupação que permeou toda a pesquisa, e acredito que a escolha dessa metodologia dirime as possibilidades de usurpação do lugar de fala.

O transepistemicídio se expressa com muita frequência no ambiente das universidades, em que pesquisadores(as) cisgênero são chamados(as) a falar sobre pessoas transgênero, o que é válido, pois se trata de pesquisa científica, isto é, relevante, realizada com método e tudo o que é próprio à Ciência. No entanto, quando a fala dos(as) pesquisadores(as) é tida como suficiente, e não se escutam as pessoas trans falando em primeira pessoa, aí há usurpação do protagonismo, aí os(as) pesquisadores(as) atribuem a si o papel de principal ou única voz legítima para falar das questões da transgeneridade, e assim as pessoas trans são silenciadas.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ibteducacao/photos/a.1077481885690955/1569554326483706/?type=3&theater>. Acesso em 06 fev. 2019

O transepistemicídio é a reprodução da transfobia no tocante às produções intelectuais, pois recusa às pessoas trans a capacidade de elas produzirem cientificamente.

Faço essa reflexão, pois, como já dito, esta dissertação nasce das inquietações que me foram suscitadas na minha experiência com o movimento social, quando me tornei sensível às violências que afligem a população trans. Acredito que o transepistemicídio é mais uma das violências cometidas contra essa população, menos visível e mais rasteira, mas tão grave quanto. Como eu poderia denunciar a cidadania usurpada de travestis e transexuais me tornando eu mesma um algoz?

Voltando à metodologia, a micro história e o uso das trajetórias de vida respondem à necessidade de realocação das questões entre o indivíduo e o meio social para outros termos, rompendo o antagonismo entre o indivíduo e a sociedade: “Na vida de um indivíduo convergem fatos e forças sociais, assim como o indivíduo, suas ideias, representações e imaginário convergem para o contexto social ao qual ele pertence” (DEL PRIORE, 2009, p. 10).

Ainda em *O queijo e os vermes*, Ginzburg utiliza outros documentos que dão conta das atividades econômicas e da vida dos filhos de Menocchio, de modo a compor um quadro mais completo sobre a vida do moleiro. Além das entrevistas com Yasmin, eu utilizo dados obtidos junto às delegacias em Macapá e os relatórios que dão conta da violência que acomete pessoas trans, os já listados e apresentados: “Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018”; “Relatório GGB 2018 – população LGBT morta no Brasil”; “Relatório Pessoas LGBT mortas no Brasil: 2017”; “Diálogos sobre viver trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – dossiê 2018”; “As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil”; o relatório “O Círculo vicioso da Violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual”; e o “Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no Estado de Minas Gerais”.

Uma última discussão que diz respeito a uma questão ética é sobre a utilização do TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido), documento que visa proteger os indivíduos estudados, garantindo-lhes anonimato, sigilo, possibilidade de desistência da pesquisa entre outras coisas. Para alguns pesquisadores, a dinâmica que se estabelece entre pesquisadores(as)/pesquisados(as) se dá por outras bases que não a formalista e burocrática (PELÚCIO, 2007a) e, em alguns casos, como no caso de populações pouco letradas, em situação socioeconômica precária, com pouca informação sobre os procedimentos científicos, a solicitação de preenchimento desse documento “acaba sendo mais uma violência simbólica

a oprimir as pessoas em estudo” (BENEDETTI, 2005, p. 49). Partilhei desse incômodo quando uma das minhas entrevistadas, mesmo após a minha explicação do que se tratava, para que servia e que direitos ele resguardava, tanto delas quanto meus, me pediu: “Você pode ler pra mim?” Desde antes desse episódio, o momento de pedir a assinatura do termo já era desconfortável para mim, e isso se tornou mais drástico depois desse episódio. Mesmo assim, ressalto a importância do Termo e sua utilização para a produção desta dissertação.

Relembrando o processo de construção da pesquisa que deu origem a essa dissertação, desde sua concepção enquanto um projeto em 2016, a história que busquei resumir neste capítulo, percebo que o produto a que se chega é fruto muito mais da realidade concreta, do que foi possível fazer, do que de qualquer plano feito ao longo desses três anos. Numa pesquisa com tantos percalços, metodologias frustradas, troca de orientação e ausências de dados, seria incompleto falar das conclusões a que cheguei sem mencionar o caminho trilhado até que a dissertação adquirisse os contornos de hoje. A percepção da dificuldade em acessar esses indivíduos, de obter dados sobre quem são e como vivem é um ponto de partida para compor um quadro sobre sua invisibilização e subalternização na nossa sociedade, o que no limite vai retirar desses indivíduos aquilo que poderia se considerar básico num Estado democrático, a cidadania.

O PESO DO CORPO

Neste capítulo trataremos das principais categorias analíticas que estruturam a pesquisa: gênero, transgênero, cidadania, são conceitos polissêmicos que podem ter compreensões distintas de acordo com uma ou outra orientação teórica, portanto, falaremos sobre as principais discussões acerca dos referidos conceitos, descrevendo os sentidos que foram adotados nesta dissertação. O objetivo não é, de forma alguma, dar conta de todas as teorizações já feitas acerca de cada categoria, nem reformular ou propor novas conceituações, mas antes, situar o(a) leitor(a) acerca dos principais debates em torno dos conceitos indicados e a inclinação teórica adotada neste trabalho. As categorias analíticas abordadas serão: gênero, transgeneridade, sexo, corpo e cidadania. Elas serão divididas e discutidas em tópicos próprios, essa divisão busca organizar e facilitar a leitura e o entendimento, sem, entretanto, significar que sejam categorias isoladas entre si, pelo contrário, em muitos pontos elas se tocam, convergem, divergem, se instigam entre si.

O título deste capítulo faz alusão ao livro publicado por Judith Butler em 1993, “*Bodies that matter*”, cujo título contém um jogo de palavras em língua inglesa: o verbo *to matter* significa “importar”, “ter importância”, enquanto o substantivo *matter* pode ser traduzido como “matéria”. Assim, no título de sua obra, Butler afirma que há corpos que importam (*bodies that matter*), o que implica em dizer que há outros que não. Ao mesmo tempo em que a ideia de ser matéria se relaciona com a própria ideia de existir num mundo tangível, da mesma forma, se há corpos que existem, também há corpos que não. Na tradução em português, “*Bodies that matter*” virou “Corpos que pesam”, mantendo-se a ideia de peso como uma propriedade da matéria, algo que requer esforço para ser carregado, tal qual o corpo em seu esforço para se conformar ou ser conformado dentro de um sistema de normas. Assim, me pareceu adequado retomar esse trocadilho de Butler, embora aqui ele tenha perdido toda sua dubiedade e se apresente literal, para nomear um capítulo em que falarei sobre as categorias instrumentalizadas na análise proposta por esta dissertação.

3.1 Gênero

A palavra gênero remonta ao latim *genus*, que significa “nascimento”, “família”, “tipo”, e passou a ser utilizada para se referir ao sexo dos indivíduos no século XV, se popularizando no século XVIII, quando os avanços da medicina possibilitaram um maior conhecimento acerca do corpo humano e das diferenciações entre os espécimes femininos e masculinos, tais como o sistema reprodutor. Essas diferenciações logo se tornariam objeto de

pesquisa científica, sendo teorizadas por diversos pensadores. De acordo com Del Priore, na Filosofia a diferença de sexos é a primeira das diferenças (DEL PRIORE, 1998): em Aristóteles a questão está presente em suas interrogações sobre a vida social, familiar e conjugal; Engels em seu clássico “A Origem da família, do Estado e da Propriedade privada” aponta que a divisão dos sexos é o fundamento da vida social, sendo a primeira oposição de classe e a primeira divisão do trabalho estabelecida na sociedade, a partir dela se expressariam todas as outras diferenças; Descartes teorizou o amor; Spinoza, a irracionalidade da mulher; no século XIX autores como Marx e John Stuart Mill teorizavam sobre emancipação e a igualdade entre homens e mulheres; no século XX as mulheres saem da exclusividade do campo filosófico para serem pensadas pela Sociologia, Antropologia, História, Psicanálise. (DEL PRIORE, 1998).

Aos estudos em que a questão das diferenças entre homens e mulheres não aparece de forma lateral, mas como questão central, convencionou-se chamar de estudos de gênero, que é uma forma prática de “agrupar” conhecimentos que na verdade são produzidos processualmente, mantendo uma constante relação dialética com a sociedade. Para Simone de Beauvoir, o gênero é um conjunto de significados atribuídos a um corpo sexuado; de acordo com Joan Scott, ele é uma categoria analítica; Judith Butler acredita que ele é um conjunto de atos performativos. De comum entre essas diversas correntes o entendimento de que o gênero delinea invisíveis, porém densas fronteiras que marcam o limite do que é ser homem ou mulher na sociedade, ou mais adequadamente, o que se espera que sejam um homem e uma mulher.

Talvez a noção mais conhecida acerca do gênero foi a descrita por Simone de Beauvoir (1908-1986), filósofa progressista próxima do Partido Comunista Francês. Em seu livro mais famoso, “O Segundo Sexo”, publicado em 1949 originalmente, a filósofa existencialista¹⁰ dissecou a naturalização atribuída à relação homem/mulher, lançando as bases teóricas e políticas para um projeto de libertação feminina, abrindo caminho para o estabelecimento da categoria gênero.

Para Beauvoir, o gênero consistiria num conjunto de significados culturais atribuídos a um corpo sexuado. Na introdução de “O Segundo Sexo”, Beauvoir pergunta: “O que é uma mulher?” (1980, P.13), ao refutar a conclusão mais óbvia que seria um corpo que possui um útero, a pensadora conclui: “Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto,

10 O existencialismo é uma vertente filosófica que supõe que a vida humana seja uma jornada de aquisição gradual de conhecimento sobre a essência do ser, assim, esta seria mais importante do que a substância humana. Uma de suas contribuições mais contundentes diz respeito à responsabilidade do homem sobre seu destino e seu livre-arbítrio, para os adeptos dessa corrente, o ser humano é produto de suas próprias decisões e atitudes.

necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade” (BEAUVOIR, 1980, P.13). O que implica em dizer que ao nascer com o útero, o indivíduo a quem é atribuído o gênero feminino ainda não é de fato uma mulher, para isso é preciso que este exerça a feminilidade, ou seja, que se vista de determinada forma, se comporte de determinado jeito, exerça determinadas funções, em resumo, que atenda a certas expectativas depositadas sobre o indivíduo a quem é atribuído o gênero feminino:

Nenhum destino biológico psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. (BEAUVOIR, 1980, p.9).

A posse do útero é apenas a primeira das condições para a existência feminina, as outras serão forjadas no decorrer de sua vida conforme lhe são ensinados os modos de agir, se posicionar, existir enquanto uma mulher em cada sociedade ao longo do tempo, quando ela se conforma à “caricatura cultural” (SANTOS, 2010, p.117) que é o feminino. Essa ideia é resumida na máxima: “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9). O verbo “tornar-se” carrega em sua definição o sentido de transformação, de mudança de um estado a outro, uma mudança que acontece gradualmente conforme são aprendidos os modos de ser e agir femininos.

Para ela, a diferenciação entre os gêneros feminino e masculino decorre da marcação do feminino, este último seria O outro, enquanto o gênero masculino seria a pessoa universal:

A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa ao mesmo tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo vir o sentido geral da palavra homo. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (BEAUVOIR, 1980, P.9).

Assim, a mulher nunca poderá se passar pelo universal, haja visto que é marcada pela sua alteridade, pela sua falta, o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele. O homem tem características que o definem, e aquilo que não lhe é próprio será o domínio feminino. Não só a masculinidade é masculina como a neutralidade também, basta um homem numa sala para todos os presentes sejam chamados de senhores.

Quem endossa a tese do caráter relacional do gênero é Pierre Bourdieu, sociólogo e filósofo, era considerado a esquerda da esquerda na França. Para ele, as Ciências Sociais deveriam ser um “serviço público” cuja missão é “desnaturalizar” o mundo social, fornecendo

instrumentos para que as pessoas comandem o inconsciente social que governa seus pensamentos e limita seus atos, ou seja, que as ciências sociais deveriam instigar as pessoas a “desconfiarem” da organização social em que estamos inseridos, oferecendo as ferramentas para que as pessoas se empoderem e a partir disso promovam as mudanças necessárias. (WACQUANT, 2002, P.100). Em “A Dominação Masculina”, seu livro publicado em 1998, já quase no final de sua vida – ele nasceu em 1930 e morreu em 2002 -, Bourdieu (2012) aborda a ordem sexual vigente, caracterizando os mecanismos que naturalizam e buscam tornar a-histórica a subordinação feminina ao homem.

O sociólogo escreve sobre o caráter relacional do gênero, afirmando que no garoto se constrói o masculino negando toda e qualquer feminilidade presente nele, para as meninas esse processo é ainda mais radical, pois ao se constituir em uma entidade negativa definida pela falta, o feminino é o que não é masculino, suas virtudes só podem se afirmar em uma dupla negação, do masculino e dos limites referentes ao seu próprio corpo, tido como sagrado (2012). Um menino é educado a não ser feminino, ou seja, a não demonstrar sentimentos, não chorar, não demonstrar fragilidade ou delicadeza, a assumir características que o afastem definitivamente da feminilidade. Quanto às mulheres, estas são ensinadas exatamente ao oposto, a demonstrarem delicadeza, graça e fragilidade.

Além dessa diferenciação “masculino” versus “feminino”, às mulheres ainda são repassadas regras de comportamento relacionadas ao seu corpo, no sentido de guardá-lo, sentar de pernas fechadas, um modo de cruzar as pernas, de se portar frente aos homens, uma conduta inseparavelmente corporal e moral, vai aprender a se vestir, amarrar os cabelos, mover ou manter imóvel tal ou qual parte de seu corpo ao andar: “A moral feminina se impõe através de uma disciplina incessante relativa a todas as partes do corpo” (BOURDIEU, 2012, p.38).

Assim, além de se distanciar da virilidade reservada ao homem, ela vai ter que interiorizar também uma conduta percebida como adequada à sua condição de mulher. Essa conduta irá variar de acordo com a temporalidade e espacialidade em que está centrada a análise, o lugar ocupado, os limites de atuação e os significados de existir enquanto mulher no Brasil, no século XXI, possivelmente não são os mesmos das mulheres que vivem neste mesmo século, na Índia, ou no século XII na Europa, por exemplo.

Essa elaboração se dá por um trabalho de construção simbólica que não se reduz a uma operação performativa de nomeação, compreendendo-se neste trabalho a performatividade nos termos de Butler, para quem essa constitui-se “não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o

discurso produz os efeitos que ele nomeia” (2000, p.152), ou seja, a performatividade se configura em uma prática repetida várias vezes, tantas vezes que passa a produzir efeitos, aqueles mesmo que ela nomeia, como, por exemplo, a diferença sexual, a materialidade dos sexos e a própria materialidade dos corpos, todos constituídos a partir das normas regulatórias do sexo, repetidas extensivamente.

Essa operação performativa de nomeação dos corpos generificados vai orientar e estruturar as representações, compreendidas nos termos deste trabalho a partir da concepção de Denise Jodelet, defensora do conceito de representações sociais, que seriam sintetizadores das referências que os diversos grupos fazem acerca do que conseguem apreender de suas vivências sociais inseridos no tempo e no espaço (2001). Ou seja, a partir da interpretação de como os indivíduos constroem, interpretam, significam o mundo, seria possível captar suas referências, isto é, suas crenças, seu ponto de vista, que são orientados pelas suas vivências.

A elaboração dos corpos generificados não se reduz à atividade performativa de nomear os corpos, mas se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos e dos cérebros, ou seja

[...] em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero [...] para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina. (BOURDIEU, 2012, p.33).

Se inserindo assim em um sistema de oposições alto/baixo, seco/úmido, duro/mole, masculino/feminino, oposições que se forjam e se sustentam mutuamente. Assim, vão se diferenciando e construindo socialmente os gêneros, menos por uma ação pedagógica tácita, do que como efeito automático de uma ordem física e social organizada inteiramente sob o princípio de divisão androcêntrico, o que ajuda a explicar sua enorme força de pressão (BOURDIEU, 2012). Ou seja, essa construção se dá muito mais de forma sutil do que de uma forma que salte aos olhos. Existe uma pedagogia clara, “senta que nem menina, fecha essas pernas”, “anda que nem homem, para de rebolar”, mas, ao mesmo tempo, existe toda uma organização social em que estamos mergulhados que por sua aparência de naturalidade e por estar em todos os lugares, exerce muito mais força de pressão na construção social dos gêneros.

Durante a minha infância e adolescência eu nunca fui incentivada a praticar esportes violentos, mas o meu irmão foi, matriculado e acompanhado. Eu fui matriculada na aula de canto. Nesse caso não houve uma pedagogia tácita, isto é, minha mãe não me disse que eu

deveria desenvolver habilidades que se relacionassem com a sensibilidade artística, e provavelmente nem ao meu irmão que este deveria desenvolver força física e a competitividade, pelo fato de sermos eu uma garota e ele um garoto. Mas provavelmente essas foram as atividades que meus pais viram os casais matriculando seus filhos, é possível que eles mesmos tenham sido esses filhos em algum momento, meu pai jogava futebol na adolescência, minha mãe dançava em quadrilhas de festa junina. É o modo como se organiza a sociedade e que possui aparência de naturalidade.

Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve nos corpos através da divisão sexual do trabalho, da divisão dos locais adequados a serem frequentados por homens ou mulheres, e mesmo na atribuição do papel sexual de cada um dos gêneros no ato sexual, são as operações de diferenciação que buscam estimular em meninos e meninas práticas que convenham ao seu gênero, bem como desencorajar as que não se encaixariam. A visão androcêntrica cria as diferenciações entre os gêneros que virão a legitimar a própria visão androcêntrica, se retroalimentando.

Embora Beauvoir tenha enfatizado o caráter sociocultural da construção do que seja ser “homem” ou “mulher”, algumas críticas dirigidas aos seus escritos questionam o assentamento de sua concepção na dicotomia entre o gênero e o sexo, compreendendo o primeiro como o conjunto de significados culturais inscritos sobre um corpo sexuado, e o sexo independente, a-histórico e fundamentalmente distinto do gênero. De acordo com Beauvoir, esse sexo natural, anterior à inteligibilidade, precisaria da marca do social para significar, para adquirir valor. Bourdieu vai contrapor essa visão, afirmando que o sexo também existe a partir de uma construção social, que não é simplesmente uma descrição de atributos naturais, mas um produto de escolhas orientadas sobre realçar diferenças e obscurecer certas semelhanças (2012). Portanto, já impregnado de valores desde antes da construção do gênero.

Joan Scott, historiadora estadunidense nascida em 1941, na década de 1980 direciona seus escritos para os estudos de gênero, propondo-o como uma categoria de análise histórica a partir do estudo relacional masculino versus feminino. Seu texto clássico, “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, publicado originalmente em 1986, lança as bases para o questionamento à dualidade entre sexo (domínio biológico) e gênero (domínio cultural).

Para ela, o gênero é constituído por saberes que constroem significados a respeito da diferença sexual, esses saberes nascem de uma disputa política e objetivam manter as relações de poder de dominação do masculino sobre o feminino. Para ela o conceito de gênero

[...] tem duas partes e diversas subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser distinguidas na análise. O núcleo essencial da definição repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.21).

Sobre a primeira proposição, podemos inferir com a autora de que o gênero implicaria os símbolos culturalmente disponíveis numa dada sociedade que evocam “representações simbólicas (e com frequência contraditórias)” (1995, p.86); as doutrinas que irão interpretar os significados desses símbolos, sejam elas científicas, religiosas, educativas, políticas, jurídicas, etc.; a organização social e econômica (mercado de trabalho, educação, sistema político etc.); além do que pode mais basicamente ser assumido como gênero, que é o que diz respeito à construção das identidades generificadas, homem e mulher.

Na segunda parte do conceito, há a proposição que o gênero se constitui também em um campo/domínio persistente de poder na história ocidental, campo no interior do qual, ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero articularia assim não só aspectos simbólicos da vida, mas também concretos, pois existir em um gênero masculino e em um gênero feminino são experiências completamente diferentes, o gênero vai moldar percepções de mundo diferentes, experiências de vida diferentes, e a distribuição de poder também será diferente entre um e outro gênero, o que significará que o gênero está implicado na construção e definição de poder. Assim, ela propõe que se observe as relações entre homens e mulheres, e articula sua proposição ao conceito foucaultiano de poder:

O poder está em toda parte: não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares [...] não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada [...] não é algo que se adquira [...] ou deixe escapar: o poder se exerce a partir de inúmeros pontos, e em meio a relações desiguais e móveis. (FOUCAULT, 1988, p. 88-90).

Para o autor o poder é constituído de relações que se estabelecem entre diferentes indivíduos, e que podem ter assim múltiplas direções. Podem estar no Estado, que é o “detentor” que tradicionalmente se estuda ao falar em poder, mas também podem estar nas estruturas jurídicas, nas relações familiares, nos hábitos. O poder é analisado não de forma hegemônica, como algo que se obtém, mas a partir do seu exercício, enquanto um conjunto de práticas sociais e discursos que disciplinam o corpo e a mente de grupos e indivíduos. Dessa forma, o gênero estaria intrinsecamente implicado nas relações sociais nesses níveis capilares.

A mais recente teorização acerca do gênero, e com a qual eu dialogo de forma mais próxima, foi proposta pelos(as) teóricos(as) da teoria *Queer*, ou estudos transviados, segundo tradução idiossincrática proposta por Berenice Bento (2014). Seus(suas) teóricos(as) propõem uma nova relação entre corpo/sexualidade/gênero, em que o elemento discursivo estruturante é uma compreensão de identidade que nega todo e qualquer tipo de determinismo biológico, isto é, a crença de que o sexo, natural e a-histórico, determinaria o gênero e o exercício de sexualidade dos indivíduos: pênis>gênero masculino>desejo sexual dirigido à mulheres; e vice versa.

O termo *queer* em inglês é um palavrão, um xingamento como “bicha” ou “viado” em português. Porém diferentemente do que é sugerido pelo nome, a problemática *Queer* não é a da homossexualidade, mas a da abjeção, que de acordo com Miskolci: “em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade” (2015, p. 24), “o abjeto é algo pelo que alguém sente horror ou repulsa como se fosse poluidor ou impuro, a ponto de ser o contato com isso temido como contaminador e nauseante” (2015, p. 43). Essa abjeção acaba sendo mais patente via sexualidade, pois ali reside a parte mais reservada dos seres, mais íntima, que envolve desejo, afeto, daí que uma norma que se imponha nesse campo seja sentida de forma bastante violenta. Assim, mais do que sexualidade, a teoria *Queer* questiona as identidades e os princípios que as regem, se opõe ao binarismo sexual e de gênero, à normalização e à estabilidade propostas pela política de identidade do movimento gay dominante, cujo mote da tolerância mantém intocadas as estruturas; “é a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada” (LOURO, 2008b, p. 38).

Judith Butler é a pensadora cujas teorizações viriam a transformar radicalmente os estudos de gênero e consolidariam a vertente de estudos e corrente política denominada *Queer*. Filósofa pós-estruturalista¹¹ nascida em 1956, em seus escritos, principalmente em seu *best seller* “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, publicado originalmente em 1990, ela critica a univocidade e essencialização do sujeito¹², discordando dos antagonismos binários que opõem masculino e feminino, natural e social, sexo e gênero. De acordo com ela:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no

11 O pós-estruturalismo é um movimento filosófico que, contrapondo os princípios do estruturalismo, critica, recusam fundamentos tradicionais da filosofia como a verdade, objetividade e razão. Alguns de seus grandes expoentes são: Derrida, Foucault e Deleuze.

12 Crença de que existe uma essência, uma natureza nos indivíduos que é o que os faz serem quem são.

tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2015, p. 69).

Ou seja, o gênero é socialmente construído, é performado, aqui compreendendo a performatividade “não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2000, p.152); esses atos, à medida em que adquirem o status de atos no presente, ocultam e dissimulam as convenções das quais são uma repetição (BUTLER, 2000, p.152); e suas configurações culturais se autonaturalizam de tal forma que assumem o lugar do real.

Nesse ponto, Butler concorda com Beauvoir, quanto à instabilidade do gênero, que é um processo que não tem origem nem fim, que é algo que “fazemos” e não que “somos”. No entanto, podemos observar uma diferença fundamental entre as autoras no que diz respeito à possibilidade de agência dos sujeitos. Para a primeira, Beauvoir ao afirmar que “torna-se” mulher, com ênfase na aprendizagem, coloca a prática do gênero não somente como uma construção cultural, mas como um processo de construção de identidade, em que o sujeito assume voluntariamente o gênero, influenciado pelos padrões já criados e impostos, não possuindo o sujeito a possibilidade de redefini-los (1986, p. 35). A teórica *Queer* critica a saída existencialista para explicar tal fenômeno: “Quando a doutrina da escolha existencial é usada neste contexto, ela é seguramente insidiosa, mas este uso é ele mesmo um mau uso que desvia a atenção das possibilidades de empoderamento da posição” (BUTLER, 1986, p. 40). O se tornar mulher seria então um ato de vontade, um trabalho consciente de incorporação de símbolos femininos, um processo que permitiria chegar à ficção do que é ser mulher; ao mesmo tempo em que seria um processo fatal, ou seja, o indivíduo corporificaria o gênero influenciado pelos padrões já impostos, de forma que ele não possuiria possibilidade de redefini-los, o que retiraria a agência desse indivíduo.

Essa discordância me aproxima teoricamente da vertente de estudos transviados, não só por compartilhar dos receios da filósofa *Queer* em relação ao existencialismo (1986), mas principalmente porque essa dissertação tem como foco os indivíduos que transgridem a fronteira de gênero, logo, é possível que os indivíduos, mesmo submetidos a esse sistema castrador, criem alternativas na reprodução de suas vidas, expondo os limites desse campo de inteligibilidade, e, conseqüentemente, disseminando, nos próprios termos dessa matriz de inteligibilidade matrizes rivais e subversivas (BUTLER, 2015). A utilização da expressão “campo de inteligibilidade” nos diz que dentro desse campo há indivíduos em luta, há disputa

de forças, enquanto “matriz de inteligibilidade” remete à capacidade de reprodução desses dispositivos.

Ao delimitar uma série de símbolos para o que seja considerado masculino e o que seja considerado feminino, criando campos ou domínios próprios de masculinidade e feminilidade, cria-se também o domínio da abjeção, o lugar daqueles que não se encaixando nos campos da masculinidade e feminilidade, compõem seus próprios campos, subversivos e rivais daqueles.

Mesmo dentro dos campos de masculinidade e feminilidade, a relação entre os dois gêneros não se dá de forma simétrica, mas o gênero feminino é dominado socialmente pelo masculino, numa dominação que se impõe numa violência suave, imperceptível, tão naturalizada que é vista como normal inclusive pelas próprias mulheres, vítimas da dominação masculina, dominação esta que se utiliza da diferenciação biológica entre os sexos para justificar sua naturalidade, sua aparência de fazer parte da “ordem das coisas”, tratando-se de algo inevitável, normal, natural. Esse mecanismo se dá por meio de uma circularidade retórica: “(...) ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica, que é, por sua vez, ela própria, uma construção social naturalizada” (BOURDIEU, 2012, P.33).

Falar em transexualidade só é possível a partir do entendimento de que o gênero não é decorrência natural do sexo, que a genitália não determina o gênero e nem o desejo que irá manifestar o indivíduo. Mas para que discussões como essas tenham sido levantadas, o gênero precisou ser interrogado inicialmente em seus aspectos mais elementares, como fez Beauvoir em seu pioneirismo, afirmando que a condição de mulher não é dada pela natureza, mas construída socialmente. Na esteira dos(as) pensadores(as) que a seguiram o gênero foi problematizado nos mais diversos aspectos, deixando o sexo preso ao domínio da natureza, num lugar incontestável, até que deixou de ser.

3.2 Sexo

O discurso naturalista, aquele que atribui ao sexo, que se supõe natural, a causalidade do gênero, do desejo e da prática sexual, tenta legitimar uma espécie de funcionalidade perfeita entre pênis e vagina - as marcas sexuais/genitálias masculina e feminina-, num encaixe “natural” que tem no monopólio da reprodução seu mais contundente argumento da naturalização da heterossexualidade.

[...] instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gêneros construídos como duas essências sociais hierarquizadas [...] é uma construção arbitrária do biológico, e particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá um fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmos. (BOURDIEU, 2012, p. 32-33).

No entanto, essa percepção de que a diferença entre os sexos é objetiva, isto é, fruto da natureza e não uma construção, e que essa diferença alicerça a diferença social entre os gêneros, desconsidera a definição social dos órgãos sexuais, fazendo parecer que a percepção das genitálias se dá por um simples registro de características naturais, quando na verdade esta percepção é produto de uma construção efetuada a partir de uma série de escolhas orientadas, acentuando-se as diferenças e obscurecendo-se as semelhanças. O princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas, e a partir daí se impõem oposições como em direito/avesso, positivo/negativo, e as genitálias não fogem a essa divisão: o pênis ativo, visível, aquele que se ergue, representando poder e virilidade; a vagina passiva e obscura, cujo suposto caráter funesto e maléfico se deve principalmente a ela ser vista como o oposto do falo, seu inverso (BOURDIEU, 2012).

Um exemplo disso é a constituição de um mercado de produtos voltados para a “higienização” da vagina: sabonetes perfumados, perfumes para vagina e virilha, protetores diários perfumados; mesmo com a recomendação médica de não se utilizar nenhum produto na vagina cujo aroma tenha sido alterado quimicamente, principalmente sabonetes, e lavá-la utilizando somente água, as pessoas com vagina sentem necessidade de livrar-se de seu cheiro natural, seria leviano afirmar se elas o fazem por si mesmas, por odiarem seu cheiro, ou se para agradar aos(às) parceiros(as) sexuais que não gostam do cheiro, sejam eles homens ou mulheres, nenhum dos dois motivos é menos grave. A vagina com seu cheiro e seus pelos é suja, fede a peixe, precisa ser perfumada, depilada, despojada de seu caráter obscuro incessantemente.

Quanto aos homens, todo ano mil deles têm os pênis amputados por falta de higiene (CÂMARA *et al*, 2017), sem aspas, hábitos de higiene mesmo, como lavar o pênis com água e sabão. O que nos permite inferir que a cobrança social em torno da sua “limpeza” seja bem menor, pois este não possui o caráter de obscuridade, mas daquilo que é explícito, que é indubitável, que é célebre.

O próprio ato sexual é pensado a partir desse princípio de oposição, o pênis ativo que penetra e invade a vagina, passiva, a que recebe o pênis em seu ímpeto desbravador. Maria

Bethânia compôs uma canção em que podemos perceber claramente essa oposição, “Explode coração”:

Chega de tentar, dissimular e disfarçar e esconder
 O que não dá mais pra ocultar
 E eu não posso mais calar
 Já que o brilho desse olhar foi traidor
 E entregou o que você tentou conter
 O que você não quis desabafar
 E me cortou
 Chega de temer, chorar, sofrer, sorrir, se dar
 E se perder
 E se achar
 E tudo aquilo que é viver
 Eu quero mais é me abrir
 E que essa vida entre assim
 Como se fosse o sol
 Desvirginando a madrugada
 Quero sentir a dor dessa manhã
 Nascendo, rompendo, rasgando, tomando meu corpo e então
 Eu chorando, sofrendo, gostando, adorando, gritando
 Feito louca, alucinada e criança
 Sentindo o meu amor se derramando
 Não dá mais pra segurar
 Explode coração (EXPLODE CORAÇÃO, 1978)

Analisando de forma bastante sucinta, para não me alongar mais do que o necessário para uma exemplificação, é possível perceber que o eu lírico feminino se refere em vários momentos a ser invadida, tomada pelo que podemos supor ser o sentimento de amar (“o brilho desse olhar”, “explode coração”), e compara essa tomada com o ato sexual (“como se fosse o sol desvirginando a madrugada”), a partir daí ela não só utiliza verbos com sentido de atividade para a descrição do “sol desvirginando a madrugada” (“Nascendo, rompendo, rasgando, tomando), como também utiliza verbos relacionados à passividade para a descrição de si sendo desvirginada (“chorando, sofrendo, gostando, adorando”).

Resulta desse entendimento que o pênis é ativo e, em decorrência, que a posição sexual considerada “normal” é a que o homem fica por cima da mulher, sendo condenada a inversão dessa posição, a mulher sobre o homem, em algumas civilizações (BOURDIEU, 2012). Além do caráter misógino, isto é, que contribui com uma visão de mundo que subalterniza mulheres a partir do ódio e aversão a tudo que diz respeito ao feminino, como nesse caso em relação à vagina – embora eu não partilhe da crença de que é preciso ter uma vagina para ser considerada uma mulher, não posso desconsiderar que grande parte das que se consideram como pertencentes a esse grupo possuem uma vagina – essa norma regulatória é

pensada no marco da heterossexualidade, onde o pênis tem na vagina sua oposição “natural”, toda a construção social dos corpos e em especial das genitálias é pensada a partir do pênis que penetra a vagina, jamais a partir de outras formas de vivência da sexualidade que não a heterossexual, tais como as relações homoafetivas ou dos assexuados, por exemplo.

Como encerrar o sexo no campo do biológico quando se tem tão amplas implicações culturais acerca do mesmo? Esse é um questionamento que tem sido feito já há algumas décadas, como pelo supracitado Bourdieu, além de feministas como Monique Wittig e Judith Butler. Wittig, feminista pós-estruturalista francesa, embora seus escritos datem das décadas de 1960 e 1970, é considerada como precursora de algumas das ideias que possibilitaram o desenvolvimento posterior da teoria *Queer*, como suas considerações sobre o caráter compulsório da heterossexualidade, por exemplo.

Para Wittig, o sexo é uma marca aplicada pela heterossexualidade institucionalizada, que nos termos desta dissertação compreenderemos da mesma forma que a heterossexualidade compulsória, ou seja, que a própria morfologia é produto de um sistema conceitual hegemônico, e que como tal pode ser apagada ou obscurecida por meio de práticas que contestem essa instituição, conforme comentário de Butler (2015, p.58), que manifesta posicionamento bastante semelhante, afirmando que o sexo é tão culturalmente construído quanto o gênero, de forma que sempre foram a mesma coisa:

[...] “sexo” é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o “sexo” e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas. (2000, p.152).

Dessa forma, assim como Bourdieu e Wittig, ela rejeita o caráter puramente descritivo do sexo, concebendo-o como algo em curso, “um processo” que requer constante reiteração das normas para que sua materialização não se perca, um sinal de que “a materialização não é nunca totalmente completa, que os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta” (BUTLER, 2000, p. 152).

Essa construção social dos corpos, especialmente das genitálias, é naturalizada através da inversão entre causa e efeito:

não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento dessa visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em gêneros relacionais masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído

em símbolo da virilidade, de ponto de honra (nif) caracteristicamente masculino. (BOURDIEU, 2012, p. 32-33).

A legitimidade da relação de dominação masculina sobre o feminino é conferida pela natureza biológica das diferenciações entre homem e mulher, portanto se vem da natureza não há nada que se fazer para mudar, no entanto, as próprias marcas sexuais e sua suposta natureza biológica são fruto de uma construção social naturalizada (BOURDIEU, 2012).

O próprio corpo, mesmo que já diferenciado sexualmente, não é “folha em branco” sobre a qual se delineará o gênero enquanto prática social, não existindo esse momento anterior à marca do social, em que tudo o que existe é natureza imutável do sexo biológico, pois que este mesmo é significado a partir da cultura: “(...) uma vez que compreendemos o sexo em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização da norma regulatória” (BUTLER, 2000, p.152). Ou seja, não existe corpo que não tenha sido significado a partir da norma regulatória, seja a partir da conformação ou da transgressão a esta norma.

Só é possível falar em transexualidade se tomarmos como pressuposto que o sexo não define o gênero dos indivíduos, isto é, que o indivíduo que nasce com a genitália identificada como masculina, o pênis, não necessariamente irá se identificar com o que chamamos de homem, bem como ao nascer com a genitália identificada como feminina, a vagina, não necessariamente esse indivíduo irá performar feminilidade, se identificando como uma mulher. Perceber como o sexo vai sendo retirado do domínio de uma suposta naturalidade e sendo colocado no campo do que é social, isto é, fruto de uma construção operada pela sociedade em que vivemos, é fundamental para a própria compreensão da transexualidade, pois só é possível admitir-se certa fluidez no gênero a partir da admissão que nada no corpo físico definirá a identidade do indivíduo. Embora as discussões centradas no sexo e no corpo se relacionem em muitos aspectos, nesta dissertação elas foram organizadas em tópicos próprios para a organização da leitura. A seguir, as discussões que se debruçam sobre como se constituem e são significados os corpos.

3.3 Corpo

Nossos corpos são marcados, inscritos em uma ordem discursiva determinada antes mesmo de nascer, quando o corpo ainda é uma promessa já há uma série de expectativas sobre gostos e comportamentos pra esse indivíduo a partir do seu gênero: “se for menino, vai me acompanhar no campo de futebol pra assistir os jogos”, “se for menina vou colocar no balé”.

Com a atual tecnologia que possibilita que saibamos a genitália do bebê antes mesmo do seu nascimento, é esse o momento que vai marcar o início das compras do enxoval do bebê. Serão atribuídas cores que decorarão o quarto, que dominarão as roupas e tudo que diga respeito ao(à) recém-nascido(a). Aos meninos a cor azul e símbolos que remetam à força e virilidade, tais como bola de futebol e barcos. Às meninas a cor rosa e símbolos que remetam à doçura e fragilidade, tais como princesas ou bichos de pelúcia.

Todo esse aparato é montado a partir de expectativas muito claras que são generificadas, ou seja, guiadas pelo gênero que se atribui a um indivíduo a partir de sua genitália. Dessa forma, se inverte efeito e causa, conforme já apontado por Bourdieu (2012), com a atribuição de uma série de comportamentos sociais aos homens em decorrência de sua diferença sexual, quando na verdade antes mesmo desse corpo existir de fato como um corpo sexuado esses comportamentos já haviam sido atribuídos a ele como expectativas e lhes serão ensinados no decorrer de sua vida.

Depois de acompanhar as gravidezes de algumas amigas próximas, percebo o tamanho da força de pressão que as normas de gênero exercem na conformação dos corpos. Não digo que isso possa ser generalizado como um fato científico, mas como uma breve ilustração do argumento que desenvolvo, contarei o que observei entre as minhas amigas. Até o exame de ultrassom que revelou a genitália de seus bebês, elas viveram uma espécie de hiato, vivenciando suas gravidezes apenas de forma parcial, carregando no ventre o que viriam a ser seus filhos, o que por si só já é motivo de alegria para a maioria delas, no entanto sem se permitir comprar uma sequer daquelas adoráveis roupas de bebê que atraem os olhos em lojas de departamento mesmo dos que não tem filhos, por não saberem qual cor será considerada coerente com o corpo de seu(sua) filho(a), isto é, ao não saber a genitália do indivíduo que se desenvolve em seu ventre, ela não sabe quais símbolos (modelos de roupa – “será que vai ser menina pra usar vestido?”-, cores, estampas) serão considerados legítimos para o seu bebê. Se eu considero que comprar roupinhas de bebê é parte fundamental da gravidez? Certamente que sim, e não tenho como afirmar que elas concordassem comigo, embora a ansiedade para comprar as roupas possa ser considerada uma pista, de qualquer forma, já soube de bebê que teve o quarto mobiliado às pressas por causa de suas insistentes pernas cruzadas nas ultrassonografias...

De acordo com Guacira Louro, “a nomeação de um corpo implica, ao mesmo tempo, o estabelecimento de fronteiras e a repetição de normas de gênero (...) no interior de um quadro regulatório altamente rígido, o da heterossexualidade” (2013, p. 33). Essa nomeação a partir da sentença do médico “é uma menina” ou “é um menino” não é somente performativa, no

sentido de criar expectativas para um corpo que agora se pode visualizar como generificado, de acordo com Paul Preciado, a nomeação de um corpo enquanto masculino ou feminino tem efeitos protéticos: ela faz corpos (2004).

Essa concepção rompe com o pensamento em voga até então, de que o sexo se oporia ao gênero porque enquanto o primeiro seria do domínio da natureza, o segundo seria construído socialmente. A partir das teorizações que passam a entender também o corpo enquanto um texto socialmente produzido (BENTO, 2006) é possível interrogá-lo:

A materialidade do corpo deve ser analisada como efeito de um poder, e o sexo não é aquilo que alguém tem ou uma descrição estática. O sexo é uma das normas pelas quais “alguém” simplesmente se torna viável, que qualifica um corpo para a vida inteligível. (BENTO, 2006, p. 89).

O que significa que não existe corpo livre de investimento discursivo, todos já nascemos marcados pela cultura. Nesse sentido, a genitália, enquanto um aspecto do corpo que através de processos e práticas discursivas é convertido em definidor de gênero e sexualidade, e conseqüentemente em definidor do sujeito, se torna assim uma marca de poder inscrita no corpo (LOURO, 2008a), tal como a cor da pele, por exemplo.

A distinção masculino/feminino, estabelecida pelas normas de gênero, delimita o campo do considerado “real”. Num mundo que organiza todas as coisas em um sistema binário de oposição (BOURDIEU, 2012), um corpo que não seja perfeitamente masculino ou feminino, isto é, que ultrapasse em alguma medida as fronteiras impostas para a masculinidade e a feminilidade, é um corpo dotado de humanidade? É possível admitir que uma travesti é dotada de humanidade quando ela desenvolve problemas no trato urinário por ter sido proibida de utilizar os banheiros masculino e feminino (as duas opções possíveis) em toda sua vida escolar? De acordo com Louro: “Não há corpo que não seja desde sempre dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido na linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias” (2008a, p. 81).

Embora se modificando histórica e culturalmente, o binarismo sexual e de gênero, isto é, a oposição antagônica e complementar entre masculino e feminino, alicerça a produção de discursos que autorizam, legitimam, produzem os corpos. O que transforma o corpo num objeto em disputa, num campo onde e através do qual “os processos de afirmação ou transgressão das normas regulatórias se realizam e se expressam” (LOURO, 2008a, p. 83). Portanto, os corpos se realizam enquanto fronteiras do gênero na interação entre o indivíduo e o Outro, na prática, é o corpo que demarca o limite entre um e outro indivíduo.

Sobre os corpos enquanto fronteiras, Haraway escreve:

Os corpos como objetos de conhecimento são nódulos gerativos material semióticos¹³. Suas fronteiras se materializam na interação social. Fronteiras são desenhadas através de práticas de mapeamento; “objetos” não pré-existem enquanto tais. Objetos são projetos de fronteiras. Mas fronteiras oscilam desde dentro; fronteiras são muito enganosas. O que as fronteiras contêm provisoriamente permanece gerativo, produtor de significados e de corpos. Assentar (atentar para) fronteiras é uma prática muito arriscada. (HARAWAY, 1995, p.40-41).

A função dessa fronteira é além de reforçar a norma, estabelecer um limite, que não se pode ultrapassar sem as correspondentes sanções sociais. O indivíduo transgênero ao recusar a determinação de sua identidade a partir da sua genitália não só demonstra a arbitrariedade das divisões e a equivocidade da concepção que encadeia logicamente sexo/gênero/desejo/sexualidade, esse indivíduo também demonstra que é possível construir o gênero, visitar um e outro, mesclar elementos de masculinidade e feminilidade criando novos tipos. A transgeneridade já esteve sob a ótica das mais diversas ciências, que produziram discursos e qualificaram os transexuais a partir da sua perspectiva. Para compreender quem é o transexual de quem esta dissertação fala é necessário percorrer os discursos produzidos sobre a transgeneridade e encontrar nestes aquele que orientou a pesquisa e produção deste trabalho, é o que faremos no próximo tópico.

3.4 Transgeneridade:

Embora já conste na Introdução dessa dissertação, reitero aqui que todos os termos utilizados pelos(as) autores(as) em suas formulações foram mantidos, embora eu utilize alguns deles em outras conotações, entendo que o ato de nomear não só caracteriza, mas produz sentido e produz a coisa nomeada principalmente. Assim, embora utilize a expressão “ato sexual” para diferenciar a relação sexual de “sexo”, que utilizo para me referir à genitália, mantive o uso escolhido por Michel Foucault (1988) para o termo sexo num sentido amplo, condensando em si a própria ideia de sexualidade. Bem como o termo “transexualidade” utilizado por Berenice Bento (2006), a categoria que eu utilizo nesse trabalho é a de transgênero, ou simplesmente pessoas trans, termo sobre o qual não há um consenso nem na academia nem na militância sobre o que se constituem, o mais comum é que encontremos o termo se referindo às mais variadas experiências de gênero que se deslocam do referencial binário, como um grande guarda-chuva, e afirmo isso a partir da minha relação

13 Gerativos no sentido de que produzem sentido, material semiótico pois atribuem significado.

empírica com o movimento LGBTQ, dessa forma, nessa denominação de pessoas transgênero cabem travestis, transexuais e todo tipo de pessoas que não se identificam com os comportamentos/papéis esperados de seu gênero atribuído no nascimento (JESUS, 2012).

Reafirmado isso, e ainda antes de proceder à descrição dos principais conceitos construídos sobre a transgeneridade ao longo do tempo, seus significados e teorizações, seus pontos de convergência e divergência, é preciso que se fale sobre como o comportamento passou a estar tão intrinsecamente vinculado à sexualidade, bem como o gênero à genitália. Essas reflexões são fundamentais para compreendermos não só a transgeneridade enquanto um fenômeno, mas principalmente as implicações para os indivíduos que vivem enquanto pessoas trans.

No primeiro volume de sua obra “História da Sexualidade”, Foucault fala sobre a construção dos discursos em torno da sexualidade ocidental durante os séculos XVII e XIX, formulações que eu trago aqui com o objetivo de historicizar as produções que versam não só sobre a transgeneridade, mas sobre a própria sexualidade. É preciso entender que mesmo a produção científica, com sua pretensão de objetividade, é fruto de uma época e reflete os anseios, as crenças e limitações de uma dada sociedade. Para isso remetemos nosso olhar ao século XVII, identificado por Foucault como um marco na produção dos discursos sobre o sexo (FOUCAULT, 1988).

De acordo com o autor, entre os séculos XVII e XIX houve um pico de produção de discursos sobre o sexo, embora com palavras filtradas. Nos termos da Igreja Católica, o sexo e as questões que a ele envolvessem eram tratadas pelo viés da moralidade, essas regras de decência produziram como “contra-efeito” a disseminação do discurso indecente. Os próprios Manuais de Confissão da Igreja Católica indicavam que o sexo deveria ser confessado com o máximo de detalhes. Na Contra-Reforma de fins do século XVI esse esforço aumenta e os pecados da carne assumem um papel de protagonismo diante de outros pecados. O século XVII coloca o sexo em discurso: a partir das revoluções burguesas, assim como o trabalho, o sexo vai precisar ser disciplinado.

O século XVIII assiste à transformação do sexo em assunto de polícia, ele sai do domínio da moralidade para entrar no da racionalidade. Não se buscava mais condenar o sexo, mas geri-lo, inserindo-o em sistemas de utilidade. A “população” surge enquanto um problema econômico e político, o Estado passa a se preocupar com as condutas sexuais, suas implicações no crescimento da população e desenvolvimento do país, num entrelaçamento do biológico com o econômico. O sexo se torna objeto de disputa entre o Estado e o indivíduo.

Na virada do século XVIII para o XIX, outros domínios também passam a produzir discursos sobre o sexo: a medicina, a psiquiatria e a justiça, o que rompe definitivamente com o monopólio da Igreja Católica do discurso sobre o sexo, que agora é marcado pela multiplicidade de polos de produção desses discursos: demografia, biologia, medicina, psiquiatria, psicologia, moral, crítica política. Há uma verdadeira incitação ao discurso sobre o sexo, regulada e polimorfa. O objetivo dessa proliferação pode não ter sido naquele momento deliberadamente proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora, mas ao fazê-lo, colaborou com o desenvolvimento do capitalismo a partir da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e nos processos econômicos.

Nessa explosão discursiva, o casal heterossexual monogâmico passa a ter direito à maior discricção enquanto as sexualidades periféricas (crianças, loucos(as), criminosos(as), etc.) assumem a centralidade dos discursos. A partir disso há um movimento ambíguo em que alguns códigos foram atenuados, por exemplo, a justiça cede frente à medicina, enquanto a vigilância sobre os sujeitos se torna maior, como através da pedagogia e da terapêutica. Essa caça às sexualidades periféricas provoca a incorporação das perversões e nova especificação dos indivíduos: o homossexual surge no século XIX como uma personagem específica, uma infância própria, uma história, quem sabe até uma morfologia própria. Nada do que ele é escapa à sua sexualidade, o princípio insidioso que determinará todas as suas condutas: “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie.” (FOUCAULT, 1988, p. 44).

As sexualidades periféricas serão fortemente medicalizadas e os indivíduos vistos como doentes enfrentarão diversas sanções sociais tais como a marginalização e a estigmatização, entendida neste trabalho nos termos de Goffman, para quem o estigma se constitui numa marca corporal que serve para identificar aqueles que são socialmente recusados (1988).

A ideia de que existem dois corpos antagonicamente diferentes e que as explicações para os comportamentos dos gêneros se encontra nesses corpos é uma ideia que se estabeleceu somente a partir do triunfo de uma concepção dimorfa de corpo sobre uma concepção isomórfica: no isomorfismo existia um único corpo, a vagina era um pênis invertido, o útero o escroto, a vulva um prepúcio; o dimorfismo surge pra justificar desigualdades supostamente naturais entre homens e mulheres (BENTO, 2006).

Até o século XVII não existiam publicações que utilizassem como fundamento para explicar diferenças entre homens e mulheres a partir da biologia, isto é, da diferença entre

seus corpos. Apenas no século XVIII é feita a passagem de um modelo de sexo único para o modelo de dois sexos, isto é, o corpo da mulher passa a ser visto não mais como uma versão menos importante do corpo do homem, mas como seu oposto incomensurável (LAQUEUR, 2001). Essa diferenciação radical dos corpos vai se impor fortemente no século XIX e é o que vai permitir entre outras coisas a patologização da transexualidade. A transexualidade pode ser vista como o mais recente dos desdobramentos do dispositivo da sexualidade, se constituindo como um dispositivo específico em plena operacionalização (HAUSMAN *apud* BENTO, 2002).

É possível apontar em diferentes épocas e nas mais variadas sociedades a existência do trânsito entre o que hoje compreendemos como gêneros, embora isso não signifique que existiram transexuais nessas sociedades. Para Bento (2006), transpor o conceito de transexualidade para qualquer época anterior ao século XX em que ele foi é gestado é retirar todo seu caráter histórico, desconsiderando as sanções aplicadas e o significado pros indivíduos que transitaram entre os gêneros, coisas que se diferenciam profundamente dependendo da época em que estamos falando. O homem que “se passava” por mulher na Renascença sem dúvida não ocupava o mesmo lugar na sociedade do que o hoje ocupado por uma mulher transexual na nossa sociedade, àquela época o trânsito entre gêneros não era considerado uma doença, por muitos anos na nossa sociedade ele foi. (BENTO, 2008).

Assim, têm se adotado duas posturas nos estudos sobre o fenômeno da transexualidade, uma abordagem capitaneada pela psicanálise, que vai utilizar o termo “transexualismo” na sua categorização:

O transexualismo (sic) é uma síndrome complexa [...] Caracteriza-se pelo sentimento intenso de não-pertença ao sexo anatômico, sem por isso manifestar distúrbios delirantes (a impressão de sofrer uma metamorfose sexual é banal na esquizofrenia, mas neste caso é acompanhada de alucinações diversas), e sem bases orgânicas (como o hermafroditismo ou qualquer outra anomalia endócrina). (CASTEL, 2001, p.77).

E outra abordagem de viés mais sociológico, que vai perceber a transexualidade menos por um viés biologizante do que inserida num corpo social, ou seja, como uma experiência. Para Bento, a transexualidade pode ser entendida como um dispositivo, cujos saberes definem, classificam, normatizam e tem poder de decisão sobre as demandas de transexuais que desejam realizar a cirurgia de transgenitalização, que é o procedimento cirúrgico pelo qual as características sexuais/genitais de nascença de um indivíduo são

mudadas para aquelas socialmente associadas ao gênero no qual ele se reconhece. Esses múltiplos saberes são articulados com o objetivo de patologizar as experiências trans (2006).

Bento vem afirmar que “a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero” (2008, p.15). Essa definição desloca a análise da transexualidade do campo da sexualidade e a traz para o campo do gênero:

Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixa-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos. (...) A transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo”. (2008, p. 15-16).

De acordo com o Guia técnico de orientações sobre identidade de gênero, as pessoas transexuais, podem ser compreendidas como pessoas que “sentem que seu corpo não está adequado à forma como pensam e se sentem, e querem corrigir isso adequando seu corpo ao seu estado psíquico” (JESUS, 2012, p. 9), essa “correção” pode se dar através de procedimentos cirúrgicos como a cirurgia de transgenitalização, o implante de próteses de silicone (no caso de transição de um corpo lido como masculino para um corpo lido como feminino) ou através de tratamento hormonal.

Essas intervenções não se dão sem grandes prejuízos para os(as) que as realizam. Para ter direito a realizar o processo transexualizador é necessário submeter-se a um protocolo extremamente rigoroso onde os médicos dirão se é legítima ou não a reivindicação daquela identidade por aquele(a) que reivindica. Essa verificação é feita tendo como critério a aproximação ou distanciamento de um padrão muito específico de homem e mulher, encaixados perfeitamente num molde binário e heterossexista que aqueles(as) que reivindicam uma dessas duas identidades deve performar (BENTO, 2008).

É importante ressaltar que os procedimentos de transformação do corpo, sejam da genitália ou não, não constituem condição para a transexualidade, que tem muito mais a ver com o modo como a pessoa se percebe do que com intervenções que ela tenha feito ou vontade de fazer em seu corpo, ou seja, não precisa ser hormonizado(a) ou ter passado pela cirurgia de transgenitalização para se considerar uma pessoa transexual, há os(as) que inclusive enxergam nessa necessidade de “adequar” a genitália um reforço do padrão binário sexual e de gênero que determina a posse do pênis como condição para ser homem, e da vagina para ser mulher.

A fronteira entre a travestilidade e a transexualidade é bastante fluida. Conforme descrito por Pelúcio (2007b), há transexuais que, segundo elas mesmas, viviam como

travestis, pois utilizavam o pênis sexualmente em seus programas (prostituição). As travestis caracterizam-se por “pessoas que nascem com o sexo genital masculino [...] e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos” (PELÚCIO, 2006, p. 3-4), ou seja, embora conservem a genitália associada à masculinidade, o pênis, reivindicam o feminino através de suas roupas, maquiagem, nomes próprios, portanto carregando forte caráter de ambiguidade, assumindo a identidade de um terceiro gênero ou de um não-gênero (JESUS, 2012, p. 9).

Além dessas duas categorias que eu elegi para este trabalho, travesti e transexual, ou simplesmente pessoas transgênero, há ainda outras identidades/manifestações que se constroem a despeito do binarismo sexual e de gênero, as quais eu descreverei brevemente, as principais são *drag queens*, *drag kings*, bigêneros, não binários e pessoas de gênero fluido.

Ao contrário das travestis e pessoas transexuais para quem o gênero é percebido por uma perspectiva identitária, de algo que se é, *drag queens* e *drag kings* o percebem por um viés de funcionalidade, algo que se assume; *drag queens* são personagens que “numa ação redefinidora de masculinidade e feminilidade (...) modificam o corpo com maquiagem, roupa, espuma” (JAYME, 2004, pp.2-3) porém, sem o compromisso fidedigno de se assemelhar a uma mulher, elas fazem uma representação caricata onde expõem e ironizam as normas de gênero; *drag kings* são o contrário, mulheres que assumem um personagem masculino, há ainda sub-gêneros de *drag queens* e *kings* onde a personagem assume uma identidade monstruosa, de um ser fantástico que não homem ou mulher. As pessoas bigênero são aquelas que expressam simultaneamente características atribuídas ao masculino e ao feminino; não-binários são aqueles que vivenciam sua identidade de gênero a despeito da norma binária masculino versus feminino, recusando-se a conformar-se nesse modelo; já as pessoas de gênero fluido transitam entre o masculino e o feminino, performando ambos, simultaneamente ou não (ANTRA, 2018).

A partir dos apontamentos de Pelúcio sobre a fluidez entre as identidades ou categorias de travesti e transexual (2007b), eu entendo que independentemente de suas genitálias, roupas ou nomes adotados, a vivência do gênero é muito mais determinada pela autopercepção e forma de se expressar socialmente, e assim também a experiência de se transgredir o gênero atribuído no nascimento, seja transitando de masculino a feminino ou vice-versa, seja negando a conformação do corpo ao sistema binário que divide os corpos em masculinos ou femininos. Nesse sentido, a categoria de transgeneridade parece respeitar mais as livres

expressões dos indivíduos quanto ao gênero, pois que sem critérios rígidos de inclusão, abraça as mais variadas formas de transgressão das normas de gênero sem categorizá-las.

A luta pelo reconhecimento da identidade de gênero pelas pessoas trans prenuncia uma luta não menos importante, que é o enfrentamento da invisibilização das diversas violências a que está submetida essa população, negligenciada pela sociedade, pela mídia, e, sobretudo pelo poder público. Essas violações contra a população LGBTQ irão aparecer inicialmente generalizadas sob o termo homofobia, que segundo Mott:

Não se trata [...] de crimes comuns, fruto de assalto ou bala perdida, nem de “crimes passionais” como as páginas policiais costumam noticiar. São “crimes de ódio”, em que a condição homossexual da vítima foi determinante no “modus operandi” do agressor. (2006, p. 514)

Posteriormente, o termo transfobia é utilizado para especificar a violência sofrida por um grupo particular de pessoas dentro da comunidade LGBT:

Assim como os homossexuais, homens ou mulheres foram objetos de homofobia, os(as) transexuais, transgêneros, travestis, drag queens ou drag kings são alvos de tratamentos discriminatórios. Essas populações não se definem, a priori, em função de uma sexualidade específica, não se trata aqui de propriamente falar da adoção de uma forma de sexualidade humilhada pelo modelo heterossexual que constituem o disparador de reações de rejeição ou de exclusão. Entretanto, a relação entre sexo, gênero e aparência sobre a qual essas identidades se constroem, contribuem para estremecer as referências de ordem heterocentrista, a transfobia exprime a hostilidade, a aversão sistemática, mais ou menos consciente, em respeito a esses indivíduos os quais a identidade confunde os parâmetros dos papéis sócio-sexuais e transgride as fronteiras entre os sexos e entre os gêneros. [...] A expressão da transfobia, reveste-se, de fato, de formas muito similares àquelas da homofobia; mas ela comporta igualmente especificidades que correspondem às particularidades dos grupos específicos. Sua tradução a mais brutal e a mais evidente é sem dúvida a violência física e a intimidação. (TIN, 2003, p. 406-409).

A transfobia é uma resposta negativa, portanto, não à vivência de uma sexualidade que se contrapõe à norma heterossexual, embora com ela se relacione, à medida que sexo, gênero e o corpo encontram-se entrelaçados na ordem vigente. Mas sim, uma hostilidade voltada à identidade dessas pessoas, independente de com quem eles se relacionem, suas existências abalam os parâmetros dos papéis sócio-sexuais, isto é, os papéis sociais estabelecidos a partir do sexo dos indivíduos, borrando, confundindo, e com isso transgredindo a fronteira entre o masculino e o feminino. (MOTT, 2006)

Partindo do conceito de feminicídio, já tipificado no ordenamento legal brasileiro como os homicídios cometidos contra a mulher em razão de sua condição de sexo feminino, ou seja, quando este envolve violência doméstica ou familiar, ou ainda menosprezo ou discriminação à sua condição de mulher (BRASIL, 2015). Berenice Bento propõe o termo transfeminicídio para nomear a violência de gênero contra pessoas trans, como forma de, por um lado, reforçar que essa é uma violência que advém do gênero, por outro, demonstrar que existem especificidades na violência dirigida à população trans (2017b). De acordo com ela, o transfeminicídio caracteriza-se como “uma política disseminada, intencional e sistemática de eliminação da população trans no Brasil, motivada pela negação de humanidade às suas existências.” (BENTO, 2017b, p. 233)

Ainda segundo Bento (2017b), algumas características desse tipo de crime seriam: a motivação no gênero e não na sexualidade, sabe-se que enquanto a realização sexual se dá num foro íntimo, privado, o gênero não se expressa senão socialmente, daí resulta que proporcionalmente a população trans sofre muito mais violência fatal do que a população de gays, lésbicas e bissexuais¹⁴; a morte ritualizada, que se expressa no mutilamento dos corpos, corações arrancados, canos enfiados no ânus, inúmeros tiros e/ou facadas; ausência de processos criminais, o que indica que o desejo social de eliminação da população trans tem anuência do Estado, que negligencia essas vidas; os familiares raramente reclamam os corpos das pessoas trans, não há luto nem melancolia; as mortes acontecem em espaços públicos, principalmente em ruas desertas e a noite; ao morrerem, elas retornam ao gênero imposto no nascimento.

Ao falar sobre o acesso a direitos, o primeiro deles que nos vêm a cabeça, pois parece ser o mais elementar, é o direito à vida, por isso julguei importante tecer essas considerações sobre o transfeminicídio, é preciso lembrar ainda que seu reconhecimento é uma das principais bandeiras de luta do movimento trans no Brasil, e conhecer as demandas desse movimento também é se aproximar do que significa ser transgênero no Brasil. Apenas a partir do entendimento do que é a transgeneridade é que podemos partir para a compreensão do que significa viver como uma pessoa trans no Brasil, mais especificamente, do que significa ser um cidadão transgênero no Brasil. Conceito polissêmico, a cidadania é será o tema de discussão do tópico seguinte.

14 De acordo com o Relatório GGB 2018, as pessoas trans representaram 39% do total de LGBT assassinados neste ano (164 assassinatos), aparecendo logo atrás dos gays, que representaram 45% desse total (191 assassinatos). No entanto, a população de gays no Brasil é estimada em cerca de 20 milhões de pessoas, 10% da população brasileira, enquanto estima-se que a população de pessoas trans não ultrapasse 1 milhão de habitantes, 0,5% da população do país, o que significa que as chances de uma pessoa trans ser morta no Brasil é 17 vezes maior do que a de um gay.

3.5 Cidadania

O conceito de cidadania alude historicamente à Grécia Antiga, onde o cidadão era aquele que participava das decisões políticas, embora grande parcela da população grega fosse excluída dessa participação, como os escravos e as mulheres. Para os romanos, que sucederam os gregos, o conceito era parecido, embora mais flexível, admitindo ex-escravos alforriados, aliados e comunidades inteiras (FUNARI, 2002). Esse conceito vai ser reformulado drasticamente ao final da Idade Média, ressignificado pela burguesia em seu projeto de somar ao seu crescente poder econômico – contexto do surgimento do capitalismo – o poder político. A “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” de 1789 é um marco pelo seu caráter universal, que estendia a todos o direito de liberdade e igualdade (DALLARI, 2004), embora esse caráter igualitário tenha se perdido na aprovação da primeira Constituição Francesa, que vai distinguir “cidadãos” de “cidadãos plenos”, criando uma classe privilegiada com critérios de reconhecimento como a origem, a renda e o gênero. A cidadania vai ser colocada como um processo garantidor de coesão entre o grupo social, que agora não é mais unido pela religião ou pela sujeição a um rei, mas é uma comunidade política abstrata, mantida em torno da ideia de nação (PEDRA, 2018).

Para Marshall (1967, p.76) “a cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status.”. Para ele, a cidadania possui três dimensões: a dos direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Os direitos civis são os fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, e incluem a garantia de ir e vir, de escolha do trabalho, de manifestação do pensamento, de organização, a inviolabilidade do lar e das correspondências, de não ser preso(a) a não ser por autoridade competente, de não ser condenado(a) sem o devido processo legal. São direitos que se baseiam numa justiça independente, eficiente e acessível a todos, sua pedra de toque é a liberdade individual. Os direitos políticos são os que garantem participação no governo da sociedade, organizar partidos, votar e ser votado(a). Os direitos sociais são aqueles que garantem participação na riqueza coletiva da sociedade, dizem respeito ao direito à educação, trabalho, saúde, salário justo, aposentadoria. Eles permitem às sociedades organizadas reduzirem as desigualdades produzidas pelo capitalismo, promovendo um mínimo de bem-estar a todos os cidadãos. Seu fundamento é a noção de justiça social.

Essas dimensões existem independentes umas das outras, é possível que uma dada sociedade goze de direitos civis sem gozar de direitos políticos, embora o contrário não se dê.

Por exemplo, quando na vigência de regimes autoritários em que os direitos civis são atacados, mas os políticos são mantidos, a população vota pra escolher seus governantes, mas não pode manifestar livremente seu pensamento ou se organizar, o que esvazia o exercício dos direitos políticos de conteúdo.

Marshall identifica o que ele chama de “cidadania social”, aquela que englobaria não somente os direitos civis – referentes às liberdades individuais - e políticos – de participação política -, mas também sociais, como educação, saúde, moradia, trabalho. Ele descreve a conquista desses direitos a partir de sua realidade bem específica, da Inglaterra, que assiste ao seu surgimento no século XVIII, com a luta e conquista dos direitos civis. No século seguinte, essa população com direito a livre manifestação de pensamento e organização vai exigir participar das decisões do Estado, e assim conquistam os direitos políticos, que vão permitir a eleição de operários que organizados no Partido Trabalhista colocarão em pauta os direitos sociais. No Brasil, além da prevalência dos direitos sociais sobre os das outras dimensões, essa ordem é invertida transformando profundamente a cidadania e o cidadão brasileiros, em comparação aos ingleses descritos por Marshall (CARVALHO, 2008).

Para Marx, a construção de um mundo cidadão é uma impossibilidade absoluta, pois entende que a cidadania é parte da emancipação política, tendo seu fundamento na constituição de uma sociedade cuja práxis é tecida nas relações econômicas. Essas relações se dão a partir do ato de compra e venda da força de trabalho, no entanto, para se tornar efetivo este ato precisa de homens livres e iguais, não realmente, pois que isso ameaçaria a ordem econômica estabelecida, mas apenas no aspecto formal; ou seja, na sua dimensão jurídico-política, jamais em sua dimensão social (OLIVEIRA, 2013). Decorre disso que essa esfera jurídico-política não pode ser indefinidamente aperfeiçoável, pois que é essencialmente limitada. A cidadania seria em sua natureza condição de reprodução da desigualdade social no marco do modo capitalista de produção, e o caminho para a emancipação humana não poderia ser outro que não a superação do Capital.

Para José Murilo de Carvalho (CARVALHO, 2002), o conceito de cidadania pode ser tomado a partir de três principais enfoques, cada um deles se adequando a uma corrente política: liberalismo, republicanismo clássico e comunitária. Para os liberais, a cidadania seria um atributo individual de posse de direitos, direitos esses que garantiriam que esse indivíduo não sofresse abusos por parte do Estado; entre os autores identificados com essa corrente Carvalho cita Immanuel Kant e Friedrich Hayek, lista que recebe ainda o nome de John Locke, que de acordo com Luiz Eduardo Motta compartilhava dos mesmos ideais da chamada “liberdade negativa” (MOTTA, 2007).

Para os republicanos clássicos, a cidadania diz respeito menos ao indivíduo e mais ao bem coletivo, à coisa pública, para pensadores como Cícero, Maquiavel e Montesquieu, a cidadania não é uma reação ao poder do Estado, no sentido de proteger os indivíduos de seus abusos, mas uma disponibilidade do indivíduo de se envolver nas questões coletivas que dizem respeito a todos. Incluem-se ainda nessa vertente e pensadores Hannah Arendt e Habermas. Por fim, na visão comunitária de cidadania defendida por Aristóteles, Rousseau e Comte, que enfoca não na titularidade de direitos mas no sentimento de pertencimento a uma comunidade política.

Percebe-se que o pressuposto de igualdade se apresenta como uma premissa básica para a cidadania. Populações marginalizadas como as de travestis e transexuais, das quais falo nesta dissertação, para terem acesso à cidadania, precisam primeiramente acessarem o trabalho, a educação, a saúde integral etc. (PEDRA, 2018).

Autores feministas contemporâneos, dentre eles destaco João Manoel de Oliveira que escreve a partir dos pressupostos teóricos *Queer*, apontam para a necessidade de reorientação do sentido que se tem de cidadania, sexualizando o conceito para que este possa dar conta das possibilidades de participação cidadã dos(as) dissidentes da heteronormatividade. O conceito de cidadania sexual é proposto como uma ferramenta para discutir aspectos de uma cidadania diferenciada, marcada pela questão da sexualidade e por uma reivindicação de direitos e responsabilidades que vem sendo repetidamente negados por conta da heterossexualização da figura do bom cidadão (RICHARD *apud* OLIVEIRA, 2013). Essa categoria se mostra útil e necessária para o reconhecimento de direitos e responsabilidades destes grupos diferenciados, por parte da sociedade, mas ao mesmo tempo, a cidadania sexual encerra no quadro do atual neoliberalismo um processo de normalização e assimilação das chamadas identidades minoritárias.

No contexto de consolidação da democracia no Brasil surgem diferentes coletivos mobilizados na conquista de direitos historicamente negados a grupos subalternizados por dispositivos como o patriarcado e a heterossexualidade. Moreira (2016) lembra que na sociedade brasileira a heterossexualidade é hegemônica em relação à homossexualidade, sendo essa a premissa que explica o tratamento desigual a que são submetidos(as) os(as) homossexuais e quaisquer pessoas que desviem das normas e padrão de gênero em suas demandas às instituições estatais. Assim, se constitui uma “hierarquia valorativa implícita” (SOUZA, 2012, p. 81) que vai definir quem pode ou não ter a qualidade de cidadão.

O que se observa no Brasil, hoje, é o Poder Legislativo negando-se a discutir a inclusão e a diversidade de forma a garantir à população LGBTQ direitos básicos, a bancada

conservadora que muitas vezes pauta politicamente as decisões no Congresso, faz da LGBTQfobia uma plataforma eleitoral, alimentando o ódio a essa população com as justificativas de defesa da família e da sociedade. A omissão legislativa acaba criando a necessidade de reconhecimento de direitos através do Poder Judiciário, cuja eficiência das medidas esbarra no abarrotamento de processos e consequente morosidade nas suas ações. O Poder Executivo acaba ocupando a centralidade nas ações que visam garantir direitos aos LGBTQ, pressionados de forma mais direta pelos movimentos sociais (PEDRA, 2018).

Essa ineficácia do Estado produz para a população de pessoas transgênero o que Bento chama de cidadania precária: “uma dupla negação: nega a condição humana e de cidadão/cidadã de sujeitos que carregam no corpo determinadas marcas” (BENTO, 2014, p.167). Para a população de pessoas transgênero essas marcas a partir das quais elas serão identificadas serão o próprio corpo construído proteticamente (PRECIADO, 2004), isto é, modificados de forma a não mais encaixarem-se na matriz de inteligibilidade do gênero.

A apresentação destas diferentes concepções produzidas acerca da cidadania buscou compreendê-la a partir de variadas possibilidades, se aproximando de noções que são a base para pensar as exclusões a que são submetidas travestis e transexuais, tais como a igualdade e a justiça. Da mesma forma, a partir das noções de gênero, sexo, corpo e transgeneridade, que também foram abordadas neste capítulo, é que será refletida a realidade, que será objeto do capítulo seguinte através da biografia de Yasmin, junto com os dados de Relatórios e Dossiês.

PRAZER, YASMIN: CIDADANIA E EXCLUSÕES NA TRAJETÓRIA DE UMA MULHER TRANSGÊNERO EM MACAPÁ

Esta dissertação é marcada, entre outras coisas, pela sua “inventividade metodológica”, isto é, pela utilização de uma metodologia não convencional nos estudos de humanidades, que costuma privilegiar as estruturas, a sociedade, o que é mais facilmente generalizável. O percurso que fez com que o uso da trajetória de vida de uma única pessoa fosse a principal fonte de dados na pesquisa foi o que busquei evidenciar no primeiro capítulo desta dissertação, onde eu afirmei que essa metodologia não foi a planejada como ideal, mas a que foi possível. Neste capítulo, busco capturar aspectos da sociedade em que Yasmin está inserida a partir de sua biografia, de sua subjetividade e de como ela significa suas experiências, afinal o único acesso que eu tenho aos fatos que ela conta é a partir da sua narrativa, que nasce da sua memória.

A partir da trajetória de vida de Yasmin, discutirei aspectos relativos ao acesso à cidadania por pessoas transgênero em Macapá, utilizando para isso a divisão proposta por Gomà em sete âmbitos de exclusão, sendo eles: exclusão econômica, laboral, formativa, sócio-sanitária, urbano-territorial, relacional e política/de cidadania (2004). O capítulo é dividido em tópicos que se debruçam sobre períodos da vida de Yasmin, como a infância, o período em que ela se descobre como mulher transgênero, a prostituição etc. Algumas dessas temporalidades sobrepõem-se, por exemplo sua vinda para Macapá e o início do exercício da prostituição, por isso eu ressalto que essa é uma divisão de caráter puramente didático, que visa organizar a apresentação dos dados de forma a facilitar a compreensão.

Quadro 1: sete âmbitos de exclusão e suas respectivas circunstâncias intensificadoras de exclusão

Exclusão econômica	<ul style="list-style-type: none"> • Pobreza absoluta ou relativa • Graves dificuldades • Dependência crônica de prestações assistenciais
Exclusão laboral	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego • Instabilidade ocupacional
Exclusão formativa	<ul style="list-style-type: none"> • Não escolarização • Fracasso escolar e abandono • Analfabetismo ou capital formativo muito baixo • Analfabetismo digital
Exclusão sócio-sanitária	<ul style="list-style-type: none"> • Deficiências e dependências • Vícios • Enfermidades geradoras de exclusão
Exclusão urbano-territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Sem-teto • Marginalização no acesso a habitação • Sub-habitação

	<ul style="list-style-type: none"> • Espaço urbano degradado • Espaço rural desequipado
Exclusão relacional	<ul style="list-style-type: none"> • Desestruturação e instabilidade familiar • Monoparentalidade • Violência doméstica • Escassez de redes sociais de aproximação
Exclusão política/de cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Não acesso ou insuficiência da proteção social • Não acesso ou restrição à cidadania • Processo penal gerador de exclusão

Fonte: Adaptado de Gôma (2004)

A estrutura do capítulo é dada pela narrativa de Yasmin, que por sua vez se dá de maneira cronológica, portanto é assim que ela é apresentada. Conforme os fatos narrados por ela relacionam-se aos âmbitos de exclusões de Gomà (2004), estes vão sendo introduzidos no texto e abordados com explicações. Optei por essa estrutura textual como forma de valorizar a metodologia de pesquisa, que é o uso da trajetória de vida, de modo contrário a biografia de Yasmin não seria um ponto de partida para entender aspectos da vida em sociedade, mas seriam parênteses ao longo do texto, cuja estrutura seria dada pela discussão sobre a cidadania, e não é isto o que busco neste capítulo.

No título deste capítulo, a fala de quem se apresenta a outrem. Neste capítulo entenderemos de que forma a identidade de gênero se constitui num obstáculo para que um grupo específico de pessoas acesse a cidadania, mas também conheceremos Yasmin, e é ela quem se apresenta, o relato dela foi o que estruturou a escrita deste capítulo e desta dissertação.

4.1 “Uma criança no corpo de criança”

Este tópico debruça-se sobre a infância de Yasmin, sua relação com a família, com a escola, com a igreja que sua família frequentava. Nesse período, conforme a citação que nomeia esse tópico, ela não se percebia nem como homem nem como mulher, apenas uma criança. Apesar disso, suas experiências já eram marcadas pelo gênero, de forma que será demonstrado adiante. Neste tópico, o âmbito de exclusão formativa será abordado, a partir da narrativa da vivência escolar de Yasmin.

Yasmin é natural de Oiapoque, cidade localizada no extremo norte do estado do Amapá que faz fronteira com o departamento ultramarino francês Guiana Francesa. Embora seja a única fronteira do Brasil com a Europa, o que é uma particularidade do contexto territorial da faixa de fronteira brasileira, o município de Oiapoque possui várias dificuldades

no tocante à sua integração com o resto do estado e conseqüente desenvolvimento econômico e social.

Distante da capital cerca de 600 km e do município mais próximo, Calçoene, 200 km, a estrada de acesso ao município está em processo de construção e pavimentação há mais de 60 anos, nos períodos chuvosos, que no Amapá equivalem a seis meses anualmente, ou seja, metade de todos os anos, formam-se atoleiros por vezes intransponíveis mesmo para carros grandes, e nesses períodos a cidade fica “isolada” geograficamente (ALMEIDA; RAUBER, 2017). Com suas terras sob jurisdição federal ou divididas entre terras indígenas e áreas de proteção ambiental, a cidade enfrenta a virtualidade de sua capacidade de gestão (TOSTES, 2010 *apud* MARTINS, SUPERTI e PINTO, 2015).

O acesso a serviços públicos, infraestrutura e inserção no mercado de trabalho é escasso, de acordo com Martins, Superti e Pinto (2015) 33,9% da população de Oiapoque é composta por pobres e indigentes, sendo 9,8% vivendo entre a linha da pobreza e da indigência e 24,1% dos oiapoquenses vivendo abaixo da linha de indigência. Atividades como o comércio clandestino e o câmbio ilegal se dão nas vias públicas, à noite bares e boates funcionam todos os dias e a prostituição se constitui numa fonte de renda quase institucionalizada, movimentando bares e hotéis.

A mãe de Yasmin era uma dessas prostitutas. Sua mãe biológica. A precariedade das condições de vida na cidade aparece no relato de seu nascimento: “minha mãe foi me parir, não tinha basicamente água no hospital” (ANJOS, 2019). Ela foi dada a outra mulher, que a criou, a quem Yasmin também chama de mãe, e assim ela será identificada daqui em diante. Já na infância Yasmin conheceu as regras que ditavam a performatividade do gênero, não por encaixar-se, mas por desviar-se da norma. É preciso lembrar que ela ainda tinha um corpo lido como masculino, isto é, não tinha se “descoberto” enquanto uma mulher transgênero, era um garoto, ou como ela diz “uma criança no corpo de criança” (ANJOS, 2019), no entanto ela já carregava a marca de ser um menino afeminado.

A partir das colocações de Sedgwick, Cornejo (2015) afirma que o desconforto causado pelo menino afeminado se deve a vários motivos: o terror pela indeterminação de gênero; a necessidade de se dissociar a homossexualidade da mais temida e menos respeitável transexualidade; e a tentativa do movimento gay de descolar gênero e sexualidade, ou seja, de mostrar que por desejar alguém do sexo masculino não necessariamente o indivíduo precisa ser feminino, e vice versa, o que é importante para o avanço sobre as concepções heterossexistas que tendem a identificar em todas as relações um macho e uma fêmea, no entanto, podem relegar o menino afeminado à posição de abjeto, isto é, daquele que é

repugnante, que é indesejado (MISKOLCI, 2015), e dessa vez dentro do pensamento do próprio movimento gay. “A patologização da figura do menino afeminado cria um tropo¹⁵ discursivo que torna impossível desassociar a transgeneridade da homossexualidade (masculina)” (CORNEJO, 2015). De acordo com Foucault, a homossexualidade é “um segredo que se trai sempre”, pois

A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. [...] A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1988, p. 43-44, grifo nosso).

Yasmin foi “descoberta” - utilizo esse termo com todas as ressalvas de quem se posiciona contra a espetacularização da homossexualidade como um segredo, conforme Cornejo (2015) -, “flagrada” em sua não esperada feminilidade:

Na escola eu tinha um pouco de turbulência porque as pessoas já notavam a diferença da feminilidade, as pessoas notavam que era uma criança estranha [...] porque eu tinha atitudes femininas, sempre tive atitudes delicadas, eu sempre me adaptei no lado feminino, sabe, apesar de ser uma criança masculina ao mesmo tempo, porque me via ainda numa forma masculina. (ANJOS, 2019).

Larissa Pelúcio, em sua etnografia sobre a prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS, discorre sobre como o “ser travesti” embora desafie o binarismo de gênero e o determinismo do sexo, mesmo que sem essa intencionalidade política ou teórica, por outro lado reafirma o binarismo e o essencialismo do gênero (2007). A existência de pessoas transgênero por si só já põe em suspeição a divisão binária da sociedade em dois gêneros coerentes, homens e mulheres, pois a pessoa transgênero viaja entre uma e outra posição, mescla elementos de ambas, constrói novos tipos. Mesmo que essas pessoas não façam isso conscientemente, isto é, que a intenção ao modificar seus corpos não seja a de transgredir ou questionar nada, apenas a de expressarem a sua identidade livremente - o que não exclui a

15 “Figura de linguagem em que ocorre uma mudança de significado, seja interna (no nível do pensamento) ou externa (no nível da palavra)” (CORNEJO, 2015, p.75)

possibilidade de que o façam conscientemente como um ato político -, mesmo assim, o corpo delas é uma afronta ao binarismo sexual e de gênero.

Entretanto, ao perseguirem um ideal de feminilidade que é o estabelecido pela matriz heteronormativa do gênero, se reafirma o binarismo e a crença em características que seriam intrínsecas a homens e mulheres, características sem as quais não poderiam considerar-se masculinos ou femininas. As expressões “papel de homem” e “papel de mulher”, por exemplo, referindo-se respectivamente à atividade e passividade no sexo, isto é, quem penetra e quem é penetrado, é citada por Pelúcio a partir da fala de uma de suas entrevistadas:

Carol não admite “fazer papel de homem” com seus namorados. Queixa-se de um deles que insinuava querer ser penetrado, e ela nunca se permitiu satisfazê-lo nesse desejo. Resultado: ele procurou realizar sua fantasia com outras travestis. O que a ofendeu sobremaneira, pois se viu duplamente traída: não só por ele ter feito sexo com outras, mas por ele, “seu homem”, “ter feito papel de mulher”, estendendo essa desmoralização a ela, uma vez que a “passividade” dele denunciaria a pouca feminilidade dela, não no que se refere às práticas eróticas, mas à capacidade de atrair para si um “homem de verdade”. (PELÚCIO, 2007, p. 80).

Nesse relato podemos perceber o reforço dos ideais de feminilidade e masculinidade associados ao corpo e a seus usos, conforme descritos por Bordieu (2012), o masculino ativo e o feminino passivo, nesse caso ligado diretamente ao seu aspecto sexual, além da reprodução do binômio masculino e feminino. Yasmin ao associar atitudes femininas à delicadeza reproduz esse discurso, embora sua própria existência já carregue em si um componente subversivo da matriz heteronormativa em que a narrativa dela se insere. Bento responde a essa contradição com um questionamento: “Por que teria de ser diferente para elas, se compartilham sistemas simbólicos socialmente significativos para os gêneros?” (2002, p.13). Isto é, por que seria diferente para elas se compartilham os mesmos sistemas simbólicos que todos nós? Por que seria diferente para elas se elas cresceram expostas à mesma pedagogia que ensina as crianças como deve ser um homem e como deve ser uma mulher?

Quando tinha 8 ou 9 anos de idade, os pais de Yasmin se convenceram que ela tinha problemas mentais “tipo especial, como se fosse uma criança deficiente” (ANJOS, 2019). Ela não soube dizer o que tinha no laudo médico que lhe prescrevia remédios controlados e que foi o responsável por ela ser retirada da turma de ensino regular em que ela estudava e ser transferida para o ensino especial, algo injustificado, segundo ela: “[...] a mamãe falava que eu falava com as paredes, que eu conversava, mas acho que era coisa de criança, eu conversava aleatoriamente, eu falava.” (ANJOS, 2019)

É na infância que ocorre a estilização do gênero através da interiorização dos enunciados performativos (BENTO, 2006), “sente-se como uma garota”, isto é, de pernas fechadas, “homem não chora”, “isso é brinquedo de menina/menino”, são enunciados como estes que vão forjando proteticamente (PRECIADO, 2004) os corpos, isto é, completando-os, moldando-os, para que estes reproduzam os gêneros coerentes e conseqüentemente a heterossexualidade hegemônica.

Não é possível afirmar que a “inadequação” de Yasmin a performance de gênero exigida dela, isto é, que ser um “menino afeminado” foi o que causou o diagnóstico realizado por sua mãe, de que ela seria uma criança com problemas mentais, mas existe uma relação entre a incapacidade de crianças em lidarem emocionalmente com a pressão por manterem a coerência do gênero e seu adoecimento, conforme descrito por Ana Lodi e Kelly Verdade, a partir de argumento de Rosostolato:

No caso de crianças transgêneras, a discriminação e o preconceito fazem com que esta, que não possui recursos e defesas construtivas, retraia-se e isole-se. Ela acaba se sentindo diferente, como um ser doente e anormal. Ela vai definhando e perdendo sua autoestima. Assim, fica vulnerável emocionalmente e propensa à depressão. O afeto vai se embotando e a criança fica sem referências positivas. (2017, p.4).

Invaldar diagnósticos médicos com certeza excede às capacidades e objetivos desta dissertação, mas considerando a forma como as ciências, principalmente as psi – psiquiatria, psicologia e psicanálise – tem lidado com a transexualidade, que já nasce como uma patologia a partir do discurso científico (BENTO, 2006), isto é, nos estudos psicanalíticos, os primeiros que se debruçaram sobre o/a transexual, a transexualidade era considerada uma síndrome, denunciada no uso do sufixo “ismo” na denominação que eles utilizavam: “transexualismo” (CASTEL, 2001), considerando esse tratamento dado pela ciência à transexualidade, é relevante voltar o olhar para esse episódio específico.

É possível que o adoecimento de Yasmin tenha sido causado pela incapacidade infantil de lidar com a constante vigilância sobre sua performance de gênero, bem como com as sanções impostas a ela quando esta performance não correspondia ao que era esperado. Também é possível que não tenha existido adoecimento algum, e Yasmin falasse sozinha, “com as paredes” (ANJOS, 2019) por este ser um comportamento comum em crianças, que frequentemente possuem “amigos invisíveis” com quem interagem, muitas vezes por conta da solidão ou por outros motivos; ou ainda, por simplesmente não ter com quem falar, pois que sofria exclusões no seu contexto familiar e escolar, marcada como um “menino afeminado”.

Embora a escola não fosse um lugar de todo amistoso, com algumas crianças desenvolvendo-se afeto, produzia-se também um certo senso de normalidade em se ver diariamente os mesmos rostos e ter uma rotina compartilhada em medidas diferentes com os(as) colegas de turma e de escola. Isso foi retirado de Yasmin quando ela foi transferida de sua turma regular para uma especial. Lá ela teve de adaptar-se a uma nova dinâmica, de escola e do seu corpo, agora medicado e constantemente nauseado, tonto, sonolento, indisposto: “eu sentia muita dores de cabeça, às vezes eram dores de cabeça muito forte, que eu tinha que tomar um remédio pra dormir [...]” (ANJOS, 2019).

O uso desses remédios logo foi suspenso e Yasmin voltou a frequentar sua turma de origem, embora os constrangimentos e as perseguições por parte da maioria de seus(suas) colegas permanecessem. Insultos que ela respondia de forma agressiva: “eu tinha, um momento, um colapso de agressividade, até hoje, tipo, eu tenho isso, tipo de não ir muito nas palavras, mas às vezes acabar de ir indo na agressão” (ANJOS, 2019). Barulhenta, barraqueira, escandalosa, são adjetivos que frequentemente são utilizados para descrever travestis e mulheres transexuais.

Leilane Assunção, historiadora e doutora em Ciências Sociais, foi a primeira mulher trans a se tornar professora universitária, na Universidade Federal de Rio Grande do Norte - UFRN. Internada em outubro de 2018 com um quadro grave de pneumonia, ela faleceu no hospital no mês seguinte após contrair uma infecção. Entre sua obra há um artigo escrito em parceria com Emily Mel, estudante da UFRN e também transexual, intitulado “A epistemologia do barraco: uma breve história do movimento LGBTI em geral”. Nele, as autoras argumentam que o “armar um barraco”, isto é, discutir, brigar, se exaltar, é um modo através do qual as travestis e transexuais, que constantemente tem seus direitos negados, encontraram para obterem respeito ou minimamente terem suas vozes ouvidas.

Para as autoras, travestis e transexuais se apropriaram desse estereótipo negativo, de pessoas barraqueiras, transformando-o em um instrumento de amplificação de suas vozes de modo que garante que elas sejam ouvidas, por exemplo, retomando seu protagonismo através de entidades de ativismo próprio, isto é, organizações e coletivos de pessoas trans: “Como manter a calma e não fazer um barraco quando seus mais elementares direitos estão sendo revogados? Quando ameaçam chamar a polícia porque você precisa fazer xixi num banheiro público.” (SOUZA; SILVA, 2017, p. 116). Assim, o barraco demonstra-se negativo enquanto um estereótipo que se atribui às travestis e mulheres transexuais, mas positivo como uma atitude utilizada como uma estratégia de sobrevivência, pois:

Colocam-nos diante de um paradoxo insuperável: se não nos “alteramos”, se não fazemos barraco, não conseguimos nada; se o fizermos, “perdemos a razão”, e o que acontece com quem “perde a razão”? Enlouquece, ou seja, essa retórica estereotipante culmina por estabelecer precedentes perigosos de patologização e criminalização da resistência trans. Se não lutamos morremos, se lutamos somos taxadas de loucas, barraqueiras, que precisam ser interditadas, silenciadas, tiradas de circulação. [...] Esse saber, esse conhecimento sobre o mundo trans que lhe é absolutamente exterior, não é da esfera da construção coletiva, e sim da imposição arbitrária. (SOUZA; SILVA, 2017, p.118).

A mãe de Yasmin é evangélica, até atingir a puberdade a igreja foi um lugar que Yasmin frequentou com certa naturalidade, cantando no coral de jovens e se envolvendo nas atividades de organização de festas e todo tipo de eventos. Não existia uma violência aberta contra ela na forma de xingamentos ou interdições de participação nos eventos comuns, se havia uma violência no campo simbólico Yasmin não se recorda ou não soube dizer. Não seria normal a ênfase na pregação para a importância da família tradicional formada por um homem e uma mulher? Como ela saberia se nos dias em que ela não ia ao culto talvez não se falasse do quão abominável era a tentativa de subverter a criação divina, com homens vestindo-se de mulher e vice versa? De toda forma, a igreja era um espaço que lhe dava a sensação de ser acolhida, é assim que ela fala desse período de sua vida. Mas a puberdade veio.

Caracterizada como o período da vida em que o indivíduo se torna apto para a procriação, isto é, adquire a capacidade física de exercer a função sexual madura (BECKER, 1994), a puberdade acarreta mudanças biológicas e fisiológicas. Para os corpos que possuem o pênis como genitália, isso significa o crescimento do escroto, aparecimento de pelos pubianos e na face, crescimento no comprimento e diâmetro do pênis, engrossamento da voz, além da manifestação do desejo sexual. Ao atingir a puberdade, Yasmin percebeu primeiro que seu desejo era voltado para rapazes do que a inadequação de sua genitália e seu corpo.

Considerando que desejo sexual e identidade de gênero são coisas diferentes, o desejo sexual relaciona-se à sexualidade enquanto a identidade de gênero relaciona-se ao gênero, no caso de Yasmin, primeiro ela percebeu para onde orientava-se seu desejo sexual, que era para os meninos, e só depois surgiu a percepção de que seu corpo e sua genitália não correspondiam à forma como ela se sentia quanto ao seu gênero.

As primeiras brigas mais sérias com sua mãe se dão quando ela começa a “andar com algumas bichas” (ANJOS, 2019):

um grupo de amigos que eu me identifiquei e eram algumas bichas que andavam na noite, tipo se vestiam masculinamente, mas eram bichas. Como a cidade era pequena todo mundo falava, ah sempre falava pra mamãe, e a mamãe é bem conhecida no Oiapoque, ela é enfermeira, aí minha mãe vinha me questionar, se eu não tava andando com viado, por que, que eu não era viado (...) (ANJOS, 2019).

Perceba que Yasmin era um jovem, alguns diriam uma criança, de cerca de 12 anos de idade, andando com um grupo de amigos cujas idades ela não identifica, e que sua mãe não conhecia, perambulando sozinhos pela noite, mas a preocupação da mãe de Yasmin é quanto aos rapazes serem “viados”, tamanho é o terror que as sexualidades e performances de gênero desviantes causam.

Dentre os riscos que esse grupo de jovens se expôs andando pela noite sozinhos posso citar rapidamente o contato com drogas lícitas e ilícitas, estupro e assédio sexual, mas ser visto andando pela cidade com “viados”, e portanto também ser identificado como um, causou mais medo na mãe de Yasmin, pois isso significaria ela se tornar abjeta, ou seja, repugnante, detestável, marcada pelo estigma de um ser poluidor que ameaça a estabilidade da comunidade (MISKOLCI, 2015), a coerência do gênero, ou nesse caso, um desestabilizador da ordem heteronormativa.

Corroborando as estatísticas de evasão/expulsão escolar de crianças LGBTQ, especialmente as transgênero, ela largou a escola pela primeira vez na 5ª série do ensino fundamental, que hoje corresponde ao 6º ano. Ela tinha na época 13 anos de idade. Essa é uma realidade vivenciada de forma muito frequente entre jovens trans, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 72% deles(as) não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental, apenas 0,02% se encontram cursando o ensino superior (2019). Conforme apontado por Cornejo (2015), na fase da infância é muito difícil diferenciar a transexualidade da homossexualidade masculina, por isso a apresentação de dados sobre a transfobia no ambiente escolar como uma causa da evasão/expulsão aqui nesse contexto, embora Yasmin não se reconhecesse dessa forma, nesse momento.

Caio Pedra é mestre em Direito e Administração Pública, professor pesquisador e militante, é membro da Comissão de Diversidade Sexual da OAB/MG e do projeto de extensão “Diverso UFMG”. Sua dissertação “Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões” debruça-se sobre a mesma temática que esta dissertação, resguardando-se, claro, as diferenças no que diz respeito à metodologia de pesquisa, as especificidades dos campos de estudo e ao enfoque. Enquanto Pedra se debruça sobre a atuação do Estado no enfrentamento das exclusões a que

estão submetidas as pessoas trans no Brasil, esta dissertação se concentra na natureza dessas exclusões, como elas se constituem em fronteiras que obstaculizam o acesso a cidadania para esse determinado grupo a partir de seu gênero. Portanto, óticas diferentes sobre o mesmo problema.

Foi com a leitura da dissertação de Pedra que entrei em contato com Ricard Gomà, professor na *Universitat Autònoma de Barcelona* e PdD em Ciências Políticas, em seu artigo intitulado “Processos de Exclusão e Políticas de Inclusão Social: algumas reflexões conceituais” ele traça alguns perfis conceituais caracterizando as exclusões sociais. De acordo com ele, essas possuem um caráter estrutural, isto é, inscrito na trajetória histórica das desigualdades sociais, mas também possuem um caráter relativo, pois se relacionam com uma rede de agentes que tomam decisões, e a partir destas podem originar-se ou aprofundarem-se exclusões. As exclusões possuem ainda um caráter dinâmico, isto é, afetam de forma variável pessoas e grupos. O caráter de fenômeno multifatorial e multidimensional é posto pelas exclusões se darem a partir de uma articulação de diversos fatores, geralmente inter-relacionados entre si. Por fim, Gomà destaca o caráter politizável das exclusões, que não estão inscritas de forma fatalista no destino de nenhuma sociedade, mas são fruto dos valores, da ação coletiva, das políticas públicas.

A partir destas considerações, ele aborda as exclusões a partir de sete âmbitos a partir dos quais podem desencadear-se processos de exclusão, sendo eles: exclusão econômica, laboral, formativa, sócio-sanitária, urbano-territorial, relacional e política/de cidadania. Essa classificação é utilizada neste trabalho e cada uma dessas categorias irá aparecer neste terceiro capítulo, não de maneira subsequente, mas gradativamente, buscando-se manter uma coerência na estrutura narrativa da história que está sendo contada. Assim, primeiramente trataremos da exclusão formativa, caracterizada pela não escolarização; fracasso escolar e abandono; analfabetismo ou capital formativo muito baixo; e/ou ainda pelo analfabetismo digital (GOMÀ, 2004).

A educação é um direito fundamental, “direito de todos e **dever do Estado** e da família” (BRASIL, 1988, grifo nosso). O direito de acesso à educação, assim como ao trabalho à saúde integral etc., é um pressuposto básico para o exercício de cidadania por qualquer indivíduo.

A educação, então, como processo de aprendizagem e aperfeiçoamento prepara as pessoas para a vida e para a convivência social, tornando-as mais úteis para a coletividade e permitindo que participem mais efetivamente no estudo e na decisão dos assuntos de interesse comum. (PEDRA, 2018, p. 62).

Embora não seja possível afirmar que a educação se restringe aos espaços escolares – há que se considerar ainda os espaços não formais de educação em que os indivíduos aprendem saberes e valores que serão constitutivos de seu processo de transformação em cidadãos, tais como os movimentos sociais e as ONGs, além da família e do grupo religioso –, a escola se destaca enquanto o espaço responsável por dar continuidade à socialização iniciada pela família quando o indivíduo nasce (MIRANDA, 2016).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) apresentam pontos comuns que devem orientar os sistemas de ensino em todo o país, servindo de apoio para a reflexão sobre a prática de sala de aula, planejamento de aulas e desenvolvimento do currículo da escola (BRASIL, 1997). O trato com a diversidade aparece como uma das questões colocadas pelo PCN vigente:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de aprendizagem de que as regras do espaço público permitem a coexistência, em igualdade, dos diferentes. (BRASIL, 1997 117)

Porém, a diversidade de gênero parece não fazer parte do hall de manifestações “diversas” que necessitem ou mereçam o combate ao preconceito contra si, haja visto que podemos observar uma série de retrocessos no que diz respeito às discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas, por exemplo, com a retirada por parte do Conselho Nacional de Educação de todas as referências relacionadas a gênero e orientação sexual do texto da Base Nacional Comum Curricular (PEDRA, 2018), que é o documento normativo que norteia o caráter de currículos e propostas pedagógicas de escolas públicas e privadas em todo o país, estabelecendo conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo do ensino básico (BRASIL, 2019). Além disso, os agora “preconceitos de toda natureza” – já que gênero e orientação sexual se tornaram inomináveis – passarão a ser discutidos na disciplina de ensino religioso, portanto, ficando à mercê das inclinações dogmáticas de cada professor(a) além da subordinação à própria tradição religiosa, que geralmente não lida bem com a diversidade de gênero e orientação sexual.

A não discriminação, além de se constituir em um princípio constitucional expresso na Carta Magna, no inciso IV do artigo 3º, que estabelece os objetivos fundamentais da

República: “IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988) é fundamento de diversos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos de que o Brasil é signatário, tais como a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), o Pacto de San José da Costa Rica (1969) e a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Fundadas na Religião ou nas Convicções (1981) (BAHIA; PEREIRA, 2011).

É um erro supor que a existência de um sistema educacional seja suficiente para garantir que todas as parcelas da população tenham acesso a educação. Não foi negada à Yasmin sua matrícula na escola, mas esta tornou-se um ambiente tão hostil que ela preferiu abandoná-la a permanecer sob as condições em que se encontrava. Embora teoricamente, juridicamente garantido, a permanência de Yasmin assim como a de tantos outros jovens LGBT na escola é condicionada a um “comportamento adequado” (PEDRA, 2018), isto é, essa parcela da população é bem vinda desde que não se desvie muito da norma expressando-se livremente sobre sua orientação de gênero ou sua sexualidade.

Com a escola recusando-se a debater gênero e sexualidade, esse debate não será evitado dentro do ambiente escolar, não para os(as) jovens LGBTQ, ele se dará por meio das “gozações” e insultos no meio dos recreios e dos jogos, fazendo com que estes(as) se sintam desviantes naquele espaço, indesejados(as) ou ridículos(as). É preciso admitir que há jovens que são LGBTQ e que eles(as) estarão na escola, diante disso a escola tem a opção de fazer o debate sobre gênero e sexualidade dentro da sala de aula e ajudar na formação de uma consciência crítica que rechace os preconceitos não só com os(as) colegas LGBTQ mas com quaisquer pessoas que integrem esse segmento da população, ou pode se eximir desse debate e permitir que os(as) alunos(as) reproduzam a homo/transfobia aprendida em casa, na rua, na própria escola, tornando a vida escolar dos LGBTQ insuportável e afastando-os(as) daquele ambiente.

A rejeição a LGBTQ nas escolas aparece retratada em pesquisas como a realizada pela Fundação Perseu Abramo, apontada por Pedra (2018): de acordo com a pesquisa, 87% da comunidade escolar (alunos(as), professores(as) e pais) reconhece ter algum grau de homofobia; 35% dos pais de alunos não gostariam que seus(suas) filhos(as) estudassem com um(a) colega homossexual; e 60% dos(as) professores(as) admitem não ter base para lidar com a diversidade sexual.

O preconceito foi o principal obstáculo apontado por estudantes transgênero no ambiente escolar, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro Trans de

Educação¹⁶ em 2018 com 250 estudantes travestis, transexuais e não binários da educação básica e ensino superior, o preconceito foi apontado por 38% dos(as) entrevistados(as). Em segundo lugar, o assédio moral foi apontado como principal obstáculo por 18% dos(as) entrevistados(as), seguido pela agressão verbal (16%). Aparecem ainda dificuldades de aprendizagem (15%), desrespeito ao nome social (10%) e agressão física (3%). (IBTE, 2019).

Os constrangimentos, as perseguições sofridas por estudantes LGBTQ contribuem para que estes(estas) identifiquem a escola como um lugar ameaçador. Ainda de acordo com pesquisa citada acima: 39% afirmaram terem negado seu acesso ao banheiro, 3% revelaram terem seu acesso a recursos pedagógicos negado. Quanto aos responsáveis por essas violações, 37% identificaram os(as) colegas como sendo os(as) responsáveis, 27% os(as) professores(as), 20% os(as) gestores(as) e 16% a equipe pedagógica (IBTE, 2019). A sensação de que a escola é inerte com relação a essas violências, ou ainda que a escola é autora dessas violências, como indicam os dados do Instituto Brasileiro Trans de Educação faz com que estes(estas) sintam que na escola a LGBTQfobia é tolerada. Assim, a escola se constitui em mais um espaço de violência, um espaço de onde muitos(muitas) fugirão como cativos que se libertam de um cárcere.

Aos 14 anos, Yasmin resolveu contar para os pais que “queria ser viado” (ANJOS, 2019), mesmo sem entender o que isso significava de fato. Esse episódio causou o rompimento de seu pai com ela. A história da chegada de Yasmin nessa família está diretamente ligada à história do pai: quando seus pais se casaram, a mãe de Yasmin já possuía outros filhos de relacionamentos anteriores. A adoção de Yasmin foi um “agrado” ao marido que é estéril e nutria o sonho de ter um filho homem, isso nutriu uma relação de afeto entre os dois durante boa parte da vida de Yasmin, até aquele dia em que ela se revelara como um garoto gay. O sofrimento de Yasmin transparece em suas conversas com Deus e

então há um tempo já na minha vida eu encontrava a Deus eu falava que eu tinha que lutar contra a natureza da minha carne, eu não entendia qual era a natureza da minha carne, e essa natureza da minha carne às vezes eu falava que eu tava matando minha identidade (...) (ANJOS, 2019).

Logo Yasmin descobriria que natureza, que identidade era essa que sua mãe lhe dizia para abdicar, que sua congregação lhe fazia sentir que era errado e antinatural, e que houvera

16 A pesquisa é parte do Dossiê “As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil”, cuja apresentação foi feita de maneira geral no segundo capítulo desta dissertação. Intitulada “A realidade das/dos estudantes trans no Brasil”, a pesquisa consiste na segunda parte do dossiê, e foi realizada por meio de formulário eletrônico no final do ano de 2018, com um alcance de 250 travestis, transexuais e pessoas não binárias, estudantes da educação básica e superior. A amostragem abrangeu quase todos os estados da Federação, à exceção somente do Amapá, Acre, Maranhão, Pará e Roraima.

marcado suas experiências durante toda a sua vida. É importante notar que mesmo sem saber no que consistia exatamente a sua “natureza”, Yasmin compreendia que era algo condenável, algo com o qual ela devia lutar contra, tamanha a força de pressão das normas de gênero sobre ela, que decidiu ir para a

casa da minha cunhada, aí minha cunhada tinha um espartilho, e nesse espartilho tinha tipo uma cinta liga, tipo era uma lingerie, e era tudo uma brincadeira sabe, e foi uma coisa muito impactante, quando eu vesti a roupa feminina parecia algo tão normal, parecia que tinha me encontrado, e eu fiquei me olhando no espelho e eu fiquei muito bonita, eu era uma criança gordinha sabe, sempre fui uma criança gordinha, e tinha um corpo afeminado, fazendo graça, aí minha mãe brigou com a minha cunhada, disse que eu não ia mais pra casa dela porque minha cunhada me incentivava a virar boiola. (ANJOS, 2019).

4.2 Por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado”

Esse é o único dos tópicos desse capítulo cujo nome não foi extraído da fala de Yasmin, mas de um conto de Clarice Lispector. Em “Amor”, Ana, a protagonista, percebe-se exercendo exatamente o papel esperado dela, uma mulher, em uma sociedade patriarcal com papéis bem definidos para homens e mulheres. O verbo “cair” utilizado no trecho citado sempre me instigou, não se “cai” num destino de mulher, isto é, não é algo que acontece abruptamente, mas é resultado de escolhas (ou não) que vão sendo tomadas ao longo da vida, casar, ter filhos, trabalhar dentro ou fora de casa etc. No caso de Ana, eu interpreto que o “cair” se relaciona diretamente à percepção que ela teve de si mesma, a protagonista “caiu” no destino no momento em que se percebeu nele, e cabendo “como se o tivesse inventado” (LISPECTOR, 1998).

É impossível determinar em que momento Yasmin “tornou-se” mulher, sequer é possível afirmar se houve esse momento fundante, retomando a perspectiva de Beauvoir, podemos dizer que a construção da feminilidade, condição para ser reconhecida enquanto mulher (1980, P.13) trata-se de um processo, é o que podemos inferir da máxima “Não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.9). Mas tal qual Ana, Yasmin também “caiu” no destino de mulher, não no sentido de reprodução dos papéis esperados de uma mulher cisgênero em uma sociedade patriarcal, mas porque reconheceu-se enquanto mulher. Neste tópico falarei desse reconhecimento e das questões suscitadas por ele; quanto aos

âmbitos de exclusão, serão abordados os âmbitos da exclusão sócio-sanitária e exclusão laboral.

“Todos já nascemos cirurgiados. Não existem corpos livres de investimentos e expectativas sociais.” (BENTO, 2003). Bento é enfática na desconstrução da perspectiva gênero versus cultura. Levada ao limite, essa perspectiva nos permite assentir que todos somos transgênero (2003), pois todos passamos por “cirurgias” que nos forjam enquanto homens ou mulheres.

Para a maioria das pessoas essas cirurgias se dão metaforicamente, podendo ser compreendidas como intervenções nos corpos que irão forjá-los enquanto homens ou mulheres. Um exemplo de como operam essas intervenções se dá pela vigilância sobre como se comportam as crianças, se elas agem de acordo com o gênero que lhes foi designado no nascimento ou não. Quando a mãe de Yasmin a proíbe de frequentar a casa de sua cunhada porque lá ela tinha experimentado uma lingerie, isto é, uma peça compreendida como do vestuário feminino, sendo Yasmin um menino aos olhos da mãe, aí se expressa essa vigilância, e aí vemos claramente uma cirurgia que busca manter o corpo de Yasmin dentro de um espectro de masculinidade.

A primeira cirurgia a que somos submetidos é a cirurgia de construção de nossos corpos sexuados (BENTO, 2003). E milhares de outras cirurgias serão realizadas ainda na construção de nossos corpos e na nossa construção como indivíduos, como escreveu Gabriel García Márquez: “Os seres humanos não nascem para sempre no dia em que as mães os dão à luz, mas sim quando a vida os obriga outra vez e muitas outras vezes a parirem a si mesmos” (2016, pp. 205-206).

As pessoas transgênero refazem essa cirurgia de produção do corpo sexuado, por vezes não somente de forma metafórica, mas também literal, e isso pode ser lido de diversas formas. Para Valéria Elias, que escreve sobre o “transexualismo” enquanto um fenômeno médico-social, portanto, primeiramente médico, a cirurgia de transgenitalização é uma busca por um corpo que faça sentido, que reflita a “posição subjetiva sexuada” (2007, P.135), portanto, que visa adequá-lo ao gênero que eles/elas percebem como sendo o seu. Para Bento, a cirurgia de transgenitalização tem muito mais a função de inserir socialmente os indivíduos transgênero do que “corrigir” seus corpos (2003).

As duas autoras, Elias psicanalista e Bento socióloga, escrevem sobre a transexualidade, com a especificidade de terem estudado mulheres trans em vias de realizarem suas cirurgias de transgenitalização, mas as cirurgias que irão transformar os corpos de pessoas trans não necessariamente se tratam de cirurgias no sentido literal da palavra, como já

dito, nesta dissertação adota-se a perspectiva de Bento, para quem a transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero (2008, p.15), isto é, compreendida a partir da perspectiva do indivíduo, de seu sentimento de inadequação com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento.

As travestis lidam muito bem com o pênis e as mulheres trans não necessariamente manifestam o desejo de extirpar a marca sexual lida como masculina. Aqui falamos de um conjunto de modificações corporais que vai construir o corpo trans, colocando o novo gênero em camadas sobre o gênero antigo, numa reiteração diária e sem fim, de acordo com Pelúcio (2017) sobre a construção corporal de travestis.

De acordo com Keila Simpson, foi na Paris dos anos 1980 que as travestis brasileiras descobriram e passaram a utilizar o silicone industrial para modificar as formas corporais, bem como passaram a usar hormônios indiscriminadamente com esse mesmo intuito (2015). Produzindo efeitos mais rapidamente que os hormônios e com baixo custo, o silicone industrial tem causado sérios danos à saúde de travestis, pois além de sua utilização não ser recomendada em humanos, muitas vezes a aplicação é feita em lugares insalubres e sem acompanhamento profissional.

O silicone industrial tóxico é aplicado por travestis e transexuais nos seios, quadris e até partes do rosto com o objetivo de dar formas mais arredondadas ao corpo, portanto, de conformá-lo a um formato mais próximo do corpo de uma mulher cisgênero. Utilizado por ser mais barato do que tratamentos e intervenções estéticas como as cirurgias plásticas, por exemplo, seu uso indiscriminado é associado a altos índices de morbidade na população trans, bem como ao uso hormônios sem acompanhamento médico.

Yasmin começou a tomar hormônios por conta própria, seguindo conselhos de amigos que lhe garantiram que isso lhe tornaria o corpo mais “feminino”, isto é, com mais curvas. Mas logo a satisfação de ver no espelho um corpo mais bonito, no sentido de ser um corpo em que cada vez mais se “cobia”, cedeu lugar ao sofrimento causado pelas perseguições que seu novo corpo sofria. As consequências dessa vez seriam muito graves.

De acordo com Gomà, o âmbito de exclusão sócio-sanitária possui como circunstâncias intensificadoras a presença de enfermidades geradoras de exclusão, de vícios, além de deficiências e dependências (2004, p.20). Em outras palavras, esse aspecto da exclusão diz respeito ao direito à saúde e conseqüentemente à vida, que extrapola o óbvio direito de não ser morto(a), significando também o direito a uma vida digna:

[...] o direito à saúde é muito mais amplo do que a assistência médica. Para ter saúde, uma pessoa precisa gozar de completo bem-estar físico, mental e social [...] é importante também que ela “não seja tratada pela sociedade como um estorvo ou fardo repugnante”, e, assim, sinta-se livre e à vontade para conviver na sociedade em condições de igualdade e sendo respeitada. (PEDRA, 2018, p.75).

O impacto emocional da exclusão familiar, somada à violência escolar e a toda série de discriminações que compõem a rotina de pessoas trans é devastador: a taxa de suicídios e tentativas de suicídio entre essa população é imensa. Há indicativos de que a depressão atinge 60% das pessoas trans (LO; HORTON apud PEDRA, 2018), dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais apontados por Pedra (2018) dão conta que pessoas trans tem quatorze vezes mais chances de cometer suicídio e que 41% dessas pessoas já chegaram a tentar.

Dados do Ministério da Saúde apontados pelo Grupo Gay da Bahia indicam que o suicídio é a quarta principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil (2019). De acordo com pesquisa publicada na revista americana *Pediatric* e divulgada também pelo Grupo Gay da Bahia (2019), jovens gays, lésbicas e bissexuais consolidam um grupo da população que apresenta seis vezes mais chances de cometer suicídio.

Desde que a ONG começou a contabilizar os suicídios entre os LGBT, em 2016, o que se observa é uma escalada no número de casos notificados: 26 em 2016, 58 em 2017 e finalmente 100 casos em 2018, seis destes teriam sido cometidos por pessoas transgênero (GGB, 2019). Não é possível afirmar se esses números revelam de fato um crescimento no número de casos de suicídio ou se cresceu a notificação desses casos, o que poderia ser causado, por exemplo, pela organização crescente do movimento trans e LGBTQ, já que são essas organizações que tem produzido de forma militante os dados sobre violações de direitos da população LGBTQ. No relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, que trata somente da população trans, foram apontados oito casos de suicídios entre travestis e transexuais em 2018, além de cinco mortes causadas pela aplicação do silicone industrial.

É importante dizer que o SUS oferece gratuitamente o Processo Transexualizador à travestis e transexuais, no entanto, essa população se distancia dos locais de atendimento público de saúde para evitar constrangimentos, como a discriminação por serem pessoas trans e o desrespeito ao nome social, conforme indica pesquisa do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2016).

Aos 14 anos de idade Yasmin tentou tirar sua vida pela primeira vez:

Foi muito forte, não consigo falar, mas é uma coisa que fica marcado, foi uma das coisas que ficou bem marcado na minha vida, foi assim eu tava numa discussão com a minha mãe, tinha falado que ia sair de casa, e eu ia sair de casa sem saber pra onde eu ia sair, que lugar eu ia [...] minha mãe não aceitava eu sair de casa [...] foi numa tarde, a minha mãe tava na cozinha, já não tava falando com meu pai, eu trancada no quarto, só vivia trancada no quarto, eu tinha um colapso de chorar, porque tudo me condenava, os irmãos da igreja me condenava, a igreja me condenava, a mamãe me condenava, eu já tava carregando algo que me já não tava dando conta, e eu falei que ia me matar, só que tava tão iludida naquilo que em momento nenhum eu tive esperança, porque eu queria acabar com aquele sofrimento naquele momento [...] eu fiz uma estratégia, brigar com a minha mãe e ela saiu com uma faca, quis me machucar com a faca, eu empurrei ela e tranquei toda casa, e dei volta com uma corda e eu só pulei. Fiquei pendurado. [...] Acordei no hospital, todo entubado, não conseguia comer, durante uma semana. (ANJOS, 2019).

O atentado contra a própria vida é um ato de extremo desespero de quem considera a morte uma alternativa melhor do que a vida nas condições que se leva, o suicídio de pessoas transgênero é apontado como um índice de transfobia porque os sofrimentos a que estão submetidas essas pessoas se dá principalmente em virtude de sua condição de gênero, são as perseguições sofridas em virtude dessa condição que causam o adoecimento dessas pessoas, levando à morte um corpo que já encontra-se esvaziado de humanidade, de dignidade, de vida.

[...] nos é tirado o direito de existir. Há uma desumanização de um corpo, de um indivíduo, culminando assim na sua marginalização. A partir daí fica simples traçar uma linha que leva a pessoa trans, de forma rápida, da morte social à física. (ALVES, 2019).

A descrição da tentativa suicida de Yasmin e as considerações sobre a relação entre o adoecimento mental de pessoas trans e o suicídio foram trazidas com objetivo de compor um quadro mais vívido e próximo da realidade dura que travestis e transexuais enfrentam no Brasil. No entanto, reconheço a validade da crítica feita por Bento à associação reiterada entre pessoas transgênero e o suicídio, “que escamoteia a posição hegemônica de que essas pessoas são transtornadas, portadoras de subjetividades desconectadas com realidade e, portanto, sem condições psíquicas de elegerem” (2017c, p. 90) o que acaba por lhes converter em vítimas, retirando toda sua autonomia e capacidade de agência sobre si mesmos(as).

Quanto às enfermidades que acometem essa população, além da histórica associação feita entre as infecções sexualmente transmissíveis, principalmente a AIDS, e a homossexualidade (que muitas vezes não se dissocia da travestilidade ou transgeneridade no

senso comum) fruto de uma construção social arrojada que visava patologizar a homossexualidade¹⁷, há ainda a ocorrência frequente de problemas urinários decorrentes de longos períodos sem usar o banheiro (SILVA *apud* PEDRA, 2018), os problemas causados pela auto aplicação de hormônios e a dificuldade na procura por atendimento médico hospitalar, já que muitas relatam sofrerem constrangimentos no ambiente hospitalar (NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT *apud* PEDRA, 2018).

Quanto aos vícios, Pelúcio relata que entre várias de suas informantes os problemas com drogas lícitas e ilícitas são vistos como o “maior problema de saúde das travestis” (2007a, p.151). Utilizadas como um canal de enfrentamento ao sofrimento a que estão submetidas, entre as drogas lícitas o álcool se destaca, especialmente as bebidas destiladas, chamadas de “quentes”, que ajudam a enfrentar as temperaturas mais baixas da madrugada; entre as ilícitas, o crack é apontado como a “droga da vez” (2007a, p.33).

No geral, as travestis namoram garotos de programa, traficantes, puxadores de carro, homens da noite, o que facilita o acesso às drogas. Muitas dizem que “de cara limpa” é muito difícil suportar a rotina da prostituição, outras alegam o abandono que sentem da família, a discriminação diária e o sentimento de solidão. Jennifer, minha informante privilegiada em São Carlos, vê o uso de drogas como parte da sedução inicial que a noite exerce sobre quem passa a viver a rotina de se prostituir. (PELÚCIO, 2005, p.231).

O uso de drogas também pode se dar objetivando manterem-se acordadas durante a noite e aumentar seus ganhos financeiros, já que há clientes que pagam mais caro para que elas utilizem drogas junto com eles (PRADO *et al*, *apud* PEDRA, 2018). Assim como a evasão/expulsão escolar acontecem muito cedo nas vidas de grande parcela da população trans, o abandono/expulsão de seus lares também. Segundo pesquisa de Borgogno que consta no Relatório “O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual”, da Transgender Europe, na América Latina, entre 44% e 70% das meninas e mulheres trans sentiram necessidade de sair de casa em virtude de sua identidade de gênero ou foram delas expulsas por esse mesmo motivo (2017). De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2019), no Brasil a idade média em que uma travesti ou transexual

17 Larissa Pelúcio e Richard Miskolci defendem que a saúde pública ao ter lidado de forma preconceituosa com a epidemia da AIDS em seu surgimento, lançou as bases para a constituição desta enquanto um dispositivo de controle e normalização das relações afetivas e sexuais dentro de padrões heteronormativos. Ler mais em: PELÚCIO, L., MISKOLCI, R. “A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes”. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/29/132norma>. Acesso em 02 abr. 2019.

é expulso(a) de casa é de 13 anos. Yasmin mais uma vez vem confirmar essas estatísticas com seu relato:

[...] eu ia sair de casa sem saber pra onde eu ia sair, que lugar eu ia, só que nessa época eu já tinha feito algumas contas, eu tinha amizade com um rapaz do salão que ele era amigo do meu irmão, ele era mais amigo do meu irmão do que meu amigo, que era o João, e eu perguntei pra ele se eu podia morar com ele, eu ajudava ele no salão, a limpar, porque em casa não tava dando mais certo [...] Aí morei com ele lá, fazia algumas coisas, limpava o salão pra ele, não me vestia ainda com roupas femininas, eu já era afeminada, eu andava com algumas gays, já queria saber o bajubá, como elas se comunicavam com o bajubá, mas eu era quaquaquá¹⁸. (ANJOS, 2019).

Quando menores de idade e membros de um núcleo familiar, nossas necessidades materiais são supridas pelos membros adultos da família, frequentemente os pais ou um dos pais, à exceção de situações de miséria em que mesmo as crianças são levadas ao trabalho infantil, o que constitui crime na legislação brasileira. A expulsão de casa torna obrigatória a independência financeira das pessoas trans, pois agora ela será a responsável pelo próprio provimento de um teto, de comida, água, além dos custos de sua própria transição de gênero, que como demonstrado por Pelúcio tem valor elevado, ser feminina é ser bela, “a aparência masculinizada relaciona-se com a feiúra” (2007a, p.226), portanto, não é desejável.

De acordo com Gomà, o âmbito da exclusão laboral tem como circunstâncias intensificadoras da exclusão o desemprego e a instabilidade ocupacional (2004). Refletindo sobre a situação das pessoas trans, algumas questões se levantam: ainda que o trabalho remunerado antes dos 16 anos fosse legal, que escolaridade possuímos aos 14 anos de idade? Além da deficiência formativa, essa população enfrenta ainda a transfobia nos espaços que tentará se inserir, como o mercado formal de trabalho. Aqui, julgo relevante retomar dados já apresentados no capítulo anterior, que dão conta 87% das pessoas trans entrevistadas em pesquisa na Colômbia alegaram já terem oportunidades de emprego recusadas em virtude de sua identidade de gênero (Transgender Europe, 2019). No Brasil, pesquisa do Diverso realizada na 19ª Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte, em 2016, não encontrou nenhuma travesti com carteira assinada naquele momento, em um universo de 396 pessoas entrevistadas, entre as mulheres trans o índice das que não possuíam carteira assinada era de 59,1% (DIVERSO *apud* PEDRA, 2018).

18 No bajubá, quaquaquá é como se denominam os gays e/ou pessoas trans iniciantes que ainda não dominam os códigos próprios de comunicação e comportamento da comunidade LGBTQ, como o próprio bajubá. Eu não encontrei registros da expressão em publicações acerca do bajubá, o que pode indicar que o termo só é utilizado localmente, no Amapá, já que não encontrei nenhuma publicação local sobre o bajubá. Na fala de Yasmin fica explícita sua tentativa de ser aceita no grupo, aprender a sua língua, no entanto ela ainda era quaquaquá, ou seja, não detinha o conhecimento dessa linguagem.

Mesmo quando conseguem se inserir nesse mercado, convivem com abusos verbais e físicos por parte de empregadores(as), clientes e outros(as) funcionários(as), discriminações em processos seletivos e promoções, ou ainda a violência emocional vivenciada pelos(as) que buscam moldar seus comportamentos no sentido de dissimularem sua orientação sexual ou identidade de gênero. No Reino Unido, 36% das pessoas trans já pediram demissão de seus empregos em algum momento (TGEU, 2019).

Recusadas pelo mercado formal de trabalho, essas pessoas buscam na informalidade o seu sustento, frequentemente na prostituição e com menor frequência na prática de pequenos delitos. A exclusão laboral a que são submetidas as pessoas trans tem consequências, não só materiais como subjetivas e relacionadas à sua autoestima e identidade enquanto membros da sociedade:

Enquanto elemento essencial da identidade social do indivíduo, o trabalho é requisito importante para a sua plena realização como cidadão. Além disso, possui um imensurável poder de inclusão social, seja por possibilitar sustento, seja por resgatar a dignidade de cada indivíduo. (PEDRA, 2018:52).

É possível perceber como se relacionam fortemente os eixos de exclusão apresentados por Gomà (2004), especialmente os eixos de exclusão formativa e laboral, pois a deficiência na formação irá impactar certamente na inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho.

3.3 “porque é a capital né?”: Yasmin chega a Macapá

Neste tópico falaremos da vinda de Yasmin para Macapá, que mudanças ocorreram na trajetória dela a partir desse deslocamento, tecendo considerações sobre a relação entre a transgeneridade e as migrações. Quanto aos âmbitos de exclusão propostos por Gomà (2004), neste tópico serão discutidos os âmbitos da exclusão relacional e urbano-territorial.

Os estudos sobre migração raramente consideram a sexualidade ou a identidade de gênero como um fator gerador da migração. Na França, no final dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, a prostituição travesti era tão difundida, especialmente na *Bois de Bologne*, a principal zona de prostituição de então na capital francesa, que *brésilien* e travesti tornaram-se sinônimos (VALE, 2008). O texto também destaca que para além de fatores econômicos, questões simbólicas associadas às vivências sócio-sexuais do indivíduo podem impulsionar as migrações. Para Nascimento, a construção corporal de travestis e transexuais acompanha também deslocamentos territoriais.

Para modificar seus corpos, colocar seios de silicone, fazer cirurgias plásticas que aumentem ou diminuam nádegas, narizes, lábios, cinturas, maçãs do rosto, comprar perucas ou utilizar técnicas de mega hair (alongamento de cabelos), comprar sapatos de saltos em tamanhos adequados, comprar roupas sensuais, fazer uso de hormonioterapias que não tragam prejuízos a sua saúde, elas necessitam viajar para grandes capitais e, para isso, precisam ganhar dinheiro nos mercados do sexo. (2016, p.16).

De acordo com Nascimento, para além das transformações corporais, a migração de pessoas trans para as capitais se dá na busca pelo retorno financeiro – aqui tratando especificamente da prostituição – e maior valorização social, isto é, o reconhecimento do seu sucesso, pois se ascendeu de uma cidade pequena para outra maior (2016). Morando em uma cidade pequena, mesmo que capital, pode-se dizer que Macapá é uma capital pequena, eu acrescento ainda outro fator: a proximidade das relações.

Não há muita privacidade em cidades pequenas, todos sabem um pouco da vida de todos, e se tratando de pessoas cuja sexualidade ou identidade de gênero escapa da estabelecida como normal e aceitável, os efeitos dessa trama de cochichos podem ser ainda mais duros, implicando em “arrancadas” do armário sem que se estivesse pronto(a), delações por parte de vizinhos(as), conhecidos(as), escola, para chefes(as), família, igreja.

Em um rápido senso entre meus(minhas) próprios(as) amigos(as), contei seis amigos gays originários de Macapá morando em grandes capitais como São Paulo e Curitiba, alguns foram daqui sem sequer uma proposta de emprego, apenas o nome de uma grande capital no local de chegada em suas passagens aéreas, e isso foi o bastante para eles. Constaram no senso ainda duas lésbicas, uma delas está na Europa, e ainda uma bissexual.

O deslocamento que Yasmin fez foi muito menor do que o realizado, por exemplo, pela minha amiga que hoje mora feliz em Portugal, mas resguarda o mesmo caráter de busca por uma cidade maior, a relativíssima “cidade grande”:

Nesse período eu tinha uma irmã que morava aqui, e aí eu pedi pra minha mãe né que eu queria vir pra cá pra estudar, que eu não queria ficar mais no Oiapoque, porque eu tava me sentindo muito envergonhada por muitas coisas que eu me sentia envergonhada, porque tinha vergonha da própria situação que eu tava vivendo sabe, e eu me culpava por aquilo, que eu tinha escolhido essa vida, aí vim pra cá, pra Macapá, porque é a capital né, era muito mais... vim pra cá acho que 2012, 2012 ou 2011. (ANJOS, 2019).

Em Macapá, Yasmin volta a estudar, se matricula na 7ª série do ensino fundamental, que corresponde hoje ao 8º ano, em uma escola pública da cidade. Essa segunda experiência escolar será ainda mais marcada pela violência em decorrência de sua identidade de gênero,

pois agora Yasmin era mulher e se vestia com roupas por ela identificadas como femininas, além do corpo já adquirindo contornos mais curvilíneos por conta do tratamento hormonal. Nesse momento a violência simbólica e psicológica, muitas vezes cede lugar à violência física. Yasmin relembra aquela que ela identifica como sendo a primeira agressão física motivada pela sua identidade de gênero:

Eu lembro que uma vez eu estava de costas e um carinha falou “viadinho, não sei o que” fui enfrentar ele. Ele era um homem maior que eu, me deu uma cadeirada, era umas cadeiras de madeira, foi o primeiro impacto que eu senti... [...] Depois que aconteceu a cadeirada eu ainda tentei brigar com ele, fiquei desesperada, eu não queria chorar porque queria demonstrar uma atitude forte. Eu xinguei ele. Tentaram apaziguar, não fizeram algo pra punir. Eu era apenas um viadinho, aí tentou apaziguar. (ANJOS, 2019).

É aparente nesse relato o sentimento de descaso de Yasmin por parte da escola, ela identifica ainda o motivo do desdém para com ela: “eu era apenas um viadinho”. Ou seja, ela sentia que de alguma forma ela ocupava um lugar inferior hierarquicamente do que os(as) outros(as) jovens que não eram “viadinhos”, ou seja, que a escola valorizava a heterossexualidade e as performances de gênero coerentes em detrimento das sexualidades e gêneros desviantes da norma, o que justificaria a tentativa de “apaziguar”, ou seja, de não punir o aluno agressor.

De acordo com o Instituto Brasileiro Trans de Educação, a direção escolar é o destino final de 48% das denúncias de transfobia na escola, a maior parte delas; 22% das denúncias se encerrariam antes de chegar à direção, ainda no setor pedagógico; apenas 15% das denúncias seriam encaminhadas às Secretarias de Educação, 7% para a polícia, 5% para as ouvidorias e 3% para o Disque 100, o Disque Direitos Humanos, serviço nacional de denúncias de ataques aos direitos humanos (2019). Esses dados revelam que ao mesmo tempo em que se recusa a debater gênero e sexualidade dentro das salas de aula, a escola também não demonstra um esforço significativo em identificar e punir agressores(as).

O caso da cadeirada foi a primeira e última agressão física sofrida por Yasmin na escola, depois desse episódio e da forma como foi conduzido pela escola, ela abandonou os estudos, dessa vez definitivamente. Ela tinha 15 anos. Foi então que ela começou a frequentar a noite com seu grupo de amigos(as), viados e travestis. A noite, para além de sua dimensão temporal, isto é, aquele espaço de tempo entre o se pôr e o nascer do sol, possui também uma dimensão espacial e simbólica, “associada à transgressão da ordem burguesa, aos prazeres, ao inesperado, mas também a leis implacáveis e tácitas” (PELÚCIO, 2007a, P.17).

Para as travestis, a noite, e mais especificamente a “avenida”, que é o espaço da prostituição rueira, é onde elas aprendem a ser travestis a partir da troca de informações e da observação, é também onde elas desenvolvem sua sociabilidade, onde elas fazem amizades, onde se exibem e testam o sucesso de suas transformações corporais, onde encontram companheiros e claro, onde ganham seu dinheiro (PELÚCIO, 2005).

O grupo de amigos(as) de Yasmin a advertia com relação à sua idade, diziam que ela era muito nova para andar com eles(as) de madrugada, que eles(as) iriam sair para “caçar”, isto é, encontrar homens para terem encontros sexuais, pagos ou não, ao que ela respondia que tudo bem, que ela só queria andar, ou seja, estar com eles(as) na noite. Aqui fica claro o sentido simbólico da noite, conforme aludido por Pelúcio (2007a), ela não buscava se inserir na atividade que eles(as) realizavam, que era o porquê deles(as) saírem a noite, mas apenas estar com eles(as), observando, aprendendo códigos, gozando da liberdade maior que a noite permite, tal como o glamour de uma produção noturna ou a possibilidade de atos que seriam interditos durante o dia, e aqui se percebemos a noite para além de seu caráter temporal, o dia se constitui igualmente simbólico, como o espaço/tempo da norma, da exigência de condutas rígidas e usuais.

É comum que o processo de transformação de travestis se dê com a ruptura do mundo de casa e o crescente apego ao mundo da rua, da noite (PELÚCIO, 2005). Yasmin já havia saído da casa de seus pais, no Oiapoque, e na casa de sua irmã não demorou até que a relação de deteriorasse. A mãe de Yasmin mandava dinheiro para ajudar nas suas despesas com a casa e um pouco mais, ainda assim, ela era responsável pela limpeza da casa e mais algumas tarefas no cuidado com as crianças, como levá-las ao colégio, não sendo remunerada por estas funções. À noite, quando ela saía com seu grupo de amigos(as), eles(as) primeiro se reuniam na casa de um(a) deles(as), onde aqueles(as) que não podiam “se montar” em casa, isto é, se vestir com roupas consideradas femininas, usar peruca e maquiagem, o faziam, em seguida eles(as) iam para o destino da noite, que muitas vezes consistia em andar pela cidade inteira, inclusive nos pontos onde as travestis se prostituíam. Certa noite, voltando pra casa já sem sua peruca mas ainda com as roupas de sua irmã, o cunhado de Yasmin a “flagrou” na rua de casa:

Nem sabia que ele tava de plantão, aí chegou falando “nem te manca, tamanho macho vestido de mulher, andando com esses viados, bora passa pra dentro de casa” aí fiquei assim, já tinha o senso de revoltada, será que ele vai querer me bater? Já fui entrando, ele me ripando¹⁹, ripando... Me rimpou,

19 Expressão utilizada na região norte que significa bater em alguém com um objeto comprido semelhante a uma faixa ou um cipó, nesse caso, acredito tratar-se de um cinto, pois Yasmin não mencionou que o agressor tivesse pego algum objeto, o cinto por ser utilizado no cós da calça é de mais fácil acesso.

a minha irmã acordou e perguntou o que tava acontecendo, eu disse que ele tava me batendo. Já tinha feito exame, só que não podia provocar ele, porque ele podia me dar um tiro.

[Pesquisadora] Ele tava armado?

[Yasmin] Sim, ele tava armado. Tipo tive que ficar submissa, não me exaltar, porque eu tava errada, ele tinha me pego vestida de mulher. Aí minha irmã ligou pra minha mãe e disse que eu tava saindo de madrugada, vestida de mulher, e que não tava mais estudando. (ANJOS, 2019).

A arma que causou à Yasmin o medo pela sua vida deveria ser utilizada para sua proteção, seu cunhado era policial e voltava pra casa depois de um plantão quando a encontrou vestindo as roupas de sua esposa. A afirmação de que ela estava errada por vestir roupas “de mulher” e que isso a obrigava a aceitar as agressões, “ficar submissa”, pode demonstrar a interiorização de um discurso que acompanhou Yasmin sua vida inteira, na família, na igreja, na escola, de que ela tinha nascido homem e deveria se comportar como tal; ou quem sabe o reconhecimento do caráter transgressor contido na sua identidade de gênero, que poderia também ser entendido como a denúncia da existência de uma norma que rege as manifestações de gênero, da qual ela estaria claramente desalinhada.

Outra coisa para a qual chamo atenção nesse relato é a ordem em que as “denúncias” aparecem: o fato de Yasmin ter abandonado a escola aos 15 anos de idade não gerou um telefonema para a mãe denunciando o fato, mas ela sair na noite “vestida de mulher” sim, esse foi o fato gerador da denúncia, a irmã de Yasmin contou sobre sua vida noturna, e também sobre o abandono da escola, que foi um fato anterior. Isso diz um pouco sobre o terror que causam as manifestações de gênero não alinhadas com a norma, nesse caso, um terror menor do que uma adolescente fora da escola e um agressor armado dentro de casa.

A desestruturação e instabilidade familiar constituem-se em elementos intensificadores da exclusão relacional a que estão submetidas as pessoas trans, Gomà acrescenta ainda a violência doméstica e a escassez de redes sociais de aproximação com os familiares enquanto características dessa modalidade de exclusão (2004). Os episódios de rompimento com a família costumam ser marcados por violência, que costuma durar longos períodos, se prolongando até depois do afastamento dessas pessoas (PEDRA, 2018). Com a ruptura dos laços familiares, as consequentes falhas na coesão social e enfraquecimento dos vínculos que permitem ao indivíduo se sentir parte de um todo social, o processo de exclusão relacional culmina na escassez das relações sociais dessas pessoas (FILGUEIRAS *apud* PEDRA, 2018). O enfraquecimento da autoestima causado por esse processo de exclusão pode aprofundar ainda mais o quadro de sofrimento mental já descrito, a que está submetida grande parte da população LGBTQ.

Pedra ressalta uma especificidade da exclusão relacional da população LGBTQ, especialmente de pessoas transgênero: a aleatoriedade (2018). Não é possível “prever” em momento algum a identidade de gênero que um(a) filho(a) irá assumir, ou pra qual/quais gêneros se orientará o seu desejo, se este se dirigirá para aqueles entendidos como seus(suas) iguais ou diferentes, para ambos, ou ainda para nenhum. Por exemplo, um casal de pessoas negras ou em que uma delas é negra, pode esperar que seus filhos biológicos nasçam marcados²⁰ racialmente enquanto pessoas negras, portanto suscetíveis às exclusões decorrentes do racismo. Da mesma forma, um casal de pessoas pobres prevê que seus filhos nascerão nas condições em que elas vivem, vivenciando as exclusões ocasionadas pela pobreza – sem desconsiderar a possibilidade de eventos extraordinários a partir dos quais uma pessoa pode se tornar rica da noite para o dia, se ela ganhar na loteria, por exemplo; da mesma forma, uma pessoa também pode empobrecer em qualquer momento da vida, mas estas não se constituem em regra, e sim exceções.

Nenhum outro tipo de discriminação faz isso com as pessoas. O status de “minorias” é, geralmente, transmitido por herança. Apenas para a população LGBTQ, é possível se descobrir minoria a qualquer momento. É difícil até mesmo se perceber como minoria nesse contexto, porque ninguém quer ser odiado. (PEDRA, 2018, p. 96).

No exemplo dado sobre o casal de pessoas negras ou em que uma delas é negra, é provável que o(a) filho(a) encontre consolo de seus pais ao sofrer as consequências do racismo na escola, na igreja ou qualquer outro lugar de sua convivência, crianças e jovens LGBTQ dificilmente encontrarão esse tipo de suporte em seus lares, não é raro que o próprio lar seja o primeiro ambiente de violência que esse indivíduo vivenciará em virtude de sua identidade de gênero ou de sua sexualidade, é o que demonstram, por exemplo, dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (2019) que dão conta que 13 anos é a idade média em que uma travesti ou mulher transexual é expulsa de casa pelos pais.

A expulsão de Yasmin de seu lar se deu depois do episódio em que ela foi agredida pelo cunhado e “denunciada” para sua mãe, com a convivência insustentável ela decidiu fugir. Nessa noite, depois de suas tentativas de conseguir abrigo nas casas de alguns de seus amigos falharem, ela conta que se preparava para dormir em uma construção quando um rapaz de

20 Para Noletto, gênero, raça, etnia, sexualidade, geração, se constituem enquanto marcadores sociais da diferença, que são “eixos de diferenciação social correspondentes a uma atividade classificatória que posiciona, socialmente, os sujeitos em um amplo contexto político, produzindo a diferença e, portanto, assimetrias nas relações de poder.” (2015, p.122-123). Esses marcadores vão diferir as experiências de homens e mulheres, mulheres brancas e mulheres negras, mulheres negras mais jovens e mulheres negras mais velhas, e assim sucessivamente.

uma igreja a encontrou e a acolheu na congregação que ele fazia parte. Nessa instituição religiosa ela permaneceu por vários dias, até que o preço cobrado pelo abrigo passou a ficar alto demais:

Aí resolvi tipo me confessar, aí não ia mais fazer essas coisas, eu não vou mais fazer essas coisas, vou entrar pra igreja tarará, tarará. Aí depois de novo, voltou a vontade feminina, o desejo pelo masculino, de não querer ser menino, querer ser menina. Aí fiquei e agora? Porque eu não morava com minha irmã, eles queriam que eu mudasse meu jeito de falar, que eu mudasse meu jeito de andar, porque isso era sequelas, sequelas do pecado entendeu? Eles faziam estudos, estudos, e estudos sabe? Faziam sessões de orações, exorcismo... Oravam fortemente, falavam que eu tinha espírito maligno e aí era uma liga mana, aí as vezes eu nas orações ficava um pouco agressivo, eu não entendia, acho que eles colocavam o diabo pra dentro do meu corpo, eles falavam assim “em nome de Jesus ... vem demônio, vem, vem, vem, vem, eu acho que nisso a força maligna vinha porque eu ficava descontrolada, eu ficava muito agressivo, ficava numa possessão, mas eu acho que eles mexiam com tudo isso sabe, aí ainda falava o nome do espírito maligno, especificavam o espírito maligno tipo a entidade como pombo gira essas coisas, como eles sempre falam. (ANJOS, 2019).

Em nenhum momento foi estabelecido de maneira clara que a condição para a continuidade de Yasmin naquele espaço era sua adequação ao que os membros daquela igreja consideravam como sendo uma prática correta, de acordo com seus preceitos religiosos. É possível que no caso de Yasmin essa prática passasse necessariamente pela performance masculina de gênero, no entanto, era desejado que ela não expressasse naquele ambiente sua feminilidade. O rechaço à sua identidade de gênero podia se dar de maneira sutil, por meio de olhares acusatórios, sorrisos de deboche e toda sorte de constrangimentos, ou de formas mais evidentes como as sessões de “exorcismo” descritas. Ambas causaram em Yasmin a interpretação de que aquele espaço era um espaço que ela, como uma mulher trans, não poderia fazer parte.

Gomà descreve a exclusão urbano-territorial enquanto um âmbito de exclusão relacionado à marginalização do acesso à habitação, espaço rural desequipado e espaço urbano degradado (2004), é quanto a este último aspecto que eu busco chamar atenção. Acredito que nenhum de nós alguma vez já tenha se deparado, na entrada de uma empresa ou escola, com uma placa “proibida a entrada de travestis”, ou ainda “transexuais não são bem-vindos”, a interdição de espaços para as pessoas trans se dá de outras maneiras, a partir da rejeição e violência. Quantos espaços já haviam sido interditados à Yasmin em sua trajetória, mesmo que sem a colocação de placas na entrada? A família, a escola, a igreja, o mercado

formal de trabalho. Dessa forma, travestis e transexuais vão sendo afastadas destes espaços, evitando circular pelas cidades durante o dia e restringindo suas atividades à noite.

Falando sobre o aspecto da exclusão urbano-territorial relacionado à moradia, é pacificado que esta se constitui em uma necessidade essencial para cada indivíduo desde que deixamos de ser nômades: “Para sobreviver e se realizar plenamente como pessoa, todo sujeito precisa de um abrigo, um ponto e apoio que lhe sirva como núcleo de convivência e de apoio material e afetivo” (DALLARI, 2004, p.51).

Uma grande mobilidade de travestis e transexuais entre quartos e pequenos apartamentos tem sido descrita (PEDRA, 2018), o que pode se relacionar com a imprevisibilidade da renda a partir do exercício da prostituição. O fluxo migratório de pessoas trans do interior para as capitais e grandes cidades, ou ainda para a Europa, em busca de melhoramentos estéticos e retorno financeiro, conforme observado por Nascimento (2016), também pode ser entendido como uma forma de exclusão urbanoterritorial.

Foi depois de um desses “exorcismos”, “orações” ou como queira-se chamar, narrados por Yasmin, que ela fugiu novamente, dessa vez para a casa de uma amiga travesti, com quem ela passou a conhecer a noite de uma outra forma, através da prostituição.

3.4 “Era pela sobrevivência”

No último tópico deste capítulo, a partir das experiências de Yasmin com a prostituição, abordarei as violências sofridas pelas travestis e transexuais que se prostituem nas ruas, uma violência que diferente das apresentadas até então, tem um caráter mais letal. Quanto aos âmbitos de exclusão propostos por Gomà (2004), neste tópico serão abordadas a exclusão econômica e política/de cidadania.

É possível afirmar que, embora não seja considerada um crime pela legislação brasileira, a prostituição sofre uma intensa estigmatização, desqualificada por valores sociais pautados principalmente em dogmas religiosos que buscam manter o controle sobre os corpos e as sexualidades, especialmente os femininos, um processo que as prostitutas indicam como sendo uma criminalização de sua atividade (ANTRA, 2019), o que intensifica a situação de vulnerabilidade a que estão expostas as pessoas trans quando nas ruas no exercício da prostituição.

O que o movimento trans pauta hoje é a regulamentação da prostituição como profissão, para que as profissionais possam ter acesso a direitos trabalhistas, o que é inviável no exercício informal de uma profissão; bem como políticas públicas voltadas para a absorção

de pessoas trans pelo mercado formal de trabalho, para que a prostituição não seja sua única opção de garantia de sua subsistência (PEDRA, 2018).

Como informado por Pedra (2018) um agravante no processo de exclusão relacional de travestis e transexuais é o fato do rompimento familiar acontecer em geral quando as pessoas trans são muito jovens, jovens demais até mesmo para tentar sobreviver de outra forma que não a prostituição. Dados da ANTRA (2018) dão conta que 90% das travestis e transexuais já se prostituíram em algum momento da vida.

Com deficiência na sua qualificação profissional, causada pela exclusão social, familiar e escolar, e habitando um corpo marcado por não obedecer a um ordenamento binário que mantém coerentes masculinidade e feminilidade, um corpo associado aos estigmas de perversidade sexual e delinquência, carregando no corpo, em suma, as marcas de sua condição de pessoa transgênero, encontram poucas oportunidades no mercado formal de trabalho.

Segundo a pesquisa do Nuh (2016), 9,35% das entrevistadas fizeram sexo por dinheiro pela primeira vez entre 9 e 12 anos, 12,23% fizeram entre 13 e 14 anos, 28,06% entre 15 e 16 anos, 23,74% entre 17 e 18 anos, 15,11% entre 19 e 21 anos, 8,63% entre 22 e 25 anos e 2,16% com mais de 25 anos. (NUH, 2016, Gráfico 19). As maiores porcentagens, como é possível verificar, acontecem nas primeiras faixas de idade, e 73,38% das entrevistadas responderam ter feito sexo por dinheiro entre 9 e 18 anos. (PEDRA, 2018, p. 59).

A partir disso, uma série de estereótipos é criada, associando a travestilidade/transexualidade com a prostituição, estereótipos adotados e reforçados até mesmo pelo Estado. Até 2011, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que é a classificação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que identifica as profissões no mercado de trabalho, tinha no código 5198-05, que corresponde à ocupação “profissional do sexo”, os termos “travesti” e “transexual” como um de seus sinônimos (JESUS, 2013). Os termos foram retirados após muita pressão dos movimentos sociais transativistas.

A prostituição é uma atividade que possui uma série de problemas, tais como a falta de legislação que a regule, garantindo direitos às pessoas que exercem essa profissão, a irregularidade na remuneração, a relação com o uso e o tráfico de drogas e a exposição à violência (PEDRA, 2018). Dos 163 assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2018, 65% foram cometidos contra prostitutas, 60% deles aconteceu nas ruas (ANTRA, 2019). Enquanto gays são assassinados principalmente dentro de suas casas, esfaqueados ou asfixiados (o que nos permite supor que o assassinato é cometido por familiares ou pessoas próximas da

vítima), travestis e transexuais que se prostituem, e vimos que representam grande número do total, são mortas na “pista”, isto é, na rua, com tiros de revólver, espancamento, atropelamento criminoso, pauladas e pedradas; (GGB, 2019). Foram 83 travestis e transexuais assassinadas no Brasil em 2018 em locais usuais de prestação de serviços sexuais, de um total de 164 casos contabilizados (GGB, 2019), número muito próximo da contagem da ANTRA que apontou 163 assassinatos dessa população nesse mesmo período (2019).

[...] era pela sobrevivência, ficar com dinheiro, comprar roupa, maquiagem, comida, passei um tempo longe da minha família, não tinha contato. [...] Deitar com uma pessoa por causa de dinheiro, tu te sente usado, tu te sente inferior a ela, eu me sinto inferior. É logo no começo, eu até falo pras meninas que tão começando hoje “mana no começo vai ser flores, mas depois tu vai descobrir o ruim das ruas, tu vai vendo as travestis morrendo. (ANJOS, 2019).

A partir das considerações sobre a exclusão laboral e as dificuldades de absorção no mercado formal de trabalho, é preciso relacionar esse âmbito a exclusão econômica, que segundo Gomà, diz respeito à pobreza absoluta ou relativa, graves dificuldades e dependência crônica de prestações assistenciais (2004, p.20). É verdade que nem sempre a pobreza é uma realidade das travestis e transexuais trabalhadoras do sexo, por exemplo, pesquisa do NUH realizada em 2016 com pessoas trans que se prostituíam em Belo Horizonte revelou que mais de 90% de suas entrevistadas recebiam mais de dois salários mínimos com suas ocupações (PEDRA, 2018).

Esse dado nos remete à necessidade de diferenciar a pobreza da exclusão econômica, embora as condições econômicas determinem de que forma um indivíduo ou um grupo irá acessar determinados direitos, a exclusão se sobrepõe à pobreza pois pode se verificar sem que aquela esteja presente, como no caso de travestis e transexuais que se prostituem. Ainda que algumas possuam renda razoável, isto é, que não sejam pobres, elas não deixam de ser excluídas economicamente, pois ainda se verificam as dificuldades em manterem um padrão de vida adequado, já que os rendimentos da prostituição são extremamente variáveis e os gastos são altos.

Conforme Fraser (2006), alguns dos efeitos da discriminação podem ser a marginalização econômica, que é a ocupação de guetos no mercado de trabalho, a partir da não absorção pelo mercado formal de trabalho; diretamente ligada a ela está a privação, que é a dificuldade para adquirir um padrão de vida adequado; além do desrespeito, que é a difamação e desqualificação das representações culturais acerca de determinado grupo, pois

Estando numa esquina tu é submissa a várias violências, violência física, psicológica, as pessoas passam e te xingam “vai lavar, vai procurar que fazer”. É vergonhoso tá num canto. [...] Algumas mariconas²¹, que é assim que são chamadas, eram maravilhosas, como eu sempre tive uma expressão oral muito boa, conversava, me adaptava pro clima, pra relaxar, algumas não, eram agressivas quando a gente ia negociar o preço. Uma vez uma me esmagou na parede do motel, entre o carro e a parede do motel, porque eu pedi “tanto”, ele disse que não ia me dar “tanto”. (ANJOS, 2019).

Nesse sentido, é possível afirmar que embora a pobreza nem sempre se verifique entre as trans que se prostituem, a exclusão certamente sim, pois o trabalho sexual no Brasil é uma atividade vinculada à informalidade, cujas trabalhadoras e trabalhadores não possuem nenhuma garantia trabalhista e péssimas condições de trabalho, em que eles(as) são expostas rotineiramente a abusos de todo tipo; além disso a prostituição é uma carreira muito curta, a associação entre beleza e juventude faz com que rapidamente se passe de alguém desejável com quem os clientes querem se deitar para alguém que não desperta mais tanto interesse, dessa forma a remuneração também se torna bastante variável, embora os investimentos sejam constantes, em tratamentos estéticos, roupas, maquiagem, gastos envolvendo o mercado da beleza. (NUH *apud* PEDRA, 2018)

Embora apresentadas como coisas distintas – dividir e explicar em partes costuma se mostrar uma maneira eficiente de caracterizar fenômenos –, é preciso que se tenha clareza de que cada um dos seis âmbitos de exclusão discutidos até aqui entrelaçam-se entre si, eles representam vieses de um mesmo fenômeno que é a subalternização de travestis e transexuais no tocante ao acesso à cidadania, como se segurando uma mesma rocha a olhássemos de cima, de baixo, de frente, de um lado e do outro, observamos o mesmo objeto, porém por óticas diferentes, o que possibilita que o percebamos em suas especificidades; também cada um desses âmbitos gera consequências que impactarão em outros âmbitos, por exemplo, uma deficiência na formação escolar (exclusão formativa) certamente impactará na inserção desse indivíduo no mercado de trabalho (exclusão laboral), que por sua vez impactará nas condições materiais de vida desse indivíduo (exclusão econômica), e assim sucessivamente.

É importante que se compreenda isso pois o último eixo de exclusão é nomeado por Gomà (2004) como exclusão política/de cidadania, que pode parecer reduzir a cidadania aos direitos políticos, o que não se justifica: cada um dos âmbitos apresentados e discutidos até

21 Essa é a forma que as travestis se referem à maioria de seus clientes, especialmente aqueles que na relação sexual são os passivos, isto é, são penetrados. De acordo com Pelúcio, é uma espécie de xingamento dirigido aos homens que poderiam ser encarados na vida pública como “homens de verdade” (categoria utilizada também pelas travestis e fortemente apoiada num referencial binário de gênero), mas que na vida privada suas práticas sexuais o aproximam do desprestigiado pólo feminino. (2007a)

então diz respeito à cidadania de pessoas trans, este último diz respeito ao exercício da cidadania política, isto é, à participação em movimentos sociais, nas eleições, como candidatas ou eleitoras, em suma, à inclusão destas pessoas nos processos que definirão o governo de seu povo. Para o autor as circunstâncias intensificadoras desse eixo são o não acesso ou insuficiência da proteção social, não acesso ou restrição à cidadania e a constituição de um processo penal gerador de exclusão.

A partir dessas circunstâncias Pedra delimita aqueles que ele identifica como sendo os principais obstáculos ao exercício da cidadania política por travestis e transexuais, segundo ele: “os desafios enfrentados por travestis e transexuais na busca por visibilidade e participação política, além dos altos índices de violência que perpassam suas trajetórias, a discriminação e a representatividade” (2018, p. 97).

De acordo com esse autor “matam-se mais pessoas LGBT no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde isso ainda é crime punido com pena de morte” (2018, p.108). Os números levantados por organizações como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais e o Grupo Gay da Bahia e que permeiam toda essa dissertação, demonstram que a sobrevivência é uma questão central para travestis e transexuais, a isso se atribui, também, a não ocupação da política institucional por estes grupos. Manterem-se vivas, e isso diz respeito não só a não serem assassinadas nas esquinas, mas também a sobreviver a epidemias, como foi a AIDS, têm sido preocupação central das pessoas trans no Brasil, até agora, já que os números de candidaturas de pessoas trans, inclusive que foram eleitas nos pleitos de 2016 e 2018 tem aumentado significativamente.

Não é difícil compreender que pessoas cujos espaços diurnos lhes são interditados, que habitam os espaços escuros da noite, tenham dificuldade para inserirem-se nos espaços institucionais de disputa pelo poder, como partidos políticos. Em 2014, sete travestis e transexuais apresentaram suas candidaturas naquelas eleições (SILVA apud PEDRA, 2018), número que cresceu para noventa e seis nomes em 2016, nas eleições municipais (PRADO apud PEDRA, 2018), destas, nove se elegeram e cumprem seus mandatos²². Resguardadas as diferenças entre a quantidade necessária de capital financeiro e político para eleições federais e municipais, é um número sem dúvida animador.

Em 2018, foram quarenta e cinco travestis e transexuais na disputa eleitoral, das quais três se elegeram (ANTRA, 2019b). Pedra observa, no entanto, que essas candidaturas vêm

22 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/candidaturas-de-transexuais-e-travestis-batemrecorde-em-2018.shtml>. Acesso em 02 mai. 2019.

migrando dos partidos de esquerda ou sem clara identificação ideológica para partidos de direita e/ou que não demonstram alinhamento às pautas LGBTQ (2018).

Como um trabalho científico tem o compromisso não só de oferecer respostas, mas de propor novas questões, é preciso que se abra um parêntese para um questionamento importantíssimo no debate sobre a participação político-partidária da população em questão: a representatividade pode ser encarada como um fim em si mesma? Isto é, a maior presença de LGBTQ no Congresso, nas Câmaras e Assembleias é o objetivo final da política desse movimento?

Nesse sentido, e voltando à pergunta sobre a representatividade, é possível uma “unidade” no gênero/sexualidade abrindo mão da perspectiva da raça e da classe? Quais os limites de candidaturas de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgênero e *queer* que se apresentam com legendas partidárias que não defendem como bandeiras de partido o combate ao racismo, ao machismo, à desigualdade social, ou mesmo o alinhamento às pautas LGBTQ? O que querem os ricos com as travestis e as mulheres transgênero? A resposta a esses questionamentos excede aos objetivos dessa dissertação, mas seria leviano não levantá-las e propô-las para pesquisas futuras.

Dentro do próprio movimento político existe a invisibilização das demandas de travestis e transexuais. Uma anedota comum entre as “outras letras”, isto é, aqueles que não são gays, é que parte do movimento se parece mais com um movimento “GGGG” do que LGBTQ, isto é, que privilegia as pautas de homossexuais masculinos enquanto se distancia das demandas de lésbicas, bissexuais e pessoas trans. Estas últimas, como denuncia Aline Freitas, militante transfeminista, são úteis ao movimento para barganhar demandas, pois são o grupo mais marginalizado, no entanto, são as primeiras pautas a serem “negociadas”, a serem abandonadas pelo consenso em torno das pautas do grupo de homossexuais masculinos²³.

Depois de *Stonewall*²⁴, uma parcela de gays brancos, de classe média, buscou se afastar daquelas que foram a ponta de lança da revolta, as barulhentas e espalhafatasas travestis²⁵. Esse movimento homossexual tradicional buscou ser incorporado socialmente, adequando-se às normas e padrões da heteronormatividade: “A sociedade incentiva essa

23 <https://www.revistaforum.com.br/digital/169/ok-aline-freitas-eu-critico-o-silenciamento-dasdemandas-trans/> Acesso em 03 mai. 2019.

24 A Revolta de *Stonewall* aconteceu na madrugada de 28 de junho de 1969, quando frequentadores(as) do *Stonewall Inn*, famoso point gay da Rua Christopher, em Nova York, se rebelaram contra a ação violenta da polícia. A partir daquela noite, uma série de protestos tomou as ruas da cidade, dando origem à primeira marcha do orgulho LGBT um ano depois. É um marco fundante do movimento LGBT organizado.

25 O documentário bibliográfico “A morte e a vida de Marsha P. Johnson” (2017), dirigido por David France, encontra-se disponível na plataforma de *streaming* Netflix. O documentário reconstrói parte da biografia de Marsha, fala sobre sua misteriosa morte e seu protagonismo, junto com outras drag queens e travestis, na Revolta de *Stonewall*.

forma ‘comportada’, no fundo, reprimida e conformista, de lidar com o desejo” (MISKOLCI, 2015, p. 33). É o pensamento implícito na frase “ser gay tudo bem, mas precisa se vestir de mulher?”, como se a vivência do desejo homossexual fosse “permitida” desde que dentro do quarto, desde que não se denunciasse no jeito de vestir e andar, em suma, desde que não abalasse a inteligibilidade do gênero.

O que o movimento trans denuncia é a constituição de um movimento político que privilegia todas as outras pautas em detrimento das demandas de travestis e transexuais, por isso o esforço de construção de um movimento transgênero autônomo, mantendo-se o diálogo com o movimento LGBTQ mais geral. Yasmin é uma militante ativa do movimento trans em Macapá, atuando como secretária executiva do Fórum Trans Amapá, uma organização de pessoas trans, desde 2015, e coordenando a Parada do Orgulho LGBT de Macapá também desde 2015, é reconhecida enquanto uma voz da sua comunidade e sua importância dentro do movimento social amapaense nos mostra que mesmo em condições adversas, com toda a problemática da violência, da invisibilidade, da ausência de representatividade, é possível os indivíduos se empoderarem de sua posição e subverterem a ordem das coisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tal qual os conceitos de gênero e transgeneridade, cujo desenvolvimento foi demonstrado no segundo capítulo desta dissertação, também a cidadania se apresenta enquanto uma categoria historicamente construída, podendo ser percebida resumidamente como o direito à igualdade no acesso a direitos. Entretanto, ao historicamente excluir grupos de pessoas desse direito, como mulheres e a população LGBTQ, a cidadania mostra sua face excludente, isto é, aquela que determinando quem pode acessar direitos, também determina, negativamente, aqueles que não o podem.

Legalmente a igualdade de todos os indivíduos está expressa na Constituição brasileira, entretanto, como na fábula de George Orwell, alguns são mais iguais do que outros. No Brasil, a população LGBTQ sofre com ataques sistemáticos à sua dignidade, sua autoestima e sua própria existência, dentre estes, aqueles que encontram-se agrupados na letra T, isto é, a população transgênero, dentre os quais mulheres transexuais e travestis foram as agentes de pesquisa deste trabalho, constituem o grupo a que são dirigidos a maior quantidade e truculência nos ataques, reduzindo a expectativa de vida dessas pessoas para menos da metade da expectativa de vida de um brasileiro “comum”, isto é, com gênero coerente.

As violações aos direitos de travestis e transexuais no Brasil são tantas, que optei por adotar a classificação dessas violações proposta por Gomà (2004) como forma de organizar e facilitar a estruturação do texto. Entretanto, é preciso lembrar que essas exclusões articulam-se entre si de maneira complexa e multifacetada, sendo a divisão em âmbitos de exclusão apenas metodológica, pois não é possível pensar em formação escolar, ingresso no mercado de trabalho e capacidade econômica, por exemplo, para citar apenas três destes âmbitos, de forma independente entre si, pois que as consequências produzidas em um irão produzir efeitos em outros.

Como descrito no primeiro capítulo desta dissertação a dificuldade para obtenção de dados foi algo que marcou a pesquisa desde seus momentos iniciais, reorientou a metodologia e o produto final do mestrado, além de ter suscitado reflexões importantes sobre o papel da pesquisadora, sobre o privilégio da cisgeneridade e sobre a concepção de fazer científico. Os percalços com a metodologia acabaram sendo os responsáveis pela característica primordial desta dissertação, que é a sua inventividade metodológica, com a história de vida de Yasmin conduzindo o debate sobre como sua identidade de gênero marcou sua biografia, e de forma mais específica, cerceou seu acesso a direitos.

A forma como os acontecimentos da vida de Yasmin vão se desencadeando, produzindo efeitos que por sua vez serão a causa de outros acontecimentos, pode produzir em quem lê a sensação de que Yasmin foi nada mais do que uma vítima das circunstâncias, mas, olhando atentamente, é possível perceber que longe de ser um objeto sobre o qual incidem os fatos, Yasmin foi e é uma agente: existiu enquanto uma criança afeminada, depois como um “viadinho”, até perceber-se finalmente como uma mulher trans, a despeito de toda uma organização social que privilegia as manifestações coerentes de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que impõe sanções àquelas que subvertem o ordenamento de gênero/sexualidade. Esses indivíduos abjetos, isto é, aqueles marcados como repugnantes, poluidores, ameaçadores da estabilidade social, estes terão suas existências marcadas pelos mais variados tipos de violência.

Sob o ponto de vista da exclusão formativa, foi possível perceber que a escola é um ambiente hostil para crianças e jovens que não se enquadram no padrão da heteronormatividade: recusando-se a debater gênero e diversidade sexual com os(as) estudantes, estas pautas vêm à tona por meio de gozações, brincadeiras maldosas ou mesmo através de violência aberta dirigida contra os(as) estudantes não normativos(as); é na escola que esses(as) estudantes se deparam com o conflito sobre qual banheiro lhes será permitido usar (por vezes a resposta a esse dilema é “nenhum deles”); pesquisas apontam que professores(as) não se sentem preparados para lidar com esses(as) estudantes, e que os pais de alunos(as) não desejam que seus(suas) filhos(as) estudem com colegas LGBTQ; a somatória de todas essas exclusões vivenciadas pelos estudantes não normativos é um alto índice de evasão escolar, que faz com que travestis e transexuais, no geral, possuam índices baixíssimos de escolarização.

Em decorrência da pouca escolarização, mas principalmente, por carregar no corpo as marcas de ser uma pessoa transgênero, travestis e transexuais não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho e recorrem à informalidade para conseguirem seu sustento, principalmente à prostituição, atividade que possui uma série de problemas: por não ser uma atividade regulamentada, os(as) profissionais que a exercem não possuem direitos trabalhistas; não existe estabilidade na remuneração e, nesse caso tratando-se especificamente das trabalhadoras travestis e mulheres transexuais, estas ficam confinadas em espaços escuros da cidade, expostas a todo tipo de violências. Outra consequência, não menos grave, da associação entre transgeneridade e a prostituição é a percepção construída de que esta é a única atividade que essas pessoas podem exercer, portanto as objetificando e destituindo de capacidade.

Associada a essa exclusão laboral, a exclusão econômica diz respeito à instabilidade nos rendimentos, e, portanto, a incerteza do sustento, de travestis e transexuais que sobrevivem da prostituição, que, como vimos, constituem grande parcela dessa população. A prostituição é uma atividade que pode envolver ganhos relativamente altos, entretanto, esse não é um fator que contribui positivamente na inclusão social de travestis e transexuais, pois como visto, a exclusão econômica sobrepõe a pobreza, podendo ser verificada mesmo que esta última não o seja.

O rompimento das relações familiares, que se dá quando a condição de transgeneridade do(a) jovem é descoberta pelos seus genitores e, na maioria das vezes, ele(a) é expulso(a) de casa, caracteriza o âmbito da exclusão relacional, em que as travestis e transexuais são privadas do convívio com a família. Alguns dos desdobramentos dessa exclusão são os sentimentos de insuficiência e inadequação àquela estrutura, a familiar. Esse sentimento também é suscitado quando os espaços públicos da cidade também são “interditados” à presença de travestis e transexuais, praças, órgãos públicos, ruas e avenidas, são alguns dos lugares em que pessoas trans raramente são vistas, especialmente durante os dias. Analisando esse âmbito de exclusão, a exclusão urbano-territorial, é possível perceber que a transfobia se constitui numa barreira que delimita espaços muito específicos em que travestis e transexuais podem circular, os lugares da prostituição, mais uma vez reafirmando que esse é o único papel que essas pessoas estão aptas a exercerem na sociedade.

O impacto de todas essas exclusões produz efeitos devastadores sobre a saúde mental e física das pessoas transgênero, para além da problemática que envolve depressão e suicídio de jovens trans, é alarmante ainda que essa população se mantenha distante das unidades de saúde por medo dos constrangimentos e humilhações. É preciso lembrar que travestis e transexuais frequentemente fazem tratamento hormonal sem acompanhamento médico, se injetam silicone industrial, uma substância fortemente tóxica, e ainda, que desenvolvam doenças ligadas ao trato urinário com bastante frequência devido a proibição de utilizarem ambos os banheiros, masculino e feminino, nos espaços públicos. Estas exclusões são analisadas sob a ótica da exclusão sócio-sanitária.

Quanto à atuação política, analisados sob o ponto de vista da exclusão política/de cidadania, é possível perceber avanços com relação à representatividade de pessoas transgênero na política institucional, é crescente o número de travestis e mulheres trans que se candidatam e se elegem como vereadoras e deputadas, no entanto, dentro do movimento LGBTQ, as pautas das pessoas trans continuam a serem percebidas como secundárias, o que

tem feito com que travestis e transexuais cada vez mais construam organizações próprias, de pessoas transgênero.

Assim sendo, foi possível perceber que o discurso sobre a cidadania, sobre a sua constituição enquanto a garantia de igualdade no acesso a direitos, que pode ser percebido como a igualdade entre os indivíduos em si, esse discurso belo contrasta com a realidade de grupos da sociedade que acessam os direitos em níveis variados, como a população trans.

O gênero marcou cada experiência que Yasmin teve enquanto cidadã, marcou sua vida escolar, limitou seu acesso a saúde, impossibilitou que ela tivesse um emprego formal ou pudesse transitar livremente pela cidade, o que nos permite inferir que a cidadania é um exercício profundamente generificado, isto é, que apresentará possibilidades distintas para os indivíduos de acordo com a identidade de gênero destes, se homens ou mulheres, se mulheres cisgênero ou mulheres transgênero, para além dos outros marcadores de diferença como raça, classe e geração.

Mesmo os avanços apontados pelo movimento trans, como o crescimento das candidaturas e a eleição de travestis e mulheres trans nos últimos pleitos eleitorais acontecem muito lentamente, “a conta gotas”, o que repete um modus operandi característico da cultura política nacional, o de incluir os excluídos apenas na medida em que estes continuem a serem excluídos, porém fazendo menos barulho, ameaçando minimamente o *status quo*.

Finalmente, termino esta dissertação reafirmando que acredito em “fazer barulho”, que para além das questões levantadas sobre visibilidade e a necessidade de uma perspectiva interseccional nos estudos e na militância LGBTQ, o único caminho possível não passa pelo distanciamento da política, mas pela sua ocupação. A resistência e existência desse grupo perpassam por sua capacidade de mobilização e ocupação dos espaços.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Carina; RAUBER, Alexandre. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. *Redes*. Santa Cruz do Sul, v.22, no1, p. 474-493, jan-abr, 2017.
- ALVES, Luca. Da morte social à física, diálogo sobre o adoecimento mental de pessoas trans. In: REDE TRANS BRASIL. *Diálogos sobre viver trans – Monitoramento: assassinatos e violação de Direitos Humanos de pessoas trans no Brasil – Dossiê 2018*. 2019. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/2019/01/29/dossie-2018-dialogos-sobreviver-trans/>. Acesso em 21 fev. 2019.
- ANJOS, Yasmin Magalhães dos. Entrevistas concedidas a Chayenne da Silva Farias. Macapá, 11, 12, 15, 18 e 19 jan. 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA); INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). *Dossiê Assassinatos e Violência contra Travestis e Transexuais no Brasil em 2018*. 2019. Disponível em: <http://www.antrabrasil.org/mapadosassassinatos>. Acesso em 20 mar. 2019.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA), *Cartilha Gênero*. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/01/gc3aanero.pdf>. Acesso em 08 mai. 2018.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Nota de apoio a Indianare Siqueira*. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/04/nota-da-antra-de-apoio-a-indianaresiqueira.pdf>. Acesso 02 mai. 2019.
- BAHIA, Alexandre & PEREIRA, Graziela. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 39, p. 51-71, jan./abr. 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BECKER, Daniel. *O que é adolescência?* São Paulo: Brasiliense, 1994. , 13ª Ed.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2005.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BENTO, Berenice. *O que é transexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. In: *Florestan*: São Carlos, ano 1, no 2, p.45-66, nov, 2014. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/64/pdf_25. Acesso em 26 nov. 2018.

BENTO, Berenice. Pioneirismo, ativismos e (re)invenções (entrevista). In: *Equatorial*, Natal, v.4, nº 6, jan/jun 2017a. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/14958>. Acesso em 28 nov. 2018.

BENTO, Berenice. Verônica Bolina e o transfeminicídio no Brasil. In: *Transvi@dos: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017b. pp.231-236.

BENTO, Berenice. A luta mundial pela despatologização do gênero. In: *Transvi@dos: gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017c. pp.87-95.

BENTO, Berenice. *Cuerpo, Performance y Género en la Experiencia Transexual*. Seminario realizado en la Universidad de Barcelona: Mimeo. 2002. Disponível em: <http://institucional.us.es/revistas/warmi/13/6.pdf>. Acesso em 14 fev. 2019.

BENTO, Berenice. Transexuais, corpos e próteses. *Labrys: Estudos Feministas*. No 4, ago/dez, 2003. Disponível em: <
https://s3.amazonaws.com/acad4emia.edu.documents/52798081/06-bento-berenicetransexuais-corpos-eprc3b3teses.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1553212463&Signature=N2E1SVk5icGyQIFLplkDBJUxgTo%3D&response-contentdisposition=inline%3B%20filename%3DTransexuais_corpos_e_proteses.pdf. Acesso em 21 mar. 2019.

EXPLODE CORAÇÃO. [Compositora e intérprete]: Maria Bethânia. Rio de Janeiro: Philips, 1978. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7POZ1uT7jm4>. Acesso em 07 abr. 2019.

BIROLI, Flavia. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. 11ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. *LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio do rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em 11 mai. 2019.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/ind.asp. Acesso em 18 mar. 2019.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural*. Brasília: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>. Acesso em 16 fev. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 18 mar. 2019.

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 8ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Org. LOURO, G. P. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, Judith. *Sex and Gender in Beauvoir's Second Sex*. In: Yale French Studies, Simone de Beauvoir: Witness to a Century, nº 72, Winter 1986.
- CALDWELL, Kial. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. In: *Estudos Feministas*, Santa Catarina, ano 8, pp.91-108, jul-dez 2000.
- CAMARA, Joseneide *et al.*. *Avaliação do conhecimento dos homens sobre câncer de pênis*. In: *Augustus*. Rio de Janeiro, v.22, n.43, jan-jun 2017, pp.182-189.
- CANTELLI, Andreia; NOGUEIRA, Sayonara. *A realidade das/os estudantes trans no Brasil*. In: INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO. *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*. Brasil, 2019. pp. 27-44.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania na encruzilhada*. In: Bignoto, N. (org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- CASTEL, Pierre-Henri. *Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)*. *Revista Brasileira de História*: São Paulo, v.21, nº 41, p.77-111, 2001.
- CORNEJO, Giancarlo. *A guerra declarada contra o menino afeminado*. In: MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. pp. 73-82.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. *Estudos Feministas*: Santa Catarina, pp.171-188, jan-jul 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. 2ª ed. reform. São Paulo: Moderna, 2004.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres: as vozes do silêncio*. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. Org: Marcos Cezar de Freitas. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1998. P.217-237.
- DEL PRIORE, Mary. *Biografia: quando o indivíduo encontra a História*. *Topoi*, v.10, nº 19, jul/dez 2009, p.7-16.

ELIAS, Valéria de Araújo. *Para além do que se vê: das transexualidades às singularidades na busca pela alteração corporal*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2007.

FARIA, Guélmer Júnior de; FERREIRA, Maria da Luz; PAULA, Andrea de. *Desinvibilizando as mulheres em contexto migratório interno: interfaces entre migração, trabalho e gênero*. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2016/201-330-1RV_2016_10_09_00_33_59_204.pdf. Acesso em 07 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “póssocialista”. Trad.: Júlio Assis Simões. *Cadernos de Campo*. São Paulo, n. 14/15, p. 231-9, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo. *Grécia e Roma*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

GHETTI, Mariana; e RIBEIRO, Renata. A produção telejornalística cotidiana no tempo de redes sociais digitais: os usos do Whatsapp no RJTV. *Revista Líbero*: São Paulo, nº 42, jul/dez 2018. P.176-188.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMÀ, Ricard. Processos de Exclusão e Políticas de Inclusão Social: Algumas Reflexões Conceituais. In: CARNEIRO, Carla B.; COSTA, Bruno L. D. (Org.). *Gestão Social: o que há de novo?* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 13-24.

GRUPO GAY DA BAHIA. *População LGBT morta no Brasil: Relatório GGB 2018*. 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio2018-1.pdf>. Acesso em 20 fev. 2019.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). *Relatório Pessoas LGBT mortas no Brasil: 2017*. 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2017.pdf>. Acesso em 25 mai. 2018.

GUÉRIOS, Paulo. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. In: *Revista Campos*. V.12. nº1. 2011. P. 11-29.

GUIMARÃES, Katia; MERCHÁN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3): 320, 525-544, setembro-dezembro/2005.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu*, nº5, pp. 07-41, 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em 22 nov. 2018.

HEINICH, Nathalie. Pour en finir avec l' "illusion biographique". *L'Homme*, n. 195-196, p. 421-430, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO (IBTE). *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/ibteducacao/>. Acesso em 24 jan. 2019.

JARDIM, Juliana. *Deveriam os estudos queer falar em cis-heteronormatividade?* Reflexões a partir de uma pesquisa sobre performatividade de gênero nas artes marciais mistas femininas. Texto apresentado no 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade e 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero, 2016. Disponível em: http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467327007_ARQUIVO_Jardim_CisHeteronormatividade.pdf. Acesso em 22 jan. 2018.

JAYME, Juliana. *Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: identidade, corpo e gênero*. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel3/JulianaJaime.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.

JESÚS, Bento Manoel de. *A (des)naturalização do gênero e da sexualidade: algumas reflexões sobre o acesso das/dos transexuais à cidadania no Brasil*. In: II Seminário de Pesquisa da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, 2011, Goiânia.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Homofobia: identificar e prevenir*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio*. In: MARANHÃO F, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). (In)Visibilidade Trans 2. *História Agora*, v.16, nº 2, p.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2012. E-book disponível em: https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em: 01 mai. 2018.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos até Freud*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LISPECTOR, Clarice. Amor. In: *Laços de Família: Contos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LODI, Ana; VERDADE, Kelly. *Transexualidade e infância: buscando um desenvolvimento saudável*. In: Congresso Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente das Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, 1., 2017, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://revistaeletronica.oabrj.org.br/wpcontent/uploads/2017/10/Transexualidade-e-inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em 14 fev. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Marcas do corpo, marcas de poder. In: LOURO, Guacira. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008a.

LOURO, Guacira Lopes. Uma política pós-identitária para a educação. In: LOURO, Guacira. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008b.

LOURO, Guacira Lopes. Viajantes pós-modernos. In: LOURO, Guacira. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008c.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Uma sequência de atos. *Cult*, São Paulo, n. 185, 2013.

MÁRQUEZ, Gabriel García. *O amor nos tempos do cólera*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2016. 38ª edição.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, Carmentilla; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil - Guiana Francesa: novas sociabilidades. *Tomo*. Nº 27, p. 361-396, jul/dez, 2015.

MIRANDA, Camila de Almeida. O papel do educador na consolidação da dignidade da pessoa humana e no respeito à diversidade. In: BROCHADO, Mariah; GOMES, Marcella Furtado de Magalhães; LIPOVETSKY, Nathália (Org.). *Educação para direitos humanos: diálogos possíveis entre a pedagogia e o direito*. v. II. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2016, p. 131-150.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MOREIRA, Adilson José. Cidadania Sexual: postulado interpretativo da igualdade. *Direito, Estado e Sociedade*. Nº 48, p.10-46, jan-jun, 2016.

MOTTA, Luiz Eduardo. Acesso à justiça, cidadania e judicialização no Brasil. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/41128404/Achegas.pdf?response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DACESSO_A_JUSTICA_CIDADANIA_E_JUDICIALIZA.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20190902%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20190902T193339Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-Signature=658251145a2b85be4f9c1264422a1916dc779fb4149f0a2d866b1551a1322c73. Acesso em: 02 ago. 2019.

MOTT, Luis. Homo-afetividade e direitos humanos. *Estudos Feministas*, 2006, v.14, n.2, p. 509-521.

NASCIMENTO, Silvana. *Cidades Trans: uma etnografia multi-situada nas fronteiras da antropologia urbana*. Texto apresentado no 40º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) – 2016.

NOGUEIRA, Sayonara. Monitoramento: Transepistemicídio. In: INSTITUTO BRASILEIRO TRANS DE EDUCAÇÃO. *As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil*. Brasil, 2019, p. 6-7.

NOLETO, Rafael da Silva. Comunidades sexualizadas: articulando raça, gênero e sexualidade na construção de nações. In: *Raça, etnicidade, sexualidade e gênero em perspectiva comparada*. /org. Cristina Donza Cancela, Laura Moutinho e Júlio Assis Simões. – São Paulo: Terceiro Nome, 2015. PP 121-141.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT (NUH). Relatório do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT sobre inquéritos policiais envolvendo travestis e transexuais no estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: NUH, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/17rUWq6z_ZszU_J0VPK9Dzl5clsqbf0gg/view. Acesso em 26 fev. 2019.

OLIVEIRA, João Manoel de. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais. *Psicologia & Sociedade*: 25(1): 68-78, 2013.

PEDRA, Caio. *Acesso a cidadania por travestis e transexuais no Brasil: um panorama da atuação do Estado no enfrentamento das exclusões*. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Belo Horizonte, 2018.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne, na pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de São Carlos, 2007a.

PELÚCIO, Larissa. “*Eu me cuido, mona*” – saúde, gênero e corporalidade entre travestis que se prostituem. Texto apresentado no Seminário Homofobia, Identidades e Cidadania GLBTTT, Florianópolis, 2007b. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/travestis_clam.pdf. Acesso em 20 jan. 2019.

PELÚCIO, Larissa. *Fora do Sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis*. Texto apresentado na 38ª Reunião da ANPOCS, 2006.

PELÚCIO, Larissa. Na noite nem todos os gatos são pardos: notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, nº 25, jul-dez 2005, pp.217-248.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In *Revista História*. São Paulo, 1997, pp. 25-39.

PRECIADO, Paul B. *Manifesto Contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução: Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: 2004. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/preciado-paul-b-manifestocontrassexual.pdf>. Acesso em 09 fev. 2019.

REDE NACIONAL DE PESSOAS TRANS DO BRASIL. *Diálogos sobre viver trans – monitoramento: assassinatos e violações de direitos humanos de pessoas trans no Brasil*, Dossiê 2018. 2019. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/2019/01/29/dossie2018-dialogos-sobre-viver-trans/>. Acesso 29 jan. 2019.

SANTOS, Magda. Simone de Beauvoir. Não se nasce mulher, torna-se mulher. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 1, nº 2, p. 108-122, jul/dez 2010.

SANTOS, Silvio Matheus. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*: São Paulo, v.24.1, 2017, p. 214-241.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*: 20 (2) p.71-99, jul-dez 1995.

SCOTT, Joan. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na saúde. In BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de apoio à gestão participativa. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf. Acesso em 02 abr. 2019.

SILVA, Leilane Assunção da; SOUZA, Emily Mel Fernandes de. A epistemologia do barraco: uma breve história do movimento LGBTI em geral. *Inter-Legere*. Nº 21, p. 106-121, jul-dez, 2017.

SOUZA, Jessé de. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

TIN, Louis-Georges. (Org.). *Dictionnaire de l'homophobie*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003.

TRANSGENDER EUROPE (TGEU). *Relatório O círculo vicioso da violência: pessoas trans e gênero-diversas, migração e trabalho sexual*. 2017. Disponível em: www.transrespect.org. Acesso em 20 out. 2018.

TRANSVIADO. *Google Dictionary*, 9 mai. 2019. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=TRANSVIADO&oq=TRANSVIADO&aqs=chrome..69i57.2559j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 09 mai. 2019.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *O voo da beleza: experiência transgênero e processo migratório*. Texto apresentado no 32º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) - 2008. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/32-encontro-anual-da-anpocs/gt-27/gt36-3/2661-alexandrevale-o-voe/file>. Acesso em 17 abr. 2019.

VIAJANTE. *Dicionário Online de Português*. 17 mar, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/viajante/>. Acesso em: 17 mar. 2018.

VIAJANTE. *Dicionário Informal*. 17 mar, 2018. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/viajante/>. Acesso em 17 mar. 2018.

WACQUANT, Loïc. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal. In: *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 19, nov. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782002000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 dez. 2018.

APÊNDICE - DADOS DO RELATÓRIO DA ANTRA E IBTE SISTEMATIZADOS

ANTRA e IBTE	Descrição da metodologia	p.11
	163 assassinatos em 2018	p.15
	“90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda”	p.19
	“estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae)”	p.19
	“Vemos ainda que 65% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo. 60% deles aconteceu nas ruas.”	p.19
	“em 2018 temos 08 casos de suicídio e 05 de [mortes causadas por] silicone industrial”	p.36
	“Ao serem expulsas de casa, as pessoas não conseguem se manter dentro da estrutura formal de ensino”	p.46
	“em um país onde ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição, apesar de não se configurar como crime, elas sofrem um processo de criminalização e são constantemente desqualificadas pelos valores sociais vigentes”	p.48

APÊNDICE - DADOS DO RELATÓRIO DO GGB SISTEMATIZADOS

ANTRA e IBTE	Descrição da metodologia	p.11
	163 assassinatos em 2018	p.15
	“90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda”	p.19
	“estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae)”	p.19
	“Vemos ainda que 65% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo. 60% deles aconteceu nas ruas.”	p.19
	“em 2018 temos 08 casos de suicídio e 05 de [mortes causadas por] silicone industrial”	p.36
	“Ao serem expulsas de casa, as pessoas não conseguem se manter dentro da estrutura formal de ensino”	p.46
	“em um país onde ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição, apesar de não se configurar como crime, elas sofrem um processo de criminalização e são constantemente desqualificadas pelos valores sociais vigentes”	p.48

APÊNDICE - DADOS DO RELATÓRIO DO IBTE SISTEMATIZADOS

IBTE	Transepstemicídio: “Seria a representação da transfobia na produção intelectual, por recusar a capacidade de pessoas trans de produzir saber.”	p.6 e 7
	Gráfico de abandono dos estudos: 50% / 50%	p.37
	obstáculos mais citados [para conclusão dos estudos] foram PRECONCEITO (38%), ASSÉDIO MORAL (18%), AGRESSÃO VERBAL(16%) e DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM(15%). Aparecem ainda desrespeito ao nome social (10%) e agressão física (3%)	p.38
	Quanto aos autores das agressões citadas: “37% disseram que foram os próprios colegas de sala, 27% responderam que xs professorxs eram os responsáveis, 20% citaram gestores escolares e 16% mencionaram a equipe pedagógica.”	p.38 e 39
	Quanto à denúncia das agressões “48% disseram que relataram para direção escolar, 22% mencionaram o setor pedagógico e 15% citaram as secretarias de ensino.” Foram citados ainda a polícia (7%), ouvidorias (5%) e o disque 100 (3%) [GRÁFICO]	p.39 e 40
	Recursos negados na escola: banheiro (39%), nenhum (32%), nome social (26%) e acesso a recursos pedagógicos (3%) [GRÁFICO]	p.42

APÊNDICE - DADOS DO DOSSIÊ DA REDE TRANS BRASIL SISTEMATIZADOS

Rede Trans Brasil	Descrição da metodologia	p.13
	167 assassinatos em 2018	p.14
	Gráfico de profissão das vítimas assassinadas	p.18
	Gráfico de local dos assassinatos	p.19
	Gráfico de causa da morte	p.20
	“O que vivemos cotidianamente é a perda de civilidade, e nos é tirado o direito de existir. Há uma desumanização de um corpo, de um indivíduo, culminando assim na sua marginalização. A partir daí fica simples traçar uma linha que leva a pessoa trans, de forma rápida, da morte social à física.” (artigo autoral)	p.43

APÊNDICE - DADOS DO RELATÓRIO NUH SISTEMATIZADOS

Relatório NUH	Descrição da metodologia	p.10
	Descrição do REDS	p.10
	Seletividade da justiça	p.16

APÊNDICE - DADOS DO RELATÓRIO DA TGEU SISTEMATIZADOS

TGEU	Dados prostituição trans: “62% das pessoas trans assassinadas cuja ocupação é conhecida são profissionais do sexo”	p.6
	“na América Latina, entre 44 e 70% das mulheres e meninas trans sentiram a necessidade de sair ou foram expulsas de suas casas”	p.8
	SUICÍDIO “de acordo com uma pesquisa realizada nos EUA, quase 50 por cento dxs jovens trans consideraram tirar suas próprias vidas”	P.9
	“Muitas pessoas trans empregadas são submetidas a abuso verbal e até violência física perpetrada por outras funcionárias, bem como por clientes e/ou fornecedores, durante o trabalho [formal]. Elas também enfrentam taxas surpreendentes de discriminação em processos seletivos, promoções, remunerações e benefícios. [...]Na Colômbia, por exemplo, 87 por cento das pessoas participantes declararam ter tido uma oportunidade de emprego recusada frequentemente, ou no mínimo uma ou duas vezes, devido à sua identidade de gênero. [...]”	P.9
	“Como o trabalho sexual é tipicamente uma economia laboral informal, com poucos pré-requisitos para entrada, em termos de capital e qualificações profissionais, e onde as habilidades necessárias ao trabalho são muitas vezes adquiridas fora da educação formal, muitas pessoas trans podem escolher esta ocupação como uma estratégia de sobrevivência ou de geração de renda.”	p.9
	Encarceramento trans	p.17 e p.19
	“a maioria das pessoas migrantes trans assassinadas na Europa vem do Brasil (55 por cento). Somente na Itália, 16 vítimas das 22 migrantes assassinadas eram do Brasil, e destas migrantes trans brasileiras, 12 eram profissionais do sexo (75 por cento)”	p.18

**APÊNDICE - CRUZAMENTO DOS DADOS DE TODOS OS RELATÓRIOS E A
INDICAÇÃO DE ONDE ENCONTRÁ-LOS, SEPARADOS POR TEMAS**

TEMA	ONDE	DADO	PP.
Assassinatos e mortes	ANTRA e IBTE	163 assassinatos em 2018	p.15
	ANTRA e IBTE	“Vemos ainda que 65% dos assassinatos foram direcionados aquelas que são profissionais do sexo. 60% deles aconteceu nas ruas.”	p.19
	ANTRA e IBTE	“em 2018 temos 08 casos de suicídio e 05 de [mortes causadas por] silicone industrial”	p.36
	GGB	420 mortes “LGBT+” em 2018: 320 homicídios e 100 suicídios	P.1
	GGB	164 mortes trans	P.2
	GGB	“o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay. Já que o IBGE não inclui no censo nacional o segmento LGBT, estima-se, com base em indicadores diversos da Academia e Governamentais, que exista no Brasil por volta de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de trans (0,5%).”	P.2
	GGB	(83 travestis e transexuais mortas na pista ou em locais usuais de prestação de serviços sexuais)	P.7
	GGB	“Via de regra travestis profissionais do sexo são executadas na “pista” [...] Os gays são geralmente executados a facadas ou asfixiados e esgoelados dentro de suas residências”	P.7
	GGB	“O suicídio é a 4ª principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, segundo recente pesquisa do Ministério da Saúde e de acordo com a revista científica Pediatrics, gays, lésbicas e bissexuais, devido à homofobia, têm 6 vezes mais chance de tirar a própria vida, em relação a heterossexuais, com risco 20% maior de suicídio quando convivendo em ambientes hostis à sua orientação sexual ou identidade de gênero”	P.10
	GGB	“de 26 suicídios registrados em 2016, aumentou para 58 casos em 2017 e nesse último ano subiu para 100 (23,8%) dos casos documentadas, significando um aumento de 42% em relação a 2017 de mortes voluntárias”	P.10
	GGB	Mapa “mortes LGBT no Brasil em 2018”	P.10
	Rede Brasil	Trans	167 assassinatos em 2018
Rede	Trans	Gráfico de profissão das vítimas assassinadas	p.18

	Brasil		
	Rede Trans Brasil	Gráfico de local dos assassinatos	p.19
	Rede Trans Brasil	Gráfico de causa da morte	p.20
	TGEU	“de acordo com uma pesquisa realizada nos EUA, quase 50 por cento dxs jovens trans consideraram tirar suas próprias vidas”	P.9
prostituição	ANTRA e IBTE	“90% da população de Travestis e Transexuais utilizam a prostituição como fonte de renda”	p.19
	ANTRA e IBTE	“em um país onde ainda não existe uma lei que regulamente a prostituição, apesar de não se configurar como crime, elas sofrem um processo de criminalização e são constantemente desqualificadas pelos valores sociais vigentes”	p.48
	TGEU	“62% das pessoas trans assassinadas cuja ocupação é conhecida são profissionais do sexo”	P.6
	TGEU	“Como o trabalho sexual é tipicamente uma economia laboral informal, com poucos pré-requisitos para entrada, em termos de capital e qualificações profissionais, e onde as habilidades necessárias ao trabalho são muitas vezes adquiridas fora da educação formal, muitas pessoas trans podem escolher esta ocupação como uma estratégia de sobrevivência ou de geração de renda.”	P.9
TRABALHO FORMAL	TGEU	“Muitas pessoas trans empregadas são submetidas a abuso verbal e até violência física perpetrada por outras funcionárias, bem como por clientes e/ou fornecedores, durante o trabalho [formal]. Elas também enfrentam taxas surpreendentes de discriminação em processos seletivos, promoções, remunerações e benefícios. [...]Na Colômbia, por exemplo, 87 por cento das pessoas participantes declararam ter tido uma oportunidade de emprego recusada frequentemente, ou no mínimo uma ou duas vezes, devido à sua identidade de gênero. [...]”	P.9
FAMLIA	TGEU	“na América Latina, entre 44 e 70% das mulheres e meninas trans sentiram a necessidade de sair ou foram expulsas de suas casas”	P.8
Escola	ANTRA e IBTE	“estima-se que 13 anos de idade seja a média em que Travestis e Mulheres Transexuais são expulsas de casa pelos pais (ANTRA). E que cerca de 0,02% estão na universidade, 72% não possuem o ensino médio e 56% o ensino fundamental (Dados	p.19

		do Projeto Além do Arco-Iris/AfroReggae)”	
	ANTRA e IBTE	“Ao serem expulsas de casa, as pessoas não conseguem se manter dentro da estrutura formal de ensino”	p.46
	IBTE	Gráfico de abandono dos estudos: 50% / 50%	P.37
		obstáculos mais citados [para conclusão dos estudos] foram PRECONCEITO (38%), ASSÉDIO MORAL (18%), AGRESSÃO VERBAL(16%) e DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM(15%). Aparecem ainda desrespeito ao nome social (10%) e agressão física (3%)	P.38
	IBTE	Quanto aos autores das agressões citadas: “37% disseram que foram os próprios colegas de sala, 27% responderam que xs professorxs eram os responsáveis, 20% citaram gestores escolares e 16% mencionaram a equipe pedagógica.”	P.38 E 39
	IBTE	Quanto à denúncia das agressões “48% disseram que relataram para direção escolar, 22% mencionaram o setor pedagógico e 15% citaram as secretarias de ensino.” Foram citados ainda a polícia (7%), ouvidorias (5%) e o disque 100 (3%) [GRÁFICO]	P.39 E 40
	IBTE	Recursos negados na escola: banheiro (39%), nenhum (32%), nome social (26%) e acesso a recursos pedagógicos (3%) [GRÁFICO]	P.42
OUTROS	IBTE	Transepticídio: “Seria a representação da transfobia na produção intelectual, por recusar a capacidade de pessoas trans de produzir saber.”	P.6 E 7
	Rede Trans Brasil	“O que vivemos cotidianamente é a perda de civilidade, e nos é tirado o direito de existir. Há uma desumanização de um corpo, de um indivíduo, culminando assim na sua marginalização. A partir daí fica simples traçar uma linha que leva a pessoa trans, de forma rápida, da morte social à física.” (artigo autoral)	p.43
	Relatório NUH	Descrição do REDS	p.10
	Relatório NUH	Seletividade da justiça	P.16
	TGEU	“a maioria das pessoas migrantes trans assassinadas na Europa vem do Brasil (55 por cento). Somente na Itália, 16 vítimas das 22 migrantes assassinadas eram do Brasil, e destas migrantes trans brasileiras, 12 eram profissionais do sexo (75 por cento)”	P.18
	TGEU	Encarceramento trans	P.17 E 19

APÊNDICE - TRECHOS DA ENTREVISTA DE YASMIN SEPARADOS POR TEMA

Infância	“Na minha infância eu ainda não tinha uma identificação, uma orientação sexual, certa ainda eu era apenas uma criança né um corpo, não tinha uma decisão de identidade de gênero, acredito também, mas era uma criança afeminada, mas uma criança no corpo de criança.”	p.1
	acredito que habitava numa casca masculina,que habitava em um corpo masculino,porque era uma criança	p.1
	eu tinha atitudes femininas, sempre tive atitudes delicadas	p.1
Escola	Eu era uma criança agressiva também e no decorrer disso tudo alguns professores notavam,alguns professores me tratavam bem,me deixavam no cantinho separado,conversavam de outra forma comigo,sobre os trabalhos, a forma da comunicação de ensinar era mais dócil, me davam mais atenção atenção,tinha um certo receios, como se fosse eu pessoa doente,que eu já tinha materializado que era uma pessoa doente	p.6
	nesse período não existiam debates sobre essas pautas de gênero, de LGBT, em 2009,em 2011,2010 não lembro de nenhum momento na escola foi falado sobre orientação sexual,ideologia de gênero,sobre gênero assim,nunca na escola,não lembro, o que era passado era português, geografia,história.	p.7
	Ele era um homem,maior que eu,me deu uma cadeirada,era umas cadeiras de madeira	p.16
	Depois que aconteceu a cadeirada eu ainda tentei brigar com ele,fiquei desesperada,eu não queria chorar, porque queria demonstrar uma atitude forte.Eu xinguei ele. Tentaram apaziguar, não fizeram algo pra punir. Eu era apenas um viadinho, aí tentou apaziguar, com passar do tempo eu perdi a vontade de ficar lá, aí preferi não estudar mais e fazer minha transição, porque eu já tava no fogo mesmo,eu ia me queimar	p.16
família	14 anos,ele já rompeu relações comigo [PAI]	p.5
	saí de casa com 14 anos	p.7
igreja	eu frequentava a igreja, eu ia pra igreja, eu tinha uma certa liberdade na igreja, que era de grupos de jovens, de cantar no grupo de jovens, então há um tempo já na minha vida eu encontrava a Deus eu falava que eu tinha que lutar contra a natureza da minha carne,eu não entendia qual era a natureza da minha carne, e essa natureza da minha carne às vezes eu falava que eu tava matando minha identidade	p.4
Descoberta da sexualidade e do gênero	na idade da puberdade, foi muito mais sofrimento, eu descobri que gostava de meninos	p.3
	eu tinha eu tinha chegado pra ele e pra ela falei que eu queria ser viado,e nem sabia que era ser viado,gay ,e eu nem sabia o que era ser viado, o que era ser gay,	p.5
	comecei andar com algumas bichas, um grupo de amigos que eu me identifiquei,e eram algumas bichas que andavam na noite, tipo se vestiam masculinamente mas eram bichas	p.4
	eu já tinha me atraído por corpo feminino,pelo corpo de	p.5

	mulher,porque eu já tinha me vestido de mulher uma vez,foi bem legal,mas foi super engraçado,eu fui pra casa da minha cunhada, aí minha cunhada tinha um espartilho, e nesse espartilho tinha tipo uma cinta liga,tipo era uma lingerie,e era tudo uma brincadeira sabe, e foi uma coisa muito impactante, quando eu vesti a roupa feminina parecia algo tão normal,parecia que tinha me encontrado, e eu fiquei me olhando no espelho e eu fiquei muito bonita, eu era uma criança gordinha, sabe,sempre fui uma criança gordinha, e tinha um corpo afeminado,fazendo graça, aí minha mãe brigou com a minha cunhada,disse que eu não ia mais pra casa dela, porque minha cunhada me incentivava a virar boiola,minha mãe sempre afirmava nesse sentido virar viado e meu pai já não falava mais comigo.	
Saúde mental	eu tinha, um momento ,um colapso de agressividade,até hoje ,tipo,eu tenho isso,tipo de não ir muito nas palavras,mas às vezes acabar de ir indo na agressão, no momento, assim às vezes me arrependo.	p.4
	lembro que eu tentei suicídio algumas vezes	p.4
Do Oiapoque pra Macapá, morando com a irmã	Nesse período eu tinha uma irmã que morava aqui, e aí eu pedi pra minha mãe né que eu queria vir pra cá pra estudar, que eu não queria ficar mais no Oiapoque,porque eu tava me sentindo muito envergonhada por muitas coisas que eu me sentia envergonhada, pq tinha vergonha da própria situação que eu tava vivendo ,sabe,e eu me culpava por aquilo. que eu tinha escolhido essa vida,aí vim pra cá, pra Macapá, porque é a capital né, era muito mais... vim pra cá acho que 2012, 2012 ou 2011	p.8
	Aí eu fugi pra casa do *****, ai o ***** disse: mana tu não vai poder morar aqui. Aí pensei que eu ia fazer da minha vida. Aí eu lembro que eu fui dormir numa construção	p.19
prostituição	Eu não fui mais [PRA ESCOLA, EM MACAPÁ DEPOIS DO EPISÓDIO DA CADEIRADA],fiquei andando na noite com alguns amigos meus, viados ,gays ,e aí nesse tempo eu conheci as manas da rua	p.18
	16 anos, era pela sobrevivência, ficar com dinheiro, comprar roupa,maquiagem,comida, passei um tempo longe da minha família, não tinha contato. As pessoas me abrigavam porque eu contava toda minha história de sofrimento, de preconceito.	p.20

**APÊNDICE - TRECHOS DA ENTREVISTA DE YASMIN SEPARADOS DE ACORDO
COM OS ÂMBITOS DE EXCLUSÃO**

Exclusão econômica	<p>➤ “[...] era pela sobrevivência, ficar com dinheiro, comprar roupa, maquiagem, comida, passei um tempo longe da minha família, não tinha contato. [...] Deitar com uma pessoa por causa de dinheiro, tu te sente usado, tu te sente inferior a ela, eu me sinto inferior. É logo no começo, eu até falo pras meninas que tão começando hoje “mana no começo vai ser flores, mas depois tu vai descobrir o ruim das ruas, tu vai vendo as travestis morrendo”</p> <p>➤ “Estando numa esquina tu é submissa a várias violências, violência física, psicológica, as pessoas passam e te xingam “vai lavar, vai procurar que fazer”. É vergonhoso tá num canto. [...] Algumas mariconas²⁶, que é assim que são chamadas, eram maravilhosas, como eu sempre tive uma expressão oral muito boa, conversava, me adaptava pro clima, pra relaxar, algumas não, eram agressivas quando a gente ia negociar o preço. Uma vez uma me esmagou na parede do motel, entre o carro e a parede do motel, porque eu pedir “tanto”, ele disse que não ia me dar “tanto”</p>
exclusão laboral	<p>➤ “[...] eu ia sair de casa sem saber pra onde eu ia sair, que lugar eu ia, só que nessa época eu já tinha feito algumas contas, eu tinha amizade com um rapaz do salão que ele era amigo do meu irmão, ele era mais amigo do meu irmão do que meu amigo, que era o João, e eu perguntei pra ele se eu podia morar com ele, eu ajudava ele no salão, a limpar, porque em casa não tava dando mais certo [...] Aí morei com ele lá, fazia algumas coisas, limpava o salão pra ele, não me vestia ainda com roupas femininas, eu já era afeminada, eu andava com algumas gays, já queria saber o bajubá, como elas se comunicavam com o bajubá, mas eu era quaquaquá”</p>
Exclusão formativa	<p>➤ “Eu era uma criança agressiva também e no decorrer disso tudo alguns professores notavam, alguns professores me tratavam bem, me deixavam no cantinho separado, conversavam de outra forma comigo, sobre os trabalhos, a forma da comunicação de ensinar era mais dócil, me davam mais atenção atenção, tinha um certo receios, como se fosse eu pessoa doente, que eu já tinha materializado que era uma pessoa doente”</p> <p>➤ “nesse período não existiam debates sobre essas pautas de gênero, de LGBT, em 2009, em 2011, 2010 não lembro de nenhum momento na escola foi falado sobre orientação sexual, ideologia de gênero, sobre gênero assim, nunca na escola, não lembro, o que era passado era português, geografia, história.”</p> <p>➤ “Eu lembro que uma vez eu estava de costas e um carinha falou “viadinho, não sei o que” fui enfrentar ele. Ele era um homem maior que eu, me deu uma cadeirada, era umas cadeiras de madeira, foi o primeiro impacto que eu senti... [...] Depois que aconteceu a</p>

26 Essa é a forma que as travestis se referem à maioria de seus clientes, especialmente aqueles que na relação sexual são os passivos, isto é, são penetrados. De acordo com Pelúcio, é uma espécie de xingamento dirigido aos homens que poderiam ser encarados na vida pública como “homens de verdade” (categoria utilizada também pelas travestis e fortemente apoiada num referencial binário de gênero), mas que na vida privada suas práticas sexuais o aproximam do desprestigiado pólo feminino. (2007a)

	<p>cadeirada eu ainda tentei brigar com ele, fiquei desesperada, eu não queria chorar porque queria demonstrar uma atitude forte. Eu xinguei ele. Tentaram apaziguar, não fizeram algo pra punir. Eu era apenas um viadinho, aí tentou apaziguar”</p> <p>➤ “Depois que aconteceu a cadeirada eu ainda tentei brigar com ele, fiquei desesperada, eu não queria chorar, porque queria demonstrar uma atitude forte. Eu xinguei ele. Tentaram apaziguar, não fizeram algo pra punir. Eu era apenas um viadinho, aí tentou apaziguar, com passar do tempo eu perdi a vontade de ficar lá, aí preferi não estudar mais e fazer minha transição, porque eu já tava no fogo mesmo, eu ia me queimar”</p> <p>➤ “Eu não fui mais [PRA ESCOLA, EM MACAPÁ DEPOIS DO EPISÓDIO DA CADEIRADA], fiquei andando na noite com alguns amigos meus, viados ,gays ,e aí nesse tempo eu conheci as manas da rua”</p> <p>➤ “Na escola eu tinha um pouco de turbulência porque as pessoas já notavam a diferença da feminilidade, as pessoas notavam que era uma criança estranha [...] porque eu tinha atitudes femininas, sempre tive atitudes delicadas, eu sempre me adaptei no lado feminino, sabe, apesar de ser uma criança masculina ao mesmo tempo, porque me via ainda numa forma masculina.”</p>
Exclusão sócio-sanitária	<p>➤ “eu frequentava a igreja, eu ia pra igreja, eu tinha uma certa liberdade na igreja, que era de grupos de jovens, de cantar no grupo de jovens, então há um tempo já na minha vida eu encontrava a Deus eu falava que eu tinha que lutar contra a natureza da minha carne, eu não entendia qual era a natureza da minha carne, e essa natureza da minha carne às vezes eu falava que eu tava matando minha identidade”</p> <p>➤ “eu tinha, um momento ,um colapso de agressividade, até hoje ,tipo, eu tenho isso, tipo de não ir muito nas palavras, mas às vezes acabar de ir indo na agressão, no momento, assim às vezes me arrependo.”</p> <p>➤ “lembro que eu tentei suicídio algumas vezes”</p> <p>➤ “Foi muito forte, não consigo falar, mas é uma coisa que fica marcado, foi uma das coisas que ficou bem marcado na minha vida, foi assim eu tava numa discussão com a minha mãe, tinha falado que ia sair de casa, e eu ia sair de casa sem saber pra onde eu ia sair, que lugar eu ia [...] minha mãe não aceitava eu sair de casa [...] foi numa tarde, a minha mãe tava na cozinha, já não tava falando com meu pai, eu trancada no quarto, só vivia trancada no quarto, eu tinha um colapso de chorar, porque tudo me condenava, os irmãos da igreja me condenava, a igreja me condenava, a mamãe me condenava, eu já tava carregando algo que me já não tava dando conta, e eu falei que ia me matar, só que tava tão iludida naquilo que em momento nenhum eu tive esperança, porque eu queria acabar com aquele sofrimento naquele momento [...] eu fiz uma estratégia, brigar com a minha mãe e ela saiu com uma faca, quis me machucar com a faca, eu empurrei ela e tranquei toda casa, e dei volta com uma corda e eu só pulei. Fiquei pendurado. [...] Acordei no hospital, todo entubado, não conseguia comer, durante uma semana.”</p>

Exclusão urbano-territorial	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “saí de casa com 14 anos” ➤ “Nesse período eu tinha uma irmã que morava aqui, e aí eu pedi pra minha mãe né que eu queria vir pra cá pra estudar, que eu não queria ficar mais no Oiapoque, porque eu tava me sentindo muito envergonhada por muitas coisas que eu me sentia envergonhada, pq tinha vergonha da própria situação que eu tava vivendo ,sabe,e eu me culpava por aquilo. que eu tinha escolhido essa vida,aí vim pra cá, pra Macapá, porque é a capital né, era muito mais... vim pra cá acho que 2012, 2012 ou 2011” ➤ “Nem sabia que ele tava de plantão, aí chegou falando “nem te manca, tamanho macho vestido de mulher, andando com esses viados, bora passa pra dentro de casa” aí fiquei assim, já tinha o senso de revoltada, será que ele vai querer me bater? Já fui entrando, ele me ripando, ripando... Me rimpou, a minha irmã acordou e perguntou o que tava acontecendo, eu disse que ele tava me batendo. Já tinha feito enxame, só que não podia provocar ele, porque ele podia me dar um tiro. [Pesquisadora] Ele tava armado? [Yasmin] Sim, ele tava armado. Tipo tive que ficar submissa, não me exaltar, porque eu tava errada, ele tinha me pego vestida de mulher. Aí minha irmã ligou pra minha mãe e disse que eu tava saindo de madrugada, vestida de mulher, e que não tava mais estudando.” ➤ “Ai eu fugi pra casa do ***** , ai o ***** disse: mana tu não vai poder morar aqui. Aí pensei que eu ia fazer da minha vida. Aí eu lembro que eu fui dormir numa construção” ➤ “Aí resolvi tipo me confessar, aí não ia mais fazer essas coisas, eu não vou mais fazer essas coisas, vou entrar pra igreja tarará tarará. Aí depois de novo, voltou a vontade feminina, o desejo pelo masculino, de não querer ser menino, querer ser menina. Aí fiquei e agora? Porque eu não morava com minha irmã, eles queriam que eu mudasse meu jeito de falar, que eu mudasse meu jeito de andar, porque isso era sequelas, sequelas do pecado entendeu? Eles faziam estudos, estudos, e estudos sabe? Faziam sessões de orações, exorcismo... Oravam fortemente, falavam que eu tinha espírito maligno e aí era uma liga mana, aí as vezes eu nas orações ficava um pouco agressivo, eu não entendia, acho que eles colocavam o diabo pra dentro do meu corpo, eles falavam assim “em nome de jesus ... vem demônio, vem, vem, vem, vem, eu acho que nisso a força maligna vinha porque eu ficava descontrolada, eu ficava muito agressivo, ficava numa possessão, mas eu acho que eles mexiam com tudo isso sabe, aí ainda falava o nome do espírito maligno, especificavam o espirito maligno tipo a entidade como pombo gira essas coisas, como eles sempre falam.”
Exclusão relacional	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “Na minha infância eu ainda não tinha uma identificação, uma orientação sexual, certa ainda eu era apenas uma criança né um corpo, não tinha uma decisão de identidade de gênero, acredito também, mas era uma criança afeminada, mas uma criança no corpo de criança.”

Exclusão política/de cidadania	<ul style="list-style-type: none"> ➤ “acredito que habitava numa casca masculina,que habitava em um corpo masculino,porque era uma criança” ➤ “eu tinha atitudes femininas, sempre tive atitudes delicadas” ➤ “14 anos,ele já rompeu relações comigo” [PAI] ➤ “na idade da puberdade, foi muito mais sofrimento, eu descobri que gostava de meninos” ➤ “eu tinha eu tinha chegado pra ele e pra ela falei que eu queria ser viado,e nem sabia que era ser viado,gay ,e eu nem sabia o que era ser viado, o que era ser gay” ➤ “comecei andar com algumas bichas, um grupo de amigos que eu me identifiquei,e eram algumas bichas que andavam na noite, tipo se vestiam masculinamente mas eram bichas” ➤ “eu já tinha me atraído por corpo feminino,pelo corpo de mulher,porque eu já tinha me vestido de mulher uma vez,foi bem legal,mas foi super engraçado,eu fui pra casa da minha cunhada, aí minha cunhada tinha um espartilho, e nesse espartilho tinha tipo uma cinta liga,tipo era uma lingerie,e era tudo uma brincadeira sabe, e foi uma coisa muito impactante, quando eu vesti a roupa feminina parecia algo tão normal,parecia que tinha me encontrado, e eu fiquei me olhando no espelho e eu fiquei muito bonita, eu era uma criança gordinha, sabe,sempre fui uma criança gordinha, e tinha um corpo afeminado,fazendo graça, aí minha mãe brigou com a minha cunhada,disse que eu não ia mais pra casa dela, porque minha cunhada me incentivava a virar boiola,minha mãe sempre afirmava nesse sentido virar viado e meu pai já não falava mais comigo.”
--------------------------------	---